

ISSN 0100-199X

bib

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

21

Neste número:
A Sociedade Urbana

O BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no país. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do país.

Editor

Charles Pessanha

Conselho Editorial

Aspásia Camargo, Presidente (CPDoc/FGV)

Anita Brumer (UFRGS)

Charles Pessanha (IUPERJ)

Laura da Veiga (UFMG)

Lícia Valladares (IUPERJ)

Mariza Corrêa (UNICAMP)

Rosa Maria Godoy Silveira (UFPB)

Secretária

Maria Elizabeth R. Cobra

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em

Ciências Sociais

Editoria do BIB

Rua da Matriz, 82 – Botafogo

22.260 – Rio de Janeiro – RJ

Composição e Impressão

Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.

Rua Santana, 136/138

Rio de Janeiro – RJ

Um Questionamento da Bibliografia
Brasileira sobre Políticas Urbanas

Sumário

Resenha Bibliográfica

Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas

Sonia Nahas de Carvalho

3

Ensaio Bibliográfico

Famílias em Camadas Médias: uma Perspectiva Antropológica

Tania Salem

25

Problemas do Ensino e da Pesquisa

A Política de Pós-Graduação e as Ciências Sociais

Eunice R. Durham

41

Ponto de Vista: A Questão Urbana

Sugestões sobre a Questão Urbana com Vistas à Assembléia Nacional Constituinte

57

Está na Hora de Ver as Cidades como São de Verdade

Carlos Nelson F. dos Santos

59

Pesquisas em Andamento

65

Teses e Dissertações

71

Documento

Documento Final do II Encontro de Editores de Revistas Científicas

77

BIB, Rio de Janeiro, n. 21, pp. 1-80, 1.º Semestre 1986

Colaboram neste número:

Carlos Nelson F. dos Santos é Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do IBAM e Professor Titular da Faculdade de Arquitetura da UFF. É autor de vários trabalhos sobre Problemas de Desenvolvimento Urbano, dentre os quais destacam-se *Movimentos Sociais Urbanos no Rio de Janeiro*, Rio, Zahar, 1982 e *Quando a Rua Vira Casa*, 3.^a edição, São Paulo, Ed. Projeto, 1986.

Eunice R. Durham é professora do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e autora de *A Reconstituição da Realidade*, São Paulo, Ática, 1978.

Sonia Nahas de Carvalho é Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Tania Salem é candidata ao Doutorado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. É autora de *O Velho e o Novo: um estilo de pa-péis e conflitos familiares*, Petrópolis, Vozes, 1980.

Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas *

Sonia Nahas de Carvalho

Introdução

O propósito para o desenvolvimento deste trabalho foi o de promover um balanço crítico da bibliografia brasileira sobre políticas urbanas, sem contudo, realizar um levantamento exaustivo do universo existente. Ao contrário, partiu-se da seleção de alguns títulos e autores da bibliografia publicada considerados relevantes e, a princípio, mais conhecidos no sentido de proporcionar um exercício de apreensão das principais questões abordadas e das principais inflexões e tendências imprimidas à análise.

A leitura dos textos permitiu perceber que algum tipo de regularidade estaria permeando parte significativa da produção examinada. Esta regularidade dizia respeito às abordagens teóricas que fundamentavam a interpretação promovida pelos vários autores no seu processo de análise das ações e decisões públicas em áreas urbanas. À medida que estas abordagens se manifestavam, com maior ou menor intensidade, fui levada a concluir pela importância de uma reflexão sobre elas.

Em poucas palavras, as análises desenvolvidas pelos autores ao processo da política urbana brasileira, uma vez que orientadas por pressupostos teóricos distintos, produzem leituras diferentes da realidade relativas a momentos his-

tóricos muito próximos, senão superpostos. As definições de Schmidt e Cintra sobre a política urbana, ao se apoiarem em pressupostos teóricos distintos, ilustram estas colocações.

A política urbana atribui à intervenção estatal o objetivo amplo de expandir e aprofundar as relações sociais de produção para a consolidação do 'processo capitalista. (Schmidt, 1983)

A política urbana, como qualquer outra política pública, é um uso deliberado da coerção.¹ Políticas respondem a uma procura, exigem apoio e são alcançadas através de processos decisórios dentro dos órgãos governamentais. (Cintra, 1978)

A classificação dos trabalhos analisados, contudo, não deve conduzir à sua redução mecânica exclusivamente em um ou outro grupo identificado. Por outro lado, o reconhecimento da existência destas linhas de orientação se faz útil, revelando certo divisor de águas no estudo sobre ações e decisões públicas em áreas urbanas.

Define-se, de um lado, as análises de orientação marxista, onde ganha relevo a preocupação com a compreensão dos processos sócio-econômicos ou ideológicos. De outro lado, situa-se a

* Este trabalho contou com a colaboração de Vicente da Costa

orientação teórica que pretende o desenvolvimento de análises que não se restringem exclusivamente ao campo institucional, mas que buscam a identificação, pelo privilegiamento, de fatores ou variáveis "políticos".

Estas correntes de interpretação ocorrem em níveis distintos, em frequências próprias. Com isto, o que se pretende afirmar é que as mudanças que possam advir de reformulações ou revisões teóricas em qualquer destas linhas não significará um deslocamento para a outra linha, porque o que é definido como "variáveis estruturais" distinguem-se mutuamente. Mudanças mais profundas em alguma delas poderá, ao contrário, significar a construção de um novo e distinto corpo teórico explicativo. De qualquer forma, restam algumas indagações: é possível e interessante a comparação? É possível a complementação? Qual o limite de apreensão da realidade permitido por estas abordagens em torno da temática urbana?

A discussão comparativa, a identificação de eventuais complementaridades e a apreensão dos limites impostos por estas abordagens, podem ser positivamente produzidas em termos de propósitos como a ampliação do debate teórico e o fornecimento de subsídios a novas orientações sobre o tema.

No limite destas orientações, em termos de política urbana, alguns itens são fundamentais e, a princípio, podem ser considerados óbvios. Em se tratando de política pública, isto é, ações e decisões do Estado, o primeiro aspecto a ser levado em conta diz respeito a tratamento teórico que lhe é dispensado e o papel que ocupa no conjunto da sociedade. Em decorrência, emerge um segundo aspecto e que se refere às articulações que ocorrem em torno de problemas a exigir uma ação pública. Estas articulações estarão pautadas pela perspectiva definida de organização e estruturação da sociedade em relações assimétricas de acesso ao processo de tomada de decisões. E, por último, é relevante considerar o tratamento e incorporação do "urbano" nestas abordagens, no sentido de averiguar a relevância ou não de sua conceituação e inclusão ao estudo sobre políticas públicas para áreas urbanas.

Este trabalho apresenta-se estruturado em quatro partes. A Parte I - "Políticas Urbanas: As Respostas da Literatura Existente" é o resultado da recuperação das análises mais relevantes sobre o tema, dentro de uma perspectiva temporal que apontou, para o período populista, alguns poucos títulos e, para o período pós-64, uma maior intensidade de trabalhos e diversificação de questões consideradas pelos autores. Para este período, adotou-se um tratamento em

separado das áreas de política urbana, numa recuperação que procurou, ao mesmo tempo, identificar as questões substantivas abordadas e as inflexões de análise que estão orientando a produção científica brasileira sobre o tema. As áreas consideradas foram: política nacional de desenvolvimento urbano, política habitacional e política de planejamento urbano. Apesar de haver sido identificada produção referente às políticas de uso do solo e de transportes urbanos, estas foram omitidas ao nível deste documento em razão do tratamento que vem sendo dispensado pelos autores ao tema: caráter genérico, de natureza econômica e sociológica e tratamento técnico-operacional, respectivamente.

As colocações expressas na Parte I traduzem-se em matéria-prima pela qual foi possível a discussão acerca das linhas de orientação teórica identificadas e que se corporificam nas duas partes seguintes deste artigo: "A Questão dos Determinantes Gerais e a Ênfase aos Processos Sócio-Econômicos ou Ideológicos" e "A Autonomia da Esfera Política e a Ênfase aos Processos de Tomada de Decisões e de Participação Política". A composição destas partes foi dirigida para melhor explicitar as principais fundamentações teóricas que têm orientado a análise em cada uma das abordagens separadamente. Ao mesmo tempo, adotou-se, para ambas as partes, critérios semelhantes no sentido de trazer respostas às colocações e indagações expressas ao nível desta Introdução. Observe-se, também, que se recorreu a autores estrangeiros que, direta ou indiretamente, têm influenciado a formação do pensamento brasileiro no estudo sobre políticas urbanas.

As "Conclusões" (Parte IV) objetivaram a produção de uma síntese das principais respostas de análise sobre política urbana, preocupando-se em apontar as diferenças que cada linha de orientação considerada pode trazer ao estudo dentro do tema. Secundariamente, promoveu-se também uma breve síntese do balanço realizado da bibliografia brasileira levantada neste trabalho.

I. Políticas Urbanas: As Respostas da Literatura Existente

Período 1946/64

Os trabalhos levantados situam seu campo de estudo tendo por marco histórico inicial o período populista. Em Cintra (1978) verifica-se a importância de se compreender o tratamento dispensado pelo Estado às questões urbanas, em especial à habitacional, identificando as princi-

pais diretrizes da ação pública que, posteriormente, seriam parâmetro de reorientação da ação pelos "novos donos do poder" a partir de 1964. Neste sentido, destaca o caráter clientelista e distributivista da política habitacional conduzida pela Fundação da Casa Popular, definida dentro do quadro dos programas de bem-estar social.

Schmidt (1982 e 1983), por sua vez, empreendeu esforço de compreensão das principais características políticas e econômicas do regime populista e da crise ocorrida em seus últimos anos, buscando as explicações para a mudança política em 1964. O período 1946/64 não foi objeto de análise pelo autor desde o ponto de vista das ações públicas para áreas urbanas.

Entre as raras publicações referidas a este período, o destaque é feito ao trabalho de Azevedo e Andrade (1982), desenvolvido dentro de uma proposta de realização de um balanço crítico da habitação popular a partir de 1945. O objeto central desta análise foi o desempenho da Fundação da Casa Popular (FCP).

Os fatores que favoreceram a criação da FCP tenderam a ser decorrentes de motivações de natureza política, associados, em grande medida, à ascensão do Partido Comunista. Aquele órgão teria consubstanciado a tentativa de trazer algumas respostas sociais através da oferta de moradias, ao mesmo tempo que, com isto, o governo pretendia ganhar as simpatias da população com ações de cunho social.

O balanço do desempenho da FCP demonstrou a sua débil atuação no tratamento do problema da habitação popular e todos os esforços de reorientação da política e de reformulação da Fundação tenderam a um resultado nulo. O seu papel efetivo deve ser compreendido dentro do quadro político da época e no próprio sentido da ação do Estado na área de habitação popular. "Aos governos populistas não interessava 'resolver o problema', ou equacionar os termos da solução, mas, antes, dele derivar dividendos políticos, quer sob a forma de votos, quer de prestígio" (p. 53).

A decisão de enfrentamento do problema urbano pelo privilegiamento da habitação e posterior incorporação gradual de outros setores urbanos, identificados a partir de deficiências decorrentes do programa habitacional, revelou a visão fragmentária do problema tida pelos dirigentes governamentais do período.

A título de complementação, é oportuno colocar que não foram identificados estudos que, na perspectiva do problema habitacional, tenham investigado o papel dos institutos de previdência privada e suas propostas de solução.

Outras iniciativas do período – como Brasília e o planejamento de cidades novas, congelamento de aluguéis e a reforma urbana – ainda não se constituem em objeto de estudo pelos cientistas sociais.

Período Pós-64

O tratamento dispensado aos problemas urbanos pelos governos do regime pós-64 se apresenta sob várias ordens e exige a realização de alguns cortes, os quais, pretende-se sejam úteis para a compreensão do processo da política urbana no período. Dentro desta perspectiva, foram consideradas as áreas relativas às políticas de desenvolvimento urbano nacional, habitacional e de planejamento urbano, as quais têm sido de forma mais intensa, objeto de análise pelos pesquisadores brasileiros.

a) A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Nesta área insere-se a produção científica pautada pela preocupação de compreender o processo mais global da política urbana, em escala nacional. Identificam-se fundamentalmente, os trabalhos de dois autores que foram orientados por perspectivas de análise específicas. Schmidt (1982 e 1983), de um lado, buscou a compreensão do processo de urbanização ocorrido como resultado da ação de diversos atores sociais, em especial a intervenção estatal. Cintra (1978), de outro lado, orientou-se pela compreensão dos mecanismos decisórios do Estado que conduziram a ação pública em determinadas direções.

A base de análise utilizada por Schmidt (1983) foram as interrelações entre a política e a economia, atribuindo-se ao Estado o espaço no qual ocorrem estas relações e de onde partem os resultados destinados a afetar indivíduos, grupos e instituições.

A proposta de análise da política urbana brasileira foi encaminhada através da observação dos efeitos decorrentes da relação entre os

*determinantes gerais*² que governam a formação do Estado capitalista no Brasil e as *manifestações empíricas* dos programas públicos voltados para a melhoria de problemas urbanos e para a expansão do sistema urbano em si. (p. 15)

Neste sentido, a ação estatal em áreas urbanas é compreendida em termos de

instrumento complexo destinado a remover obstáculos, reais ou possíveis, à completa socialização³ do espaço urbano, e de instrumento de controle político, capaz de gerar aumentos de poder para as classes dominantes. A política urbana, como política específica, é, assim, um meio de integrar ambas as dimensões, a econômica e a política, de uma formação social histórica. (p. 37)

Schmidt, em seu esforço de compreensão do processo enfrentado pela política urbana brasileira pós-64, desenvolveu a investigação tendo por cerne a emergência da questão "áreas metropolitanas". Com base em dados demográficos, de emprego e de produto por setor da economia que possibilitam a configuração do processo recente de urbanização com concentração em regiões metropolitanas, buscou as explicações que têm orientado o processo da política urbana. A referência empírica utilizada repousou nos planos nacionais, na ação do planejamento urbano, na atuação do Banco Nacional da Habitação - BNH, do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - Serfhau e da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU e na ação do Banco do Brasil e do Conselho de Desenvolvimento Industrial relativas a investimentos industriais.

A condução da análise tendeu à definição da intervenção estatal em áreas urbanas não somente quanto à regulamentação de ações, mas principalmente em termos de expansão e aprofundamento das relações sociais de produção para que se pudesse consolidar o processo capitalista.

³ Ao longo dos anos analisados, os dados relativos aos investimentos efetuados pelo BNH, Banco do Brasil e Conselho de Desenvolvimento Industrial revelaram uma nítida e acentuada concentração nas regiões metropolitanas, especialmente nas áreas de São Paulo e Rio de Janeiro, contrariando a "retórica oficial" proposta em termos de um desenvolvimento regional equilibrado. Ao mesmo tempo, estes dados revelaram o privilegiamento pelo subsídio direto do capital em detrimento do trabalho, criando as condições materiais para a expansão da atividade econômica executada pelos grandes empreendimentos.

Em síntese, a principal conclusão apresentada por Schmidt é de que a ação estatal no meio urbano tendeu à criação de condições para a acumulação privada de capital e a sua concentração em áreas metropolitanas. Para tanto, o Estado modernizou-se e foi estimulada a ascensão do "técnico" a posições políticas líderes.

Durante a implementação da política urbana, a predominância do aparelho econômico resultou numa imposição clara dos interesses do grande capital industrial e financeiro sobre outros objetivos considerados ou contemplados pelas autoridades governamentais. (p. 192)

Cintra (1978) promoveu a análise do processo da política urbana brasileira assentada em bases algo distintas em relação às propostas por Schmidt. Procurou privilegiar uma investigação que, ao partir do Estado, tem nesta instituição o espaço político de tomada de decisões para que soluções sejam apresentadas como resultado de um quadro de demandas manifesto pela sociedade.

Neste trabalho, Cintra procurou identificar as características do contexto político que permitiram o desenvolvimento do planejamento urbano e, em especial, do planejamento metropolitano.⁴ Os aspectos relevantes de sua análise referem-se: à organização interna do Estado, predominantemente setorializada e de unidades relativamente autônomas, à tendência centralizante em favor do governo federal e do poder executivo e à necessidade de compreensão do sistema de interdependências entre níveis de poder em relação ao urbano.

A análise desenvolvida parte do pressuposto da existência objetiva de problemas enfrentados pelos atores políticos e que são percebidos através dos interesses de uma coalizão dominante de forças sociais. Entretanto, não são todas as demandas que serão objeto de decisões públicas. Somente alguns problemas, efetivamente, serão relacionados como prioritários pelo núcleo de interesses dos grupos governantes.

Ao enfrentá-los, fazem-se escolhas para as diversas alocações de recursos escassos de que dispõe a organização política. Isto é, produzem-se "políticas" que favorecem ou prejudicam de modo diferente os grupos funcionais, as regiões e as classes sociais, na medida em que os interesses das classes, regiões e grupos coincidem com interesses definidos como nacionais ou com eles se chocam. (p. 178)

As bases da política urbana brasileira pós-64, inclusive para Schmidt (p. 45), são o Serfhau e o BNH, este último associado ao FGTS e à Caderneta de Poupança como fontes de financiamento para desenvolvimento de seus programas. A política urbana que se inicia, privilegia a habitação, refletindo o caráter setorial, não

compreensivo, do processo, que acabaria por se assemelhar ao ocorrido no período populista. Neste ponto as interpretações de Schmidt, Cintra e Andrade (1976) coincidem.

Dentre estes autores, Cintra procurou ir mais adiante. Preocupado com as propostas e intenções de desenvolvimento de uma política urbana global integrada em um contexto, como o do Brasil, de nítida vitória das políticas setoriais para áreas urbanas, foi levado a concluir a favor da inviabilidade de sua ocorrência. O argumento central levantado é de que vários são os grupos que demandam ações públicas para o atendimento de questões de natureza diversa, conduzindo à caracterização da política urbana com feição grandemente fragmentada.

Porém, ao se propor à recuperação da política urbana brasileira,⁵ Cintra percorreu centros algo distintos de informação, quando comparado a Schmidt, através do privilegiamento das estruturas político-institucionais e processos decisórios relevantes para a configuração das políticas urbanas.

Sua análise compreendeu os períodos 1946/64 e pós-64 e conforme já assinalado a compreensão do período mais recente encontra suas raízes na rejeição pelos novos donos do poder ao caráter distributivista das políticas.

Esta mudança, paulatinamente, foi sendo incorporada às ações políticas no período, reforçando-se o caráter da eficiência financeira da qual o BNH tendeu a se caracterizar como um dos melhores exemplos. A estrutura que foi erigida colocará em questão o "bem público" que cada vez menos se distingue de um "bem privado", conduzindo a política habitacional e as demais que foram promovidas pelo Banco na direção oposta à da produção de bens públicos pelo Estado.

É necessário assinalar a trajetória da atuação do BNH sobre o urbano que, ao ser criado, propunha solucionar o problema da demanda por habitações pelos setores de baixa renda. Dentro desta preocupação, foram produzidos os primeiros conjuntos habitacionais, quando se verificou que a oferta exclusiva de unidades habitacionais mostrava-se insuficiente.

Paulatinamente, foi se assistindo à ampliação das funções do Banco na direção de propostas de intervenção no desenvolvimento urbano. A diversificação quanto às áreas de intervenção pareceu emergir em resposta a uma dupla necessidade. De um lado, a percepção de que a construção de conjuntos habitacionais desprovidos de serviços urbanos mínimos estava se mostrando inviável diante da grande proporção de casos de inadimplência e de abandono do imó-

vel. De outro lado, a necessidade de encontrar novos programas para aplicação de recursos que começavam a se avolumar nos cofres do Banco. Dentro desta linha, em 1967 foi criado o Programa de Financiamento de Material de Construção (Fimaco) e, em 1968, foi criado o Programa de Financiamento de Saneamento (Finsa).

A partir destes programas o BNH passou a assumir um papel mais decisivo na intervenção urbana. Em especial na Administração Rubens Vaz da Costa (governo Médici) as suas características de atuação aproximavam-no de um banco de desenvolvimento urbano. Neste período foi instituído o Plano Nacional de Saneamento (Planasa) e o Programa CURA — Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada.

Ao entrar efetivamente em novas áreas de atuação, o BNH define um novo conjunto de mutuários, formado por organismos públicos estaduais e municipais, aos quais estendeu o modelo original de financiamento da habitação.

Em fins da década de 70 retomaram-se as iniciativas no campo de habitação popular.

No ano de 1964, pela mesma lei de criação do BNH, foi criado o Serfhaú, com objetivos de longo alcance e especial preocupação com o desenvolvimento do planejamento urbano.

Herdeiro da Fundação da Casa Popular, o Serfhaú caracterizou-se, numa primeira fase, por uma atuação no setor habitacional. Somente em 1966 suas funções foram regulamentadas passando, então, a definir o planejamento urbano no Brasil e adquirindo competência para coordenar e elaborar políticas nacionais de "planejamento local integrado", formuladas segundo as linhas de desenvolvimento regional.

Inaugurou-se novo período de atuação do Serfhaú, o qual Andrade (1976) subdividiu em duas fases: de 1967 a 1969, caracterizada pelos planos de desenvolvimento local integrado; e de 1969 em diante, marcada por mudanças na escala dos planos com o Programa de Ação Concentrada (PAC) e com o planejamento para as áreas metropolitanas.

A sua experiência resultou em fracasso, quando observada a quase total inexistência de implementação dos planos propostos. Enquanto instituição acabou sendo absorvida pelo BNH, passo decisivo para sua extinção, não conseguindo, em nenhum momento, reunir poderes para uma efetiva institucionalização.

As razões apontadas para o seu fracasso, expressas por Cintra, reportam-se a Harry Cole (ex-superintendente do Serfhaú) que o associou à burocratização da política urbana e à tendência hierarquizante como resultantes da "tradi-

ção socialista” das Ciências Sociais no Brasil. Contudo, Cintra acrescentou uma possível omissão da consideração de que esta tendência possa ser resultado da própria concepção de um “sistema de planejamento local”.

A conclusão semelhante chegou Andrade (1976) ao afirmar que o Serfhou foi “engolido” pelo predomínio da política habitacional na política urbana brasileira e foi levado, pela própria sistemática de trabalho construída, à burocratização excessiva e onerosa da política e do próprio órgão responsável.

Schmidt procura ir mais longe e atribui o fracasso da política urbana promovida pelo Serfhou ao caráter municipalista dentro do contexto nacional de forte tendência centralizante.

Ao lado destas questões, começou a emergir na agenda pública a necessidade de decisões político-administrativas acerca das áreas metropolitanas, problema que já era identificado desde a década de 50.

As primeiras decisões ocorreram em 1967 e 1973, através da Constituição Federal que previu sua institucionalização e de lei federal que promoveu a sua regulamentação, respectivamente. Em 1974, foi criada a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana – CNPU,⁶ de âmbito federal, órgão encarregado da definição de diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano.

A enorme quantidade de problemas decorrentes desta questão, ainda não resolvidos, esbarram em dificuldades que se situam no plano político e jurídico, em especial na necessidade de solução ao estabelecimento de algum grau de competência metropolitana, ainda ausente e que se situa a meio caminho entre os governos municipais e estadual.

b) A Política Habitacional

A política habitacional, em especial a habitação popular dos anos pós-64, tem recebido a maior atenção dos autores dedicados à área, destacando-se a atuação do BNH, agência central da política. Justificável esta atenção, por seu lado, pela magnitude do problema em si mesmo e por ter sido a área onde o Estado elaborou e colocou em prática um programa de âmbito nacional, sobre ele dando uma ênfase peculiar. Não obstante, as análises sobre essa questão revelam ainda forte acento sociológico enquanto investigação de casos centrados na política de remoção e urbanização de favelas dos setores populares urbanos por parte de políticas governamentais.

A visão analítica mais significativa da evolução das condições urbano-habitacionais no Brasil está indicada na resenha de Valladares e Figueiredo, “Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente”. Importantes análises de vários autores se distribuem por sete áreas: favelas; ação governamental no campo de habitação; periferia; loteamento e auto-construção; moradia e trabalho; uso do solo; movimentos sociais urbanos ligados à questão da habitação; e textos de natureza geral.

A recuperação mais relevante sobre a trajetória da ação do BNH é encontrada no trabalho de Azevedo e Andrade (1982). Para estes autores o quadro institucional que corresponde à política habitacional é atípico, pois à sua frente não se encontra um ministério ou órgão da administração direta, porém um banco.

Pelo desenvolvimento de uma análise suficientemente aprofundada sobre o BNH, foi apontada as dificuldades de consecução de um programa que objetivasse a satisfação de necessidades habitacionais das populações de baixa renda, a partir da utilização de meios voltados à dinamização da economia, à geração de empregos, ao estímulo da indústria da construção civil e à agilização do setor financeiro que, gradativamente, foram sendo implantados. Este direcionamento conduziu à identificação do próprio Banco e do modelo de política por ele gerado na condição da principal inovação da política habitacional pós-64.

Esta inovação é pautada pelos seguintes aspectos: 1) trata-se de um banco; 2) define-se um mecanismo de compensação inflacionária; a correção monetária; 3) é um sistema que objetiva a articulação entre os setores público (principal financiador) e privado (principal executor da política).

Segundo uma análise centrada nas características internas ligadas à concepção, planejamento, execução e suporte institucional da política habitacional, estes autores definiram a atuação do BNH em três períodos⁷

- 1) De 1964 a 1969 – “implantação e expansão” – caracteriza-se pela primazia da política no tocante à oferta de habitação às populações de baixa renda. A compreensão deste período é afeta às próprias razões que nortearam a criação do Banco de busca de legitimidade junto às massas urbanas mobilizadas ao final do período populista e da crença na conciliação dos objetivos sociais com o modelo empresarial de atuação do BNH.

- 2) *De 1970 a 1974* – “período de decadência” – caracteriza-se pela perda de dinamismo das Companhias Habitacionais. O quadro econômico do período conduziu a uma perda real do poder de compra do salário mínimo e o resultado, ao nível dos financiamentos habitacionais, foi o aumento substancial de casos de abandono de imóveis e de inadimplência.
- 3) *A partir de 1975* – “restauração” – caracteriza-se pela recrudescimento das atividades das Companhias Habitacionais, para o que foram fundamentais a elevação da faixa de renda da clientela a ser atendida e a recompra de imóveis usados por pessoas com melhor poder aquisitivo.

Para Azevedo e Andrade a política de habitações para população de baixa renda empreendida pelo Banco, ao longo dos anos analisados, fracassou. As explicações devem ser buscadas no próprio modelo BNH que, ao ser rígido, não conseguiu desenvolver novos “feitos” de solução ao problema e na própria burocracia do sistema habitacional, dominada por uma tecnocracia com forte mentalidade financeira e ideologia empresarial.

Bolaffi (1977) pretendeu o desenvolvimento de uma avaliação do plano da habitação popular do BNH, intimamente relacionada ao cenário das decisões da política econômica procedida na década de 60 que favoreceram um processo de concentração de renda. A partir dos dados colhidos em três conjuntos habitacionais – nomeados ficticiamente – examinou o problema da habitação popular à luz da distribuição de renda no Brasil e, em especial, da renda das faixas mais pobres da população. Ao nível dos efeitos provocados pelo plano, a situação encontrada foi considerada grave, tanto para a população que assumiu compromissos hipotecários com o BNH como para os setores mais carentes da população que têm diminuídas suas oportunidades de atendimento das necessidades por habitação. A compreensão destes efeitos deve, portanto, ocorrer dentro do quadro de concentração de renda verificado no Brasil, contrastado ao mecanismo de elevação das prestações das habitações, conforme o modelo proposto pelo BNH.

No plano da economia nacional, a discussão de Bolaffi colocou-se em termos das opções possíveis ao Brasil em matéria de política econômica. Pelo menos a partir de 1967, as decisões tomadas foram no sentido de estimular a indústria de bens de consumo durável que, com-

parativamente à indústria da construção civil, apresentaria efeito econômico mais rápido, porém menos duradouro.

Para Bolaffi, a compreensão da “função efetivamente desempenhada pelo Plano de Habitação Popular” não residiu na eliminação do déficit habitacional – um conceito pelo menos duvidoso quando empregado em economias de mercado e um falso problema. Esta questão foi analisada mais aprofundadamente em outro trabalho do autor (1975), onde apontou que o caráter falso do problema poderia ser apreendido pela análise do desempenho do BNH. Após 6 anos de existência, em 1971, o Banco havia atendido 24% da demanda populacional urbana, não conseguindo, portanto, diminuir o déficit; ao contrário, vendo-se diante de um acréscimo do mesmo da ordem de 76%.

Na medida em que não conseguiu, neste período, seu intento básico, Bolaffi questionou sobre qual seria a função real do BNH. Sua resposta estaria na revelação do modo de operar e dos mecanismos de funcionamento do Banco. A lógica que presidiu esta atuação consistiu em transferir crescentemente recursos financeiros e níveis de decisão sobre sua aplicação à iniciativa privada. Portanto, a função real do BNH seria a de instrumento da acumulação privada do capital, a qual se mascara com a proposta de corrigir o “déficit habitacional”. Esta é a transfiguração de um problema, fazendo com que ele assumia “um significado compatível com a vontade popular”, mantendo-se com isto o processo de mascaramento ideológico dos “problemas do real e os substitui pelos falsos problemas”. (1975:73).

Ao lado destes estudos encontram-se aqueles que se dedicam ao problema da favela, através da investigação dos programas de sua erradicação e, mais recentemente, de urbanização.

Dentro da perspectiva de um estudo sobre o programa de remoção de favelas, Valladares (1980) centralizou suas investigações na dinâmica da execução deste programa e na participação dos diferentes atores sociais neste processo. O foco central de seu estudo repousou nas práticas informais de distorção do Sistema Financeiro da Habitação e, mais especificamente, do programa da Cohab e que se revelaram positivas, representando a resposta adequada à luta pela sobrevivência.

Aos mesmos resultados a autora chegou em “Favela, Política e Conjunto Residencial” (1978), onde mostrou que os diferentes acessos ou recompensas aos conjuntos residenciais foi o resultado da manipulação do Sistema Financeiro da Habitação com a utilização da burocracia

vigente. Neste processo, o pequeno burocrata é pela fundamental, permitindo que pessoas "apadrinhadas" e que não haviam sido removidas tivessem tido acesso à casa própria.

Dentre as experiências em urbanização de favelas, a mais conhecida e já tomada clássica foi a desenvolvida na favela Brás de Pina (Rio de Janeiro). Conforme relatado por Blank (1981), este processo inicia-se com a organização e posterior pressão da população favelada sobre os órgãos públicos diante da ameaça que o programa de erradicação, que já promovia a remoção de parte de sua população para um conjunto habitacional, estava representando. A experiência revestiu-se de intensa participação popular que ocorreu coletivamente nas fases de elaboração e execução do plano. A partir do momento em que os moradores passaram a ter sua casa, produto do processo de urbanização, e o interesse comum e coletivo já estava atendido, a representatividade da associação organizada dos moradores começou a declinar. Agora o problema passa a ser individual e é necessário o esforço familiar para se encontrar soluções para manter e pagar a "sua" casa.

c) A Política do Planejamento Urbano

A bibliografia disponível sobre o planejamento urbano tem sido produzida, em grande parte, por profissionais que tenham participado ou estejam participando de seu processo. As formulações nela contidas demonstram a preocupação de realizar a avaliação da experiência percorrida à luz de orientações teóricas e o grande mérito pelo desenvolvimento de uma análise crítica que, em boa proporção, procura indicar alternativas à própria prática.

O planejamento seria encarado como meio adequado de fazer com que os bens públicos fossem produzidos na quantidade e qualidade demandadas, no tempo oportuno e de modo tal que, na obtenção singular de cada um deles, as interdependências com os outros fossem levadas em consideração, para maior eficiência e economicidade de recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se a idéia que constitua um bem-público de segundo grau, pois visa resultados não espontaneamente obtidos pelas ações isoladas dos agentes públicos na produção de bens coletivos singulares. (p. 117)

Por estas afirmações de Cintra (1974), depreende-se um aspecto que merece ser destaca-

do: planejamento é "bem público", isto é, política pública que emerge em determinados contextos onde se manifestam dificuldades na satisfação de necessidades coletivas, pela ação isolada dos agentes públicos. Em torno de questões teóricas sobre a política do planejamento e do papel do planejador — obrigatoriamente envolvido em conflitos de valores e interesses — desenvolveu-se este trabalho de Cintra.

A identificação de dois tipos de planejamento urbano centrou as discussões. O planejamento compreensivo ou unitário, preocupado com a remontagem da estrutura física de uma cidade para uma data futura, consistiria em um desenho-proposta que guiaria decisões públicas e privadas num determinado período de tempo.

O planejador compreensivista, ao compartilhar de uma visão negativa dos mecanismos de mercado, intentaria, em suas propostas, corrigir as deformações existentes e as estreitezas dos interesses grupais. Pela adoção de uma postura tecnocrática, seriam elaborados planos de estruturas físicas de médio e longo prazos, para cuja consecução deveriam ser dirigidas as atividades dos vários sistemas econômicos, sociais, culturais e políticos operantes na geografia urbana. O requisito político para a obtenção do padrão territorial antecipado e, portanto, da eficácia deste modo de planejamento, seria a grande concentração de poder, com pouca audiência das demandas canalizadas pelo processo político.

O segundo tipo de planejamento consistiria no planejamento adaptativo que, partindo do reconhecimento da existência de um sistema natural de interdependências decorrente da divisão do trabalho e da especialização e intercâmbio de atividades, procuraria desenvolver-se através de um processo de interação de pessoas, entidades e unidades administrativas. Há a valorização dos mecanismos espontâneos e informais e o temor à burocratização, à centralização das decisões e aos planos impostos. O resultado final seria uma proposta que melhor serviria aos interesses das diversas partes afetadas, uma vez que o processo da atividade de planejar ocorreria pela aceitação e sua própria integração ao sistema geral de interdependências.

As duas formas de planejamento indicadas procurariam atender necessidades, preferências e valores de um "público" que não dispõe de poder de escolha ou carece de proteção no confronto com indivíduos ou grupos que, na situação concreta, tenham maior poder na realização de seus interesses.

Este "público", contudo, esconde grande heterogeneidade e a internalização dos bens tenderá a ser mais ou menos limitada ou orientada

e nunca será completa quando se fizer referência a todo o público atingido.

A identificação da clientela envolvida pelo planejamento remete à questão acerca do caráter do Estado e das lutas engendradas pela sociedade por medidas redistributivas. Neste sentido, devem se contrapor a um Estado produtor de bens coletivos, concentrador de poder para obtenção de metas comuns, um Estado solidário com a estrutura de desigualdades sociais, que significa também desigualdades de acesso às decisões políticas.

O planejamento urbano no Brasil, para Cintra, estaria correspondendo a uma estrutura onde a luta pela redistribuição ainda não se configurou, ocorrendo a internalização limitada ou orientada de externalidades ou restrição da "comunidade política", ou seja, o conjunto dos que são levados em conta numa decisão.

Em outro trabalho, onde se propôs a estudar a experiência de planejamento metropolitano em Belo Horizonte pela observação de dois casos, Cintra (1982) enfatizou a relevância da relação planejamento urbano/poder. O ângulo adotado para análise repousou no conflito existente entre propostas de intervenção integrada e agências públicas setoriais, ampliando o escopo das relações sociais envolvidas no processo, as quais definem interesses com maior poder de pressão. Desta forma, define-se uma arena política mais ampla para o estudo.

A questão colocada desenvolveu-se em torno do planejamento compreensivo⁸ ou integrado e da verificação das possibilidades de sua execução, dentro de um contexto de relativo consenso quanto à sua desejabilidade. A noção de "integração" pode estar referida a uma articulação entre agências públicas de atuação setorial à luz de um plano de conjunto. A natureza de uma proposta que tenderia a romper acomodações de poder existentes poderá trazer um fator complicador ao desempenho dos órgãos setoriais. O sucesso da agência de planejamento é portanto, função dos instrumentos de controle político-administrativos que lhe sejam atribuídos.

Sob outros ângulos poderá, também, ser vista a noção de "integração" e que estão relacionados à maneira como os profissionais encaram a cidade. Se, de um lado, a cidade é um sistema de produção, a integração tenderá à funcionalidade urbana e à eficiência que este sistema exige. Ganham relevo, nesta perspectiva, as técnicas integrativas oriundas da cibernética e análise de sistemas e o uso da perícia no processo de tomada de decisões.

Se, de outro lado, a cidade é um centro de consumo, a preocupação com a integração está voltada para as características da cidade como local de convívio, atingido negativamente pelas conseqüências indiretas dos programas unilaterais. Para Cintra, a proposta de intervenção integrada dos planejadores metropolitanos mineiros se adequaria a este ângulo, o que é revelado pela maneira como são encaradas as externalidades de ações setoriais sobre o público.

É possível, neste ponto, o estabelecimento de alguns parâmetros entre estas colocações de Cintra e as de Lamparelli (1978),⁹ no momento em que este autor faz referência às origens, definição e evolução das noções de urbano que acabam por orientar a prática do planejamento.

Noções analógicas (cidade como organismo vivo, como máquina cibernética e como ecossistema humanizado) e antinômicas (cidade-campo, moderno-atrasado, local-nacional etc.) do urbano penetraram na prática do planejamento, impedindo o florescimento de um pensamento crítico e dinâmico que conseguisse superar o imediatismo das respostas conjunturais e não contribuindo com uma base segura que conseguisse identificar e explicar as contradições sociais. O planejador projeta e propõe a partir de representações da cidade, de ideologias, que o levam a tratar o urbano como um objeto autônomo, desligando-o de cada tipo e de cada período da organização social. O tratamento autônomo dispensado ao urbano, seria, para Lamparelli, talvez o engano fundamental.

A possibilidade de estabelecimento de relações entre as colocações destes dois autores emerge, também, ao nível do conflito entre planos integrados e atuação pública setorializada. Cintra assinalou que, não obstante a tendência lógica em prol de planos integrados e o esforço dos planejadores em propor medidas de controle de externalidades negativas, as ações e decisões em favor de programas setoriais foram bem sucedidas. Lamparelli, por sua vez, ao discutir o método do planejamento, afirma que o planejamento urbano foi o resultado da constante setorialização da realidade e da tentativa de integração dos vários setores em um "sistema global".

Contudo, existem distinções significativas entre estas duas colocações. Segundo Lamparelli, os próprios roteiros dos "planos diretores" (ocorridos em outro momento histórico em relação ao do planejamento metropolitano)¹⁰ traziam em si a concepção de que "a somatória dos diferentes setores avaliados e das ações preconizadas deveria, logicamente, solucionar os problemas diagnosticados". (p. 108). Para Cintra o planejador metropolitano tem efetivamente a

intenção de planejar integradamente, objetivando o controle dos efeitos indiretos de ações setoriais.

Como encaminhar soluções para suprir a falta de bens públicos singulares através do planejamento? Como neutralizar as ações parciais que tendem a vizar setorialmente as ações públicas do privilegiamento de alguns interesses em detrimento de outros? O começo de solução, segundo Cintra, estaria "na ênfase do planejador na concentração de poder nos níveis adequados e sua aplicação à obtenção de novos bens coletivos, ou à proteção e promoção das situações existentes em que estes já se materializam" (1974: 137).

A experiência enfrentada pelos planejadores mineiros mostrou, dentro da especificidade dos casos analisados, que não necessariamente as decisões tomadas são as mais racionais ou tecnicamente desejáveis. As decisões tomadas situam-se muito mais no campo dos interesses em jogo.

Ao procurar explicitar os entraves à prática do planejamento urbano, Lamparelli concluiu pela sua re colocação "como prática inserida num processo político e, enquanto tal, interferindo no jogo das contradições que se estabelecem em torno do interesse das classes dominantes e das necessidades das classes dominadas". E mais adiante acrescenta:

Em síntese, o desempenho do planejamento urbano não se coloca como realização pura e simples de métodos e técnicas, mas sim da efetiva criação de canais de participação das classes sociais, que permitam explicitação das contradições, interesses e necessidades, no seu processo decisório. (p. 113)

Numa abordagem semelhante, Costa (1978) considerou a questão do planejamento urbano a partir das funções tradicionais do poder público. Para este autor, o planejamento tem sido irrelevante no sentido da transformação concreta das cidades, que vão se formando "muito mais em função dos interesses de agentes privados individuais do que de interesses coletivos ou do poder público, cuja posição é basicamente subalterna e cuja ação é apenas complementar" (p. 86).

Sob denominações diversas, os planos urbanos enquadrar-se-iam na função pública de direção do desenvolvimento urbano. Mais do que captar os aspectos descritivos desta função, Costa salientou a importância de se abordar as determinações e tendências básicas do poder público, consideradas fundamentais para a identificação dos limites do planejamento e do qua-

dro de contradições com o qual conviverá o planejador.

Dentro destes parâmetros, os objetivos e diretrizes de um plano transparecem como expressão da ideologia imprimida à função de direção do poder público. Ao apontar os objetivos mais relevantes orientadores da ação planejada, contrapostos à ação pública sobre a realidade urbana, o autor salientou a existência de profundas contradições, as quais dificultam sobremaneira o papel do profissional em planejamento.

No intuito de encaminhar o problema, procurou relacionar as contradições mais evidentes que emergiram da análise dos objetivos básicos do planejamento, quando confrontados com as funções do poder público na produção das cidades, com a dinâmica do crescimento urbano e seus impasses e com as determinações maiores desta dinâmica. Dentre as contradições, salientou como fundamentais:

(...) a contradição maior do planejamento urbano consiste em definir objetivos finais que implicam uma alteração total do modelo de crescimento urbano sem que se proponha ao mesmo tempo uma estratégia adequada e consistente. Na ausência dessa estratégia que reorganizaria as forças sociais em presença, dando-lhe uma nova estrutura de articulação viável, é fatal que todas as ações isoladas divergentes do atual modelo sejam logo bloqueadas ao nível das primeiras experiências ou dos simples projetos.

Outra contradição fundamental será pretender desenvolver ações inovadoras do processo local de urbanização sem que sejam alterados os fatores determinantes deste processo, situados a nível regional ou nacional. (pp. 97/8).

A explicação apresentada, por Costa diante das contradições apontadas, apoiou-se na hipótese fundamental de que o planejamento cumpre uma função ideológica do Estado, tornando indispensável qualquer rebatimento da ação planejada sobre a prática administrativa e desta sobre a realidade urbana. E acrescenta:

Não é por acaso que a atividade de planejamento tem envolvido a montagem de aparelhos técnico-administrativos impressionantes, mobilizado intelectuais respeitáveis, dispendido recursos materiais e financeiros importantes, elaborado diagnósticos e planos de alto nível técnico. Na verdade assim se

está simbolizando, de alguma forma, a garantia de que o poder público se situa à altura dos problemas e caminha para as soluções. E isso não é desprezível no plano da legitimação do próprio sistema político. (p. 96)

Dentre as colocações expressas pelos autores considerados, cumpre salientar aquilo que talvez consista na diferença básica entre elas. Cindra atribui um papel ao planejamento urbano (e metropolitano) de política pública (*policy*) e, enquanto tal, um “bem público”, que procura ocupar um espaço político específico em meio a conflitos que se estabelecem entre interesses. Para Lamparelli e Costa, o planejamento é antes de tudo um instrumento, um meio para se atingir outros fins, seja, como coloca o primeiro deles, uma prática em grande parte voltada para o atendimento dos interesses das classes dominantes, seja, como coloca Costa, com um papel de legitimador do próprio sistema político. Ao nível de proposta para novos caminhos da ação planejadora, estes autores consideram fundamental a explicitação das contradições sociais que tem sido mascaradas até o presente, através de pensamento e atitude críticos do planejador e para com o próprio planejamento, quando então “será possível conferir objetividade à ação planejadora do Estado, a quem interessa em última análise administrar e não ocultar os conflitos em presença”. (Costa, p. 97)

II. A Questão dos Determinantes Gerais e a Ênfase aos Processos Sócio-Econômicos ou Ideológicos

Os elementos teóricos que fundamentam esta abordagem originam-se na análise marxista numa perspectiva teórico-metodológica definida como estrutural. Dentro desta perspectiva, o processo de formação do Estado capitalista é associado, estruturalmente, à própria emergência do modo de produção capitalista, como resultado da separação dos poderes econômico e político que, nas estruturas feudais, corporificavam-se numa mesma personalidade. Em decorrência das bases teóricas que fundamentam a análise do capitalismo, apoiadas no determinismo econômico, o processo de compreensão do Estado tem-se inclinado no sentido de inseri-lo no bojo das relações capitalistas, definindo-lhe o papel de articulador dos interesses dominantes e o local de acomodação dos conflitos entre classes.

As análises mais recentes têm procurado distanciar-se do determinismo econômico, de caráter mecânico, imputando-lhe a responsabilidade pelas dificuldades analíticas de compreensão da esfera política. Em última instância, entretanto, continua a ser preservado o papel determinante da esfera econômica na formação social capitalista.

Neste sentido, menção especial é feita ao estudo desenvolvido por Schmidt, devido aos esforços empreendidos na definição das bases que lhe permitirão fundamentar o Estado capitalista. Pela incorporação do trabalho de Poulantzas, especialmente no tocante à identificação dos elementos-chave que constituem o Estado capitalista em geral,¹ Schmidt preocupou-se em definir alguma relatividade ao conceito de Estado, não reduzindo sua ação a um reflexo dos interesses da classe dominante. Ao contrário, pretendeu atribuir-lhe um “poder supremo sobre todos os atores”. Ao mesmo tempo, procurou apontar para a possibilidade de conflitos e cisões dentro da classe dominante sem, não obstante, retirar-lhe o peso hegemônico da sua determinação sobre a ação estatal, peça básica na articulação dentro do conjunto social no sentido da expansão e aprofundamento das relações capitalistas e da manutenção da dominação política.

A ação do Estado explicitada sob a forma de política urbana, de acordo com as colocações de Lojkin,² é vista como uma *unidade*, num sentido que não se confundiria com monolitismo, uma vez que o autor pressupôs a existência de contradições e fissuras dentro do próprio aparelho estatal.

A expressão desta unidade dar-se-ia pela consideração de uma visão de Estado compreendida como o *conjunto* da máquina administrativa que “produz” uma distribuição segregativa dos equipamentos urbanos, conforme sua origem seja emanada da reprodução do trabalho vivo ou da reprodução do trabalho cristalizado. Neste sentido, a unidade da política urbana dar-se-ia ao nível de seu efeito social — em termos da segregação social dos equipamentos urbanos — e ao nível da função social do conjunto do aparelho do Estado.³

A proposta pretendida por Lojkin é a de imprimir relevância a uma ação estatal no seu “movimento” sobre uma sociedade de classes com acessos estruturalmente desiguais aos equipamentos urbanos, retornando a um Estado com estrutura e função unificados. Em poucas palavras, trata-se de uma ação dirigida para a realização da completa socialização capitalista do conjunto social.

Para Castells,¹⁴ a ação do Estado é encarada no sentido do suprimento de bens de consumo coletivo, para os quais o tratamento econômico e social não ocorre através do mercado. Compete ao Estado, dentro de um processo que se desenvolve em consonância com os interesses específicos e gerais do capital, atender as necessidades urbanas de equipamentos e serviços coletivos.

Dentro de contextos sociais historicamente definidos, os bens coletivos seriam aqueles cuja produção não estaria sendo assegurada pelo capital, seja porque apresentam uma taxa de lucro inferior à taxa média, seja porque são bens ou serviços monopolizados pelo Estado com o objetivo de assegurar o interesse da classe capitalista em seu conjunto.

(...) esses "bens de consumo coletivo" seriam aqueles necessários à reprodução da força de trabalho e/ou reprodução das relações sociais; sem o que eles não seriam produzidos, apesar de sua falta de interesse pela produção.

Enfim e sobretudo, esta produção do consumo coletivo (à taxa de lucro baixa ou nula) representa um papel fundamental na luta do capital contra a baixa tendencial da taxa de lucro. De fato, desvalorizando uma parte do capital social por investimentos sem lucros, o Estado contribui para aumentar, por consequência, a taxa de lucro do setor privado, apesar da baixa tendencial da taxa de lucro relacionada ao capital social no seu conjunto. Portanto, mesmo se este mecanismo não é a principal arma do capital para se contrapor à B. T. T. L. (baixa tendencial da taxa de lucro), a intensificação da exploração e seu desenvolvimento na escala mundial como arma essencial, deve ser ressaltado que a intervenção do Estado é um dos principais mecanismos do capitalismo monopolista, em termos de consumo e não somente pela reprodução do capital.¹⁵

As colocações de Lojkine e Castells conduzem a discussão para a definição das funções do Estado dentro da abordagem estrutural. Expressado por estes dois autores e apreendido pela leitura dos trabalhos sobre a política urbana no Brasil, identificam-se duas funções básicas que, invariavelmente, tem orientado a ação estatal. Trata-se da definição do papel do Estado como instrumento da acumulação privada do capital e como instrumento de legitimação do sistema em seu conjunto.

Ao nível do desempenho de uma função relacionada ao sistema econômico, as análises desenvolvidas sobre a intervenção estatal na realidade urbana brasileira, tenderam a associar ao papel do Estado como provedor de bens e serviços socialmente improdutivos — os bens de consumo coletivo assinalados por Castells — o seu papel como indutor e incentivador do próprio processo de acumulação. Não obstante, os trabalhos levantados não exploram uma possível função de acumulação em desenvolvimento pelo Estado brasileiro, como tem se verificado na sua área empresarial.

Dentro desta linha, a análise empreendida por Bolaffi sobre os programas de habitação popular do BNH é conduzida para a definição do papel do Estado em termos de criação de novas condições para a acumulação privada do capital.

Schmidt, ao conferir ênfase à função de criação de condições à acumulação exercida pelo Estado brasileiro, conclui pela afirmação de seu papel de assegurador e expandidor das bases materiais do sistema capitalista em seu conjunto.

(...) existe uma necessidade implícita de intervenção estatal para manipular os efeitos do processo de acumulação como tal.

(...) as suas políticas intervencionais devem ser compreendidas como resultado do desdobramento de leis econômicas inerentes à existência de uma sociedade caracterizada pela produção de *mercadorias*.¹⁶

Na consideração do processo da política urbana brasileira a partir de 1964, Schmidt atribui-lhe-á o significado de:

conjunto complexo de programas e ações dirigidas para a eliminação dos obstáculos à completa socialização do espaço urbano através da reprodução expandida do capital.¹⁷

Dentro desta perspectiva, a intervenção estatal é dirigida para a eliminação das formas pré-capitalistas de ocupação do espaço urbano, funcionando como "corretivo" hábil à criação das condições materiais à supremacia capitalista.

A segunda função atribuída ao Estado seria a da legitimidade, expressa em termos da aceitação de uma ordem social dominante.

O Estado tem de tornar possível a crença de que a base econômica da sociedade não é formada por agentes da produção distribuí-

dos em classes sociais, e sim que ela é composta de indivíduos que constroem a comunidade política nacional através do exercício do sufrágio universal.¹⁸

A atribuição de uma função legitimadora ao Estado manifesta-se por uma imposição ao conjunto da sociedade, inclusive ao próprio Estado, da ideologia dos interesses dominantes conforme definem-se as regras ao nível do sistema de produção.

Orientado por colocações desta natureza, Costa define a função de legitimação do próprio sistema político ao planejamento urbano no Brasil, através do desenvolvimento de uma análise que aponta as contradições inerentes à própria prática do planejamento.

A partir de uma perspectiva teórica estabelecida nestas bases, decorre, naturalmente, a pressuposição de que o estudo sobre política urbana implica necessariamente a apreensão do processo de urbanização no contexto da formação social que lhe é correlata. Em outros termos, a utilização de referências estruturais sobre a atuação do Estado em áreas urbanas tende à análise, simultaneamente desenvolvida, dos fenômenos "questão urbana" e "política urbana".

A investigação de Schmidt, em especial, é encaminhada dentro deste limite. Ao definir a questão urbana como "um conjunto complexo de demandas políticas e sociais de caráter urbano", orienta sua investigação num duplo sentido: sobre as características assumidas pelo processo de urbanização e sobre as respostas do Estado no atendimento das demandas urbanas.

É oportuno, complementarmente, deixar assinalado o encaminhamento teórico desenvolvido por Castells¹⁹ sobre a compreensão e definição do fenômeno "urbano". As colocações apresentadas vinculam estreitamente o urbano aos processos de "consumo coletivo", em termos da organização dos meios coletivos da reprodução da força de trabalho que, historicamente, encontram-se intimamente ligados à intervenção estatal. Apesar da cidade ser composta de grande diversidade de práticas e funções, ela é principalmente uma unidade de consumo.

III. A Autonomia da Esfera Política e a Ênfase aos Processos de Tomada de Decisões e de Participação Política

A análise encaminhada através desta abordagem situa o Estado como o centro do processo de decisões. Estas decisões irão se traduzir em

intervenções, materializando, em última instância, o próprio Estado. O seu desenvolvimento ocorre pela investigação em torno de determinados processos políticos que são os elementos-chave para a compreensão dos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.²⁰

O objeto que nos interessa é na realidade o processo das políticas públicas; ou, dizendo de outro modo, é a própria ação do Estado, dentro de coordenadas históricas bem definidas, porém particularizada em políticas específicas. (...) Parece-nos mais apropriado (...) ver o sistema de políticas públicas como um processo em fluxo, que se caracteriza por constantes barganhas, pressões e contrapressões e não raro por redefinições do próprio objeto das decisões.²¹

Num plano mais geral, a orientação que se estabelece, apoia-se no reconhecimento da existência de um duplo processo. De um lado, tem-se o processo político mais amplo. A natureza do regime, suas inflexões e as variações de governo podem selecionar e alterar áreas de intervenção e determinar os procedimentos a serem adotados. A este nível compete a determinação das áreas que serão ou não privilegiadas, isto é, que problemas terão acesso à agenda pública e, conseqüentemente, poderão vir a ser objetos de decisão política.

De outro lado, tem-se o processo da própria política — no sentido de *policy*. Em todas as suas etapas, a dimensão política é sempre presente, quer por determinação específicas — ao nível da política em si —, quer pelos impactos que recebe do processo político mais amplo.

Dois processos políticos devem ser destacados, mercê de sua pertinência ao estudo de políticas. Trata-se dos processos de tomada de decisões e de participação política que se desenvolvem em torno de objetos específicos.

Para tanto, o desenvolvimento do estudo somente poderá ocorrer pela consideração dos sistemas de participação e de decisão estruturados mutuamente e interrelacionados,²² à luz do objeto de decisão em pauta. Concomitantemente, há que se conhecer o objeto, em especial quanto a suas possibilidades de divisão, pois ele irá determinar a capacidade de sensibilizar atores políticos, a sua forma de atuação e o exato instante em que a decisão será tomada. Em função de suas características poderá ocorrer, também, uma ampliação ou limitação dos agentes participantes e que, por sua vez, poderá contribuir para uma eventual redefinição do próprio

objeto, que se apresentará de maneira distinta em relação ao proposto no momento inicial.²³

Associado a estas colocações, repousa a questão do poder político, expresso em termos da determinação de quais serão os problemas objeto da atenção pública e em termos do estabelecimento das regras do jogo específicas sobre quem terá acesso à arena de decisão e sobre como ocorrerá a própria mecânica da decisão.

Estes elementos conceituais estarão permeando a seqüência da formação de agenda pública, formulação e implementação de políticas e sua definição em arenas de decisão. A princípio analítica, esta seqüência compreende os momentos essenciais que conduzem um problema desde a sua emergência até, eventualmente, a execução de uma decisão política tomada.²⁴

Uma conceituação de agenda pública é apresentada por Cobb e Elder,²⁵ como expressão de um processo elaborado e complexo. A visão esquematizada explanar-se-ia em termos de: 1.º) existência de problemas; 2.º) transformação de problemas em itens (*issues*) da agenda sistêmica; 3.º) ascensão de itens à agenda institucional.²⁶ O controle de ou a influência sobre o processo pelo qual um item adquire posição na agenda pública é uma importante fonte de poder. A investigação deverá se proceder no sentido de buscar a forma como este poder se expressa e de como e porque um conflito grupal transforma-se em item da agenda, criando as condições para a emergência da função governamental de controle de conflito.

A noção de poder político aqui referida diz respeito, portanto, à capacidade de estabelecimento da agenda pública, isto é, à determinação dos objetos sobre os quais incidirá o processo de decisão.

De acordo com a seqüência anteriormente apontada, deve-se assinalar que os objetos de decisão podem ser classificados, segundo Lowi,²⁷ em três arenas de políticas públicas: distributiva, regulatória e redistributiva.²⁸ Seu estabelecimento pressupõe a definição de categorias conceituais que devem orientar o enquadramento de uma política em determinada arena e não em outra, uma vez que estas categorias se apresentam de maneira diferente em cada caso ou para conjunto de casos.

Em análise que se orientou dentro desta linha teórica, Cintra (1978), Azevedo e Andrade (1982) enquadraram a política de habitação popular do período populista dentro de uma arena distributiva ou clientelista, conforme expresso em parágrafos anteriores. O seu enquadramento nesta arena é o resultado da investigação acerca das intenções pretendidas com o desenvolvi-

mento desta política que, ao permitir alto nível de desagregação, possibilita a multiplicação de interesses e coíbe a emergência de conflitos. Os principais produtos obtidos através da política habitacional conduzida pela Fundação da Casa Popular, apesar da sua pouca expressão numérica, foram os baixos incentivos à participação, troca de favores e a possibilidade de se evitar conflitos.

A análise destes autores não está direcionada para a busca da compreensão do processo de urbanização ou mesmo, mais amplamente, do processo sócio-econômico. Deve-se observar, contudo, que não é negligenciada a existência de uma sociedade composta de grupos e classes e caracterizada por desigualdades sociais e econômicas. Dentro destes pressupostos, em particular Cintra (1974) destaca um dos principais elementos de análise: estas desigualdades significam também desigualdades de acesso político. O Estado que corresponder a esta realidade estará refletindo, através de suas decisões, os acessos políticos que procedem em graus desiguais.

(...) nas sociedades mais complexas e mobilizadas, a correlação entre as desigualdades sociais e a influência política existe, mas tende a ser menor. As classes não proprietárias podem contar com mais recursos políticos, tais como a organização partidária, a mobilização do seu próprio número, que lhes dão maior acesso às decisões. O poder público é, então, obrigado a incorporar, entre as suas funções, novo tipo de bem público: a compensação, dos mecanismos de mercado, através de medidas redistributivas, quando deles resultem desigualdades. Mas estas medidas devem resultar de todo um processo de luta política, a ser reencetado a cada caso, para cada medida redistributiva. Não se redistribui, significativamente pelo menos, por impulso de generosidade e, quando isto ocorre, é quase certo que exista intento manipulativo.²⁹

Ao estudar a passagem entre os regimes populista e autoritário, investigando as diferenças de tratamento dispensados pelo Estado aos problemas urbanos, Cintra revela os pressupostos e objetivos pretendidos dentro desta abordagem ao estudo de políticas públicas. Ao situar a política urbana pós-64, emerge ao primeiro plano da análise as questões da centralização das decisões no governo federal, da redução de poder do legislativo e conseqüente expansão do executivo e da emergência de orientações de forte

racionalidade empresarial privada na condução das ações públicas.

Em certa medida, buscando uma oposição ao tratamento "excessivamente político" dado às questões no período populista, os donos do poder pós-64 imprimem um novo estilo de fazer política, no quadro de características autoritárias com restrição da participação democrática nas decisões públicas.

Ao nível do tratamento político, Cintra e Azevedo e Andrade ressaltaram a atuação do BNH como a principal instituição pública federal para a solução dos problemas urbanos nos últimos 20 anos. Ao buscar a adequação entre objetivos propostos — habitação para setores de baixa renda — e meios acionados — rentabilidade financeira e ausência (aparente) de subsídios — a tendência verificada foi a da consolidação de uma "potência financeira", com a transformação gradual do objetivo sócio-econômico pretendido com sua criação.

Uma linha de solução empresarial tomaria o lugar do velho clientelismo que dominara até então. Se o populismo dos últimos tempos tendera a fazer do problema habitacional uma questão ideológica, a reclamar mudanças na própria estrutura da sociedade, o novo regime o veria antes de tudo como uma matéria técnica, onde o importante era concentrar a combinação ótima dos fatores, em solução politicamente neutra.³⁰

Dentro do escopo desta abordagem, a compreensão do fenômeno urbano ocupa uma posição relativa. Verifica-se o reconhecimento, explícito ou implícito, de determinados fatos ou processos ocorridos, como a urbanização brasileira acelerada das últimas décadas. Porém, proporcionalmente a questões como a definição de demandas e seu provável acesso político à agenda pública, a questão urbana ocupa plano secundário.

Em um estudo sobre política pública para áreas urbanas, mais do que compreender o próprio fenômeno urbano, é fundamental a apreensão dos mecanismos políticos que determinam a viabilidade de solução política a um problema, pelo estudo dos processos de decisão e de participação que lhe são subjacentes. Nesta ótica, assume relevância a ênfase da análise em torno dos mecanismos decisórios centrados no Estado e as regras que regulam a participação política.

IV. Conclusões

Dentre as possíveis observações que podem ser sistematizadas a partir da análise da literatu-

ra brasileira sobre políticas urbanas é necessário destacar a amplitude do próprio tema. Acredito ser preferível um tratamento no plural, em termos de políticas urbanas ou, até mesmo, ampliando-se o próprio conceito, em termos de ações e decisões públicas para áreas urbanas — na medida de um esforço de captação da multiplicidade e heterogeneidade de ações públicas sobre uma realidade — o urbano, igualmente complexa e de difícil determinação. Com muita propriedade, Cintra (1978) afirmou ser a política urbana "envólucro de conteúdos heterogêneos", pretendendo-se apreender a complexidade pela qual se reveste o tema, que compreende cortes setoriais e espaciais, perspectivas de tratamento nacional ao problema e ações públicas que indiretamente produzem efeitos em áreas urbanas. Este quadro tem contribuído para uma produção literária em Ciências Sociais ainda parcial, com ênfases maiores em determinados setores de atuação do Estado, como foi verificado em relação à política habitacional e uma quase inexistência ou, mesmo ausência, de produção científica sobre a ação pública na solução de problemas urbanos, conforme os casos apontados de transportes e uso do solo.

Deslocado no tempo, em relação às mudanças sociais, econômicas, políticas e institucionais que vinham se processando desde os anos 50, configurando um Brasil cada vez mais urbano, o problema, enquanto objeto de investigação científica, somente sensibilizará os pesquisadores sociais a partir da década de 70, com produção mais efetiva após 1975. Trata-se, portanto, de produção recente, pautada sobretudo por artigos e poucos livros (especialmente Schimdt e Azevedo e Andrade), ainda não permitindo a sistematização necessária no cuidado com o tema. A produção existente revela uma relativa pulverização das questões substantivas abordadas, o que permite apontar, a um só tempo, a multiplicação de situações de conflito, objeto da ação pública, e algumas linhas de investigação somente iniciadas.

Ao mesmo tempo, conforme apontado por alguns autores em seus artigos, verifica-se que alguns trabalhos foram propostos em caráter exploratório, apresentando-se, às vezes, como ordenamento de impressões. Em consequência, a bibliografia disponível produz um elenco amplo de tendências que estão a sugerir caminhos alternativos à investigação. Simultaneamente, os temas levantados exigem, ainda, continuidade de tratamento quanto à uma recuperação sistemática das ações e decisões públicas em áreas urbanas e quanto a formulações teórico-meto-

dológicas próprias ao quadro da política urbana brasileira.

Cumpra, não obstante, salientar que, no tocante a este último aspecto, alguns parâmetros já podem ser identificados na produção brasileira, possibilitando, conforme a discussão apresentada nas partes II e III deste artigo, o debate em torno dos pressupostos teóricos que orientam a análise dos pesquisadores sobre políticas urbanas.

Procurando concluir os principais aspectos que envolvem as duas abordagens consideradas, os parágrafos a seguir irão sintetizar as respostas às questões formuladas ao nível da introdução, quais sejam: É possível e interessante a comparação? É possível a complementação? Qual o limite de apreensão da realidade permitido por estas abordagens em torno da temática urbana?

A abordagem apoiada no referencial de análise marxista complexifica-se e se enriquece com a ampliação que se procedeu no sentido de atribuir algum grau de especificidade ao Estado, imputando-lhe "autonomia relativa". Não obstante, a apreensão do Estado nestas análises não significa apreender a "esfera política" face a outras — social, econômica e cultural — da sociedade. Neste sentido, as análises de Schmidt, Costa, Lamparelli e Bolaffi impõem a si mesmas um limite dado pela própria abordagem adotada que não lhes permite captar, em especial, as possíveis relações de poder e autoridade que não sejam oriundas da "esfera econômica" da sociedade, à princípio pré-estabelecida no contexto do desenvolvimento capitalista.

A orientação da análise por variáveis macroestruturais permite a compreensão dos grandes movimentos de transformação da sociedade e impedem a compreensão de processos mais específicos que sofrem uma redução, inserindo-se no interior de processos mais amplos. A análise de processos específicos — como o da política urbana — só ocorre pela incorporação e apreensão das relações estruturais que regem o funcionamento da sociedade, manifestando-se através da utilização de variáveis abstratas e explicativas como "acumulação privada do capital", "relações de classe" e o papel desempenhado pelo Estado de colaborador decisivo para a criação de condições à acumulação privada do capital e para o aumento do poder político da classe dominante.

Assim, em particular o trabalho de Schmidt, pela amplitude do tema abordado, responde mais satisfatoriamente a um esforço de compreensão dos processos sócio-econômicos e ideológicos onde o Estado ocupa posição central ao criar as condições para a aceleração de

um processo de urbanização necessária ao desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista. Ao intervir no suprimento direto de serviços e equipamentos públicos e no direcionamento espacial de investimentos à produção industrial, o Estado desempenha um papel que legitima o modo de produção capitalista e garante a sua reprodução.

Em consequência, a análise de tal ordem não permite respostas explicativas a situações conjunturais. Mais precisamente, explicações amplas e abrangentes não possibilitam captar as especificidades e diferenciações decorrentes do conflito político de caráter autônomo que possam ocorrer no desempenho da ação estatal — mesmo que referidas dentro do escopo de um Estado capitalista — diante de situações distintas que lhe são colocadas.

À leitura orientada pelo referencial marxista, contrapõe-se outra leitura, marcada por uma abordagem que releva a autonomia da esfera política e que produz uma interpretação distinta porque distintas são as variáveis consideradas. Tomando-se por exemplo a atuação do BNH na área da habitação popular tem-se, de um lado, a ênfase na compreensão da ação estatal em termos da criação de novas condições à acumulação privada do capital. De outro lado, tem-se por preocupação central, ressaltar uma atuação do Estado que se desloca em relação ao período pré-64 e passa a se pautar por um tratamento do problema habitacional a partir de moldes empresariais.

Antes e após 1964 o objeto da ação pública permanece, pelo menos em termos gerais, inalterado: oferecer habitação a populações carentes — porém, a maneira de tratá-lo se distingue, incorporando-se a mudança de regime e as inflexões de governo, provocando um deslocamento. No período 1946/64, tem-se uma política que atendeu demandas dentro de uma configuração política clientelista e, após 1964, uma política que trouxe respostas a necessidades definidas dentro de círculos técnico-burocráticos com pouca audiência das demandas da população.

A consecução da análise ocorre no sentido de apreender as variações de desempenho do Estado no tratamento de situações de conflito distintas que lhe são colocadas. Nesta medida, orientados pela identificação das principais características do contexto político e pela estruturação interna do Estado, Cintra e Azevedo e Andrade pretenderam o desenvolvimento de suas análises.

As distinções de tratamento entre as duas linhas de abordagem consideradas podem, também, ser apreendidas pela leitura promovida à

política do planejamento urbano. Ao partir de uma relação de classes, fundada no modo de produção capitalista, a abordagem de orientação marxista é inclinada a definir a atuação do Estado como instrumento de dominação da classe dominante e como legitimador do sistema político. Nesta medida, o planejamento é, antes de tudo, uma *prática*, um meio pelo qual alcançam-se fins últimos estabelecidos para garantir a reprodução do modo de produção capitalista.

A análise que atribui especificidade ao "político" orienta-se pela verificação dos elementos que, dentro do quadro da evolução política e urbana da sociedade, permitiram a ascensão do planejamento urbano à agenda pública. Guiado pelos pressupostos teóricos do interrelacionamento entre sistemas de participação e de decisão à luz do objeto de decisão, o analista tenderá a investigar a emergência histórica do planejamento através dos arranjos de poder que forças sociais mobilizadas procedem em prol de uma decisão política favorável ou não à sua consecução. Nesta medida, o planejamento urbano é, ele mesmo, uma *política pública* que ascende à agenda, ocupando um espaço político próprio para atender "racional" e planejadamente as demandas da sociedade.

Desde que aceitos os pressupostos que fundamentam estas abordagens, pode-se afirmar que as análises da política urbana apresentadas se complementam. Trata-se de uma complementação em termos da análise sobre uma realidade que, na perspectiva da análise de orientação marxista oferece as explicações de natureza macro-estrutural encarando-se a atuação do Estado sobre o urbano no sentido do entendimento do processo de urbanização inserido no processo de acumulação capitalista. Dentro da segunda perspectiva apontada, ter-se-á explicações das especificidades dos conflitos políticos em torno de demandas a exigir a ação do poder público.

Por outro lado, não se trata da possibilidade de estabelecimento de uma complementação desde um ponto de vista teórico, uma vez que, aqui, colídes podem ocorrer. Nesta perspectiva, o que se qualificaria como significativo é a pressuposição, contida na análise de orientação marxista, da determinação do econômico na formação social capitalista.

Contraposta a esta perspectiva, sem desconhecer a existência de desigualdades sociais e econômicas, a análise que releva variáveis "políticas", pauta-se pelo reconhecimento de uma "zona de incerteza do político", pela pressuposição de que se desconhece o resultado final a ser obtido sobre um conflito político no momento da sua eclosão.

Ilustrando estas colocações, poder-se-ia considerar duas situações que se configuram nas experiências em planejamento urbano ocorridas nos municípios de São Paulo e Curitiba, a partir dos anos 60. À grosso modo, trata-se, no caso de Curitiba, de uma situação onde houve decisão tanto pela formulação como pela implementação da política e, no caso de São Paulo, onde se verificou a produção de planos, sem a contrapartida de sua implementação.

Definem-se duas realidades onde, em princípio, poder-se-ia afirmar que se caracterizariam como situações de fracasso (São Paulo) e sucesso (Curitiba). Em que medida esses juízos são verdadeiros? Em que nível ocorre a decisão de não se implementar planos em São Paulo? E, ao contrário, em que nível ocorre a decisão pela implementação de planos em Curitiba?

A resposta a estas indagações exigem investigação e análise sistemáticas e, obrigatoriamente, deveria incluir a concepção e definição das etapas de políticas públicas não tratadas neste artigo.

Desempenhos distintos de um mesmo objeto levantam a possibilidade de que, após deflagrado o processo da política pública, ocorram deslocamentos do objeto como resultado da ação política de forças sociais locais, orientando a tomada de decisões. Conduzir uma investigação, neste caso, seria considerar como variável fundamental a unidade formada pelos sistemas de participação e de decisão estruturados mutuamente e interrelacionados ao objeto em questão. Ao mesmo tempo, a investigação estaria orientada para captar interesses que possam ser reunidos para transformar necessidades em problemas — adquirindo-se, assim, dimensão política — a exigir decisões políticas, nos diferentes momentos do processo da política pública.

Notas

1. Esta definição, citada por Cintra, foi extraída de T. Lowi, "Decision-Making vs. Policy-Making: Toward an Antidote for Technocracy", *Public Administration Review*, 30 (maio/junho de 1970), p. 314.

2. Por "determinates gerais" compreende-se "as condições históricas que afetaram a formação de um determinado complexo Estado-sociedade (o Brasil) e as dimensões teóricas relacionadas a um tipo específico de Estado (o capitalista) e suas políticas", p. 15.

3. Teoricamente, "a idéia de socialização se assenta sobre a existência de uma *cooperação* básica da qual nasceu a sociedade capitalista moderna e que sustenta a existência de um processo global voltado para a produção de valores de troca", p. 39.

4. Uma explicitação mais aprofundada da base teórica de orientação ao trabalho de Cintra apresenta-se, a seguir, quando é tratada a política do planejamento urbano.

5. Neste trabalho, a recuperação histórica da política urbana brasileira tem o caráter de pesquisa lateral, na medida em que orienta a discussão teórica empreendida.

6., Em 1979 é extinta a CNPU e criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU.

7. É oportuno indicar o artigo de Andrade (1976) relativo à política urbana brasileira pós-64, onde a análise sobre o desempenho do BNH ocorre dentro de uma perspectiva mais ampla em termos do aprimoramento da máquina financeira e da ampliação da atuação do banco para novos setores urbanos para intervenção. Neste sentido, foram definidas 3 fases distintas de atuação: 1) de 1964 a 1967, de "estruturação"; 2) de 1967 a 1971, de atuação em termos de "banco de primeira linha" e de implantação da máquina e 3) a partir de 1971, de "reestruturação", passando para banco de segunda linha e assumindo, de forma crescente, o papel de principal agente promotor do desenvolvimento urbano.

8. Ao leitor resta dúvida, na leitura dos dois artigos de Cintra aqui indicados, sobre a noção de "planejamento compreensivo", que talvez sejam distintas.

9. Neste trabalho, Lamparelli desenvolveu um exercício crítico, apoiado em "observações participadas não sistematizadas", sobre o planejamento urbano no Brasil, a partir de três linhas de análises: a experiência do planejamento urbano e seus resultados, as bases teóricas para a formulação metodológica e o fenômeno urbano como objeto de conhecimento e intervenção.

10. A propósito dos planos diretores e, mais especificamente, da promoção do planejamento local integrado, promovidos pelo extinto Serfhou, Cintra (1978) salienta o caráter "integrado" dos planos em dois níveis: no sentido das relações verticais entre planos locais, microrregionais, regionais e nacionais e no sentido da cobertura multi-setorial, com intenção de agregar aos aspectos físicos, os aspectos social e econômico da vida urbana.

11. Por elementos-chave definem-se: a) autonomia relativa – que possibilita ao Estado capitalista manter a sua identidade classista no interior do sistema de contradições erguido por um conjunto social, ao mesmo tempo em que assegura seu poder supremo sobre todos os atores; b) unidade política – que pressupõe dois conceitos suplementares: bloco no poder (unidade contraditória forjada entre as classes ou segmento de classe politicamente dominantes, sob a égide de um dado Estado capitalista) e hegemonia (o predomínio de certos interesses específicos deste bloco no poder). Portanto, a unidade contraditória que sustenta o Estado capitalista baseia-se nas relações entre interesses diferenciados e conflitantes dentro do bloco do poder. Ver B. V. Schmidt, *O Estado e a Política Urbana no Brasil*, Porto Alegre, Editora da Universidade, 1983, p. 24.

12. Ao lado de Lojkine, coloca-se também Castells que, juntos com outros autores, representariam uma "escola francesa" de Sociologia Urbana. Seus trabalhos têm orientado, em grande medida, os

estudos mais recentes dentro desta abordagem. Ver J. Lojkine, *Le Marxisme, L'Etat et La Question Urbaine*, Paris, Presses Universitaires de France, 1977.

13. J. Lojkine, *op. cit.* p. 182.

14. Castells define dois campos analíticos, intimamente ligados pela realidade social, no estudo sobre a política urbana: planificação urbana, em termos da intervenção estatal sobre a organização do espaço e sobre as condições sociais de reprodução da força de trabalho; movimentos sociais urbanos, em termos da articulação da luta de classes. Ver M. Castells, *La Question Urbaine*, Paris, François Maspero, 1975.

15. M. Castells, *op. cit.* p. 510.

16. B. V. Schmidt, *op. cit.* p. 26.

17. B. V. Schmidt, *op. cit.* p. 14.

18. B. V. Schmidt, *op. cit.* p. 29.

19. Por sua vez, Lojkine irá relacionar a urbanização às condições gerais de produção e caracterizará duplamente a cidade capitalista: a crescente concentração dos "meios de consumo coletivos" e o modo de aglomeração específico do conjunto dos meios de reprodução do capital e da força de trabalho.

20. Um estudo especial deveria contemplar o que se pode denominar por etapas do processo de uma política – formulação, implementação e avaliação, em razão das peculiaridades que cada uma delas apresenta. De qualquer modo, as considerações apresentadas são instrumental analítico para qualquer etapa que a investigação esteja privilegiando.

21. B. Lamounier, "Análise de Políticas Públicas: Quadro Teórico Metodológico de Referência", mimeo, p. 4.

22. *Idem*, p. 2.

23. Estas colocações ocorrem à luz das proposições de Schattschneider. Seu trabalho é especialmente relevante pelo desenvolvimento das questões sobre a ampliação do conflito e da alteração do escopo do conflito à medida que ele adquire maior visibilidade e pode convidar novos autores à participação. Ver E. E. Schattschneider, *The Semi-Sovereign People*, Holt-Rinehart and Winston, EUA, 1960.

24. A seqüência analítica, às vezes, pode simplificar demais a questão. Deve-se, portanto, destacar a complexidade que esta situação representa. Muitas vezes, a solução de um problema, isto é, uma decisão, constituem-se em fator gerador de novos problemas. E, como coloca Lindblom, "muitos problemas de decisão política chegam à agenda governamental devido a tentativas de implementar outras políticas. Em consequência, a fase da 'implementação' e a da 'preparação da agenda' colidem uma com a outra". Ver C. E. Lindblom, *O Processo de Decisão Política*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981, p. 10.

25. O desenvolvimento do trabalho de Cobb e Elder assenta-se na aceitação de quatro observações elementares: 1) a distribuição de influência e acesso em qualquer sistema tem desvios inerentes. Em consequência, o sistema operará em favor de alguns e detrimento de outros; 2) é restrito o conjunto de problemas a serem considerados pelo Estado. Disto decorre que todas as formas de organização política atuam em favor do privilegiamento de alguns tipos de conflito e a supressão de outros; 3) a inércia do sistema torna extremamente difícil mudar o sentido predominante em termos de tipos de problemas e alternativas que não são somente considerados mas também vistos como legítimas no que diz respeito ao Estado; 4) processos pré-decisórios desempenham, muitas vezes, papel mais crítico na determinação dos problemas ou alternativas a serem consideradas pelo Estado e as

escolhas prováveis que serão feitas. Ver R. W. Cobb e C. D. Elder, *Participation in American Politics – The Dynamics of Agenda – Building*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1972.

26. A agenda sistêmica é mais abstrata, geral e ampla em seu alcance. A agenda institucional compreende os itens concretos e específicos a receber a atenção de um corpo de estrutura de decisão institucional particular.

27. Ver T. Lowi. "American Business, Public Policies, Case-Studies and Political Theory". *World Politics*, vol. XVI, n.º 4, julho, 1964.

28. A estas três arenas Lamounier acrescentou a arena acumulativa. Ver "Notas sobre Democracia e Redemocratização: Provisórias, Esparsas e Incompletas", São Paulo, Idesp, 1983.

29. A. O. Cintra, "Nota sobre os Condicionantes Políticos do Planejamento Urbano", p. 124/5.

30. S. Azevedo e L. A. G. Andrade, *Habitação e Poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, p. 57.

Bibliografia

a) Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Andrade, L. A. G. de

1976. "Política Urbana no Brasil: O Paradigma, A Organização e a Política". *Estudos Cebap*, n.º 18, out. nov. dez.

Cintra, A. O.

1978. "Planejando as Cidades: Política ou Não Política". In Cintra, A. O. e Haddad, P. (org.), *Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

Francisconi, J. G. e Souza, M. A. A. de

1976. *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Estudos e Proposições Alternativas*, Brasília, Ipea.

Schmidt, B. V.

1982. "A Politização do Espaço Urbano no Brasil". *Espaço & Debates*, ano 2, n.º 5, março/junho.

1983 *O Estado e a Política Urbana no Brasil*, Porto Alegre, Editora da Universidade.

b) Política Habitacional

Azevedo, S. de e Andrade, L. A. G. de,

1982. *Habitação e Poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Azevedo, S. de

1982. "Política de Habitação Popular e Subdesenvolvimento: Dilemas, Desafios e Perspectivas". In Diniz, E. (org.), *Políticas Públicas para Áreas Urbanas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Blank, G.

1981. "Brás de Pina – Experiência de Urbanização de Favela". In Valladares, L. do P. (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- Blay, E. A.
1978. "Habitação: A Política e o Habitante". In Blay, E. A. (org.), *A Luta pelo Espaço*. Petrópolis, Editora Vozes.
1978. "Planejar para Quem? ou a Reprodução de Favelas nas Cidades Paulistas". In Blay, E. A. (org.), *A Luta pelo Espaço*. Petrópolis, Editora Vozes.

- Bolaffi, G.
1975. "Habitação e Urbanismo: o Problema e o Falso Problema". *Ensaio de Opinião*, n.º 2.
1977. "Casa das Ilusões Perdidas: Aspectos Sócio- Econômicos do Plano Nacional da Habitação". *Cadernos Cebrap*, n.º 27.
1981. "Para uma Nova Política Habitacional e Urbana: Possibilidades Econômicas, Alternativas Operacionais e Limites Políticos". In Valladares, L. do P. (org.), *Habitação em Questão*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- Valladares, L. do P.
1978. "Favela, Política e Conjunto Residencial no Rio de Janeiro". In Blay, E. A. (org.), *A Luta pelo Espaço*, Petrópolis, Editora Vozes.
1980. *Passa-se uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
1983. (org.), *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- Valladares, L. do P. e Figueiredo, A.
1981. "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.º 11.

c) Política de Planejamento Urbano

- Aydos, E. D.
1978. "O Processo de Planejamento e o Papel do Analista de Políticas do Governo". In Toledo A. H. P. de e Cavalcanti, M. (orgs.), *Planejamento Urbano em Debate*. São Paulo, Ed. Cortez e Moraes.

- Batley, R.
1983. "Política Urbana e Burocrática no Brasil". *Espaço & Debates*, n.º 8, Janeiro/abril.

- Casali, P. A. de A.
1983. "A Questão Tecnocrática: Campo Intelectual- Tecnocrático e o Discurso dos Agentes do Planejamento Urbano". *Espaço & Debates*, n.º 9, maio/agosto.

- Cavalcanti, M.
1978. "Confrontações Políticas e o Planejamento Urbano-Habitacional em Debate". In Toledo, A. H. P. de e Cavalcanti, M. (orgs.), *Planejamento Urbano em Debate*. São Paulo, Cortez e Moraes.

- Cintra, A. O.
1974. "Nota sobre os Condicionantes Políticos do Planejamento Urbano". *Cadernos DCP*, n.º 2, dezembro.
1978. "Planejando as Cidades: Política ou Não Política". In Cintra, A. O. e Haddad, P., *Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
1982. "A Política do Planejamento Urbano Compreensivo: Notas sobre o Caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte". In Diniz, E. (org.), *Políticas Públicas para Áreas Urbanas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- Costa, L. C.
1978. "Aspectos Político-Administrativos do Planejamento Urbano". In Toledo, A. H. P. de e Cavalcanti, M. (orgs.), *Planejamento Urbano em Debate*. São Paulo, Cortez e Moraes.

Lamparelli, C.
1978. "Metodologia do Planejamento Urbano". In Toledo, A. H. P. de e Cavalcanti, M. (orgs.), *Planejamento Urbano em Debate*. São Paulo, Cortez e Moraes.

Rattner, H.
1974. *Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

Toledo, A. H. P. de
1978. "Análise de um Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional". In Toledo, A. H. P. de e Cavalcanti, M. (orgs.), *Planejamento Urbano em Debate*. São Paulo, Cortez e Moraes.

d) Política de Uso do Solo

Azevedo, A. de *et alii*
S. d. *A Cidade de São Paulo; Estudos de Geografia Urbana*. Companhia Editora Nacional.

Brasileiro, A. M.
1978. "O Elitismo da Legislação Urbanística". *Revista de Administração Pública*, n.º 147.

Correa, J. A. *et alii*
S. d. *O Custo da Infra-Estrutura e a Valorização do Solo urbano*. São Paulo, COGEP.

Pamplona, R.
1981. *Zoneamento: Alguns Aspectos de sua Evolução em Outras Cidades*. São Paulo, COGEP.

Pessoa, A.
1981. "O Uso do Solo em Conflito". In Silva, L. A. M., (org.), *Solo Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Ribeiro, L. C. de Q.
1981. "Espaço Urbano, Mercado de Terras e Produção da Habitação". In Silva, L. A. M., (org.), *Solo Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Villaça, F.
1978. *O Uso do Solo Urbano*. Fundação Prefeito Faria Lima, Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal.

e) Política de Transportes

Barat, J. e Nascimento, C. R. P. do
1972. "Os Transportes nas Áreas Metropolitanas". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 2, n.º 1, junho.

Barat, J. e Batista, M. S. N.
1978. "Transporte Público e Programas Habitacionais". In Toledo, A. H. P. de e Cavalcanti, M. (orgs.), *Planejamento Urbano em Debate*. São Paulo, Cortez e Moraes.

Hurtado, D.
1973. "Comentários sobre o Planejamento do Transporte nas Áreas Metropolitanas". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 3, outubro.

Família em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica*

Tania Salem

Neste texto proponho-me a resenhar trabalhos que tomam, como objeto, a família em camadas médias urbanas ou que, de algum modo, aludem a esta questão. Não tenho aqui a pretensão de esgotar toda a literatura: além de restringir-me à produção recente, focalizo apenas os estudos que vêm sendo desenvolvidos no Rio de Janeiro – notadamente no Museu Nacional. Este recorte se justifica com base no fato de que é neste centro que vem se constituindo *uma tradição que privilegia a temática das camadas médias e, ainda, que o faz segundo uma perspectiva teórica e um estilo acadêmico particulares*.¹ Não obstante, são também aqui considerados trabalhos que vêm sendo elaborados em outras instituições como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC/RJ, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ – que, grosso modo, apresentam afinidades significativas com a produção do Museu Nacional. De qualquer forma, parece inegável que esta tradição se inicia com a publicação, em 1973, de *A Utopia Urbana*, de Gilberto Velho.²

Os trabalhos aqui examinados diferem consideravelmente em termos de seu acabamento final: ao lado de teses já concluídas e de artigos já publicados, são também considerados textos

que ensaiam resultados parciais (e portanto sujeitos a revisões) de teses em fase de elaboração. Dos estudos já finalizados apenas alguns poucos estão explicitamente dedicados à análise de representações sobre a família ou parentesco. Entre estes, cabe mencionar alguns artigos de Velho (1981, cap. 4 e 8; 1983), os trabalhos de Abreu Filho (1980, 1981 e 1982) – que investigam as categorias que organizam o domínio do parentesco tomando como objetivo 34 famílias elementares ligadas entre si por critérios de consanguinidade e de afinidade em uma cidade do interior de Minas Gerais – e ainda o estudo de Salem (1980) que examina a relação entre pais e filhos-adultos quando ainda coabitando sob um mesmo teto.

Três teses recém-defendidas também trazem importantes contribuições para a temática aqui considerada: a de Rocha (1985) que pesquisa o assunto da separação privilegiando mulheres de camadas médias urbanas de Porto Alegre; a de Almeida (1985b) que, tomando o conceito de desmapeamento como fio teórico condutor, contrasta representações de mulheres que foram mães na década de 50 com as de suas filhas que têm filhos nos anos 80 e ainda a de Lins de Barros (1986) que se dedica a examinar representações e vivências familiares tomando os avós como referência fundamental.

*Agradeço a Luiz Fernando Dias Duarte pelos comentários e sugestões feitos a este texto.

Dos trabalhos em andamento, e que elegem a família como foco importante de suas preocupações, cabe citar os de Dauster (1984, 1984a e 1985) que buscam deprender concepções de maternidade e de paternidade em um segmento intelectualizado e psicanalizado carioca; os de Salem (1983, 1984a, e 1985) que, focalizando o chamado "casal grávido", analisa as relações do núcleo familiar em constituição com as famílias de origem do casal e ainda o de Costa (1984) que versa sobre a prática da adoção em famílias de segmentos médios.

Afora estes, os outros trabalhos têm, como objetivo central, a apreensão dos valores, da visão de mundo e do estilo de vida de determinados segmentos das camadas médias. Nestes casos a análise da família ou do parentesco é, em princípio, trabalhada como um tema subsidiário em relação a esta outra questão, tomada como central. Não obstante, como veremos adiante, em termos etnográficos, a temática familiar desponta como uma dimensão fundamental e como um valor chave na estruturação da visão de mundo destes segmentos.³

Uma das questões com a qual se defrontam estes trabalhos diz respeito ao valor heurístico da noção de "camadas médias". Verifica-se entre os autores um consenso no que tange às reservas feitas tanto à vertente de estratificação social quanto a que escolhe a perspectiva de classes. De um modo geral, ambas são vistas como incapazes de dar conta das discontinuidades observáveis em termos de *ethos* e de visão de mundo apelando exclusivamente para indicadores que procuram situar estes segmentos a partir de sua situação e posição na estrutura social.⁴ Por conseguinte, ainda que na discriminação do universo, os trabalhos aqui examinados façam apelo a critérios "sociológicos" (como renda, educação, inserção profissional etc.), insiste-se, por um lado, na auto-representação destes segmentos e, por outro, no recurso as noções como *grupo de status*, *ethos*, *eidós* — e outras que privilegiam os aspectos simbólicos — como os instrumentos teóricos mais adequados para lidar analiticamente com os grupos pesquisados.

Estas "opções" estão visceralmente comprometidas com as premissas teóricas e metodológicas que informam esta produção. Assim é que, ao incidir na moralidade de segmentos de camadas médias como o campo temático privilegiado, estes trabalhos sustentam que a compreensão da lógica simbólica e dos padrões éticos não pode ser mecanicamente deduzida ou apreendida a partir de critérios sócio-econômicos. Evidentemente não se nega que as diferenças eco-

nômicas forneçam parâmetros gerais importantes que permitem estabelecer demarcações significativas entre grupos; apenas insiste-se que a elas devem estar associadas outras distinções de cunho mais simbólico. Com efeito, quando estas últimas são levadas em consideração, o mapeamento, bem como as fronteiras que demarcam os diferentes segmentos das camadas médias, assume contornos distintos daqueles estabelecidos com base apenas em critérios sócio-econômicos.

Assim, por exemplo, o fato de os grupos investigados serem afeitos à linguagem e ao *ethos* psicanalítico pode se constituir em um critério relevante na caracterização do universo em virtude de sua presumível afinidade com relação aos preceitos do individualismo qualitativo (Simmel, 1971).⁵

É bem verdade que a ênfase nestes aspectos mais propriamente "culturais" remete para a questão de "localizar experiências suficientemente significativas para criar fronteiras simbólicas" (Velho, 1981: 16), ou seja, para o problema da demarcação de experiências capazes de gerar uma identidade comum entre os indivíduos. Retomo esta questão mais adiante quando examinar os critérios segundo os quais os autores recortam o universo social a ser considerado.

Por ora cabe ressaltar que subjaz à noção de fronteira simbólica um modo particular de conceber a identidade dos grupos examinados. A importância concedida à auto-classificação dos segmentos estudados (não só como sendo "médios" mas também como "vanguarda", por exemplo) — aliada ao recurso a conceitos como *grupos de status*, marcas de distinção, etc. — engendra o recorte de entidades sociais com base em fronteiras simbólicas. Estas teriam, como característica central, o fato de que, "ao se segmentarem indefinidamente, deslocam para sempre questão da substância da diferenciação e da hierarquia sociais. Não é próprio a este tipo de classificação um reconhecimento absoluto das diferenças, ou seja, uma positivação das posições atribuídas" (Heilborn, 1984:3). Em outras palavras — e descortina-se aqui mais uma significativa diferença entre a perspectiva que examinamos e a da estratificação social — afirma-se a impossibilidade de uma demarcação universal e irrelativizável das identidades sociais. Decorre daí que a identificação destes segmentos como "médios", "vanguardistas", "individualistas" ou "modernos" não aponta para uma identidade substantivada mas sim para uma identidade em situação ou em relação a outras identidades sociais.⁶

Destas considerações resulta também que a unidade dos segmentos médios não é postulada como uma necessidade.⁷ Pelo contrário, a diversidade de *ethos* no interior das chamadas camadas médias, bem como sua condição plural, é reconhecida como uma premissa da abordagem aqui examinada. Este princípio, por sua vez, está ancorado na idéia de que uma das peculiaridades simbólicas definidoras das sociedades complexas modernas (ou da vida metropolitana) é a coexistência, bem como a produção por parte dos agentes sociais nelas inseridas, de múltiplos códigos culturais.⁸ O objetivo central dos trabalhos aqui considerados é justamente o de apreender o modo de operação ou a lógica que informa estes diferentes códigos.

As observações até aqui feitas — e que confluem no sentido da ênfase atribuída aos aspectos simbólicos — conduzem à questão de quais os critérios utilizados para recortar o universo social a ser considerado; em outros termos, de como demarcar fronteiras simbólicas com relação a outros grupos ou identidades sociais. O papel estratégico que a noção de *network* desempenha, enquanto consubstancializando uma unidade de análise privilegiada por esta literatura, não é casual. Com efeito, este conceito tem sido utilizado para denotar uma unidade social cuja sociabilidade se encontra destacada tanto das redes de família e de parentesco quanto de ancoragens geográficas e residenciais restritas. Neste sentido, a noção de *network* qualifica, de modo apropriado, a forma típica de organização da sociabilidade no espaço urbano — ou, ao menos, a das camadas médias. Mais do que isso: justamente por promover a conexão entre indivíduos geralmente dispersos no meio urbano e por ser construído com base em critérios de “escolhas” e “afinidades”, o *network* implica, quase que por definição, em fronteiras simbólicas com relação a outras identidades sociais. É com base nesse conceito que Velho (1981), Dauster (1985), Abreu Filho (1980) e Heilborn (1984) demarcam os universos sociais a serem investigados.⁹ Contudo, cabe ressaltar que nos dois últimos autores — que focalizam respectivamente representações sobre parentesco em uma cidade de interior tomando como ponto de partida um grupo de *siblings* e o estudo dos valores das camadas médias em um subúrbio carioca privilegiando, como recurso de aproximação do objeto, um *network* de jovens — este conceito assume um colorido especial e, num certo sentido, não típico. Ou seja, as situações por eles focalizadas se afastam do modo preferencial pelo qual as classes médias urbanas organizam sua sociabilidade na medida em que,

em ambos estes casos, o *network*, além de profundamente enraizado nas relações de parentesco, está ancorado na localidade, implicando em uma sociabilidade espacialmente concentrada. Poder-se-ia dizer — como aliás o faz Heilborn — que esta configuração particular remete para o que Bott (1976) denominou de *network* do tipo “malha estreita”, caracterizada por uma densidade expressiva de relações e onde não só parentes, vizinhos e amigos se conhecem uns aos outros como também freqüentemente as mesmas pessoas ocupam estas difentes categorias. Como veremos adiante, esta é uma das características que permite definir os universos pesquisados por Abreu e por Heilborn como “tradicionais”. Importante também para esta qualificação é a segregação dos papéis conjugais e dos espaços femininos e masculinos — fenômeno que, segundo Bott, estaria associado à organização da rede de malha estreita.

Uma outra forma de recortar o objeto de investigação — porquanto também demarcando fronteiras simbólicas ou uma identidade comum — remete o que pode ser chamado de “experiências sintetizadoras”. Ser psicanalizado, utilizar-se de tóxicos de modo regular imputando um significado particular a esta prática (Velho, 1975), aderir à ideologia do “casal grávido” (Salem, 1983, 1984 e 1985) ou, ainda, ser acusado de “subversivo” ou de “drogado” (Velho, 1981, cap. 3) podem ser concebidas como “experiências sintetizadoras” na medida em que não só condensam uma visão de mundo como também exigem, ou expressam, um tipo específico de *ethos* por parte dos agentes que aderem a estas práticas.¹⁰ Por exemplo, independentemente de coloridos idiossincráticos, o “casal grávido” está, em termos típicos, comprometido com uma concepção mais igualitária de papéis e identidades sexuais, com a crítica ao sistema médico dominante, com a valorização do “natural” — enfim, com a “mudança”. A prática de ser psicanalizado, por sua vez, vem sendo destacada por diferentes autores como uma experiência visceralmente associada a uma forma particular de individualismo que confere proeminência ao indivíduo e à subjetividade, que atribui importância à verbalização e elaboração das emoções e ainda que sacraliza as experiências pessoais como sendo irredutivelmente únicas e singulares. O nível de comprometimento entre o ser psicanalisado (ou o próprio saber psicanalítico) e a ideologia individualista expressa-se na proposta de Figueira (1981) que assinala “uma homologia entre a psicanálise individualista, a cultura psicanalista individualizante e o individualismo psicologizado”. Neste mesmo artigo o

autor sugere ainda que “para o desgosto de uns e alívio de outros a psicanálise se tornou, no Brasil, visão de mundo” — endossando assim a idéia de que a experiência de ser psicanalisado expressa uma experiência sintetizadora.

Em suma, ao mesmo tempo que a cada uma destas experiências sintetizadoras está atrelada uma configuração de valores, elas demarcam fronteiras simbólicas com relação a outras identidades sociais. Mas, cabe assinalar, esta noção pode ser remetida tanto a um nível mais etnográfico quanto a um plano mais propriamente analítico. Ou seja, por um lado, uma experiência pode ser considerada como sintetizadora pelos próprios sujeitos observados de tal modo que ela pode reforçar — ou até mesmo gerar — uma identidade comum. Este parece ser o caso, por exemplo, do *network* investigado por Velho (1975): ainda que seus membros já funcionassem como um grupo antes da introdução dos tóxicos no seu interior, esta prática redundou em um reforço de suas fronteiras e de sua identidade.¹¹ Por outro lado, precisamente por condensar um elenco de valores e um tipo específico de *ethos*, a experiência sintetizadora pode ser identificada, pelo analista, como recortando um universo simbólico. Se é fato que esta fronteira simbólica pode coincidir com os limites de um *network*, parece também plausível postular que a experiência sintetizadora pode não estar ancorada em nenhum *network* específico. Em outras palavras, neste último caso, a experiência sintetizadora permite estabelecer, de um ponto de vista analítico, a passagem de um grupo de *network* para um grupo de *ethos*. A experiência do ser psicanalisado e a do casal grávido, por exemplo, são ilustrativas do fato de que é possível recortar uma realidade sociológica, uma fronteira simbólica ou uma identidade comum sem qualquer ancoragem em uma entidade tipo *network* ou grupo em sentido estrito.

Independentemente de como é efetuado o recorte do objeto, o fato é que — vale repetir — o tema unificador dos trabalhos é a lógica das regras que constituem a moralidade do grupo estudado. E, mesmo que a questão da família não seja o foco inicialmente privilegiado, ela acaba por se revelar, de um ponto de vista etnográfico, como um tópico fundamental na construção da moralidade do grupo. Com efeito, a família aparece, na representação dos agentes, como uma referência crucial na definição de suas identidades sociais ou na elaboração de seus projetos de vida. Mais precisamente, ainda que esta referência possa estar investida de uma conotação positiva ou negativa (sugerindo, no

primeiro caso, valores centrados na permanência, na continuidade e na reprodução e, no segundo, uma ênfase valorativa na mudança e na diferenciação) — o fato é que a temática familiar se impõe, aos olhos dos próprios agentes, como fundamental. Boa parte da literatura aqui examinada tem recorrido ao marco teórico do individualismo/hierarquia tanto para qualificar a visão de mundo ou moralidade prevalescente no universo investigado, quanto para caracterizar o modo preferencial através do qual se verifica a construção social da pessoa ou das identidades — quer individuais, quer familiares — no segmento eleito para investigação. Em outras palavras, a forma como se estrutura e se articula não só a relação ego/família, como também a relação entre unidades familiares ou grupos domésticos, vem sendo pensada, e trabalhada, à luz da maior ou menor proximidade do universo investigado com relação à ideologia individualista.

É bem verdade que não há um consenso absoluto entre os autores quanto ao modo de conceber a questão do individualismo, ainda que todos se inspirem basicamente em Simmel e/ou Dumont.¹² Tentando conciliar suas diferenças pode-se dizer que, enquanto categoria teórica, o individualismo alude tanto a um fenômeno historicamente engendrado e localizado quanto ao valor moral central da configuração ideológica moderna. Ou seja, tal conceito refere-se, em termos modelares, a um processo de segmentação não hierárquico do todo em domínios crescentemente autônomos promovendo, concomitantemente, um deslocamento da representação — e do valor — da totalidade para o indivíduo. Mas o termo “indivíduo” refere-se não apenas ao “indivíduo sujeito moral” como também ao “indivíduo coletivo”, isto é, ao grupo que se destaca (ou que visa se destacar) de instâncias mais encompassadoras.¹³ Nesta medida, o fenômeno do individualismo pode ser focado em dois planos, não necessariamente excludentes entre si: de um lado, como um de seus desdobramentos, o indivíduo, agente empírico, é erigido à categoria de sujeito moral e psicológico, isto é, ele passa a ser pensado e a se pensar como um ser liberto de redes sociais mais encompassadoras e também a se auto-representar como em ente singular, único e dotado de um *inner-self*. De outro, o fenômeno do individualismo diz respeito também à individualização de grupos que se destacam de instâncias sociais mais abarcantes: neste sentido, a família nuclear (ou o valor a ela imputado) — enquanto um conceito que denota uma unidade desprendida de redes de parentesco mais extensas —

constituiria também uma manifestação do individualismo.

Além do investimento na idéia de indivíduo (singular ou coletivo), o individualismo é visto como mantendo um compromisso genético com os valores da igualdade e da liberdade, de um lado, e, de outro, com os da "mudança" e do progresso moral (associados à representação do tempo como linear e evolutivo). Quando o foco de análise recai sobre a vertente psicologizante da ideologia individualista — ou sobre o que Simmel denominou de individualismo qualitativo em distinção ao de tipo quantitativo — surgem outros valores associados tais como a ênfase na diferenciação, na consciência do *self*, na "autenticidade", na "coerência", nas escolhas pessoais, na noção de projeto, etc.¹⁴

Incidindo em um ponto de vista mais etnográfico, alguns dos autores aqui examinados, ao trabalharem com a temática do individualismo, destacam o acelerado processo de modernização pelo qual atravessou a sociedade brasileira a partir dos anos 50. A ideologia desenvolvimentista, o recrudescimento da influência norte-americana e o *boom* da Psicanálise verificado nos anos 60/70 nos grandes centros urbanos teriam provocado alterações significativas nos valores e na visão de mundo das camadas médias urbanas atingindo, inclusive, a família. Velho (1981, cap. 4) sugere que, sob o impacto da ideologia capitalista modernizante, a família de alguns segmentos das camadas médias sofreu um processo de nuclearização. Ou seja, articulada em torno de um projeto de ascensão social, verificou-se a contração da sociabilidade da unidade doméstica, acarretando uma densificação e concentração de emoções dentro de seu limitado âmbito. Figueira (1981, 1985 e 1985a) propõe que, ao lado da "família hierárquica" — no interior da qual as diferenças por sexo e idade são reconhecidas como definidoras da pessoa — instala-se o valor da "família igualitária", onde estas distinções tendem a desaparecer: "somos formalmente iguais mas pessoas diferentes (...) as diferenças são resultado de opções subjetivas" (1985a). Visto sob uma outra ótica, o valor imputado à "opção", à "vida pessoal, privada e subjetiva" — ao "eu", enfim — são vistos como temas que se afirmam com maior vigor e com maior legitimidade a partir dos anos 60/70. O *boom* psicanalítico observado nestas décadas é interpretado por estes estudiosos como fornecendo uma linguagem para a modernização e é também destacado como consequência, ao mesmo tempo que produtor, deste tipo de individualismo.

Por outro lado, esta literatura assinala também que a ideologia individualista não se encontra igualmente disseminada no interior das camadas médias brasileiras, postulando-se, por conseguinte, a questão de ênfases culturais diferenciais no tocante ao individualismo. De um modo geral, os autores estabelecem uma correlação positiva entre, por um lado, a complexidade de trama social, a fragmentação de domínios e de papéis e a heterogeneidade de experiências sociais e, de outro, a atualização de um individualismo mais pleno. Em outras palavras, a maior ou menor permeabilidade dos grupos sociais à ideologia individualista é explicada, ao menos em parte, com base em variáveis sociológicas: "quanto mais exposto estiver o ator a experiências diversificadas, quanto mais tiver de dar conta de *ethos* e visões de mundo contrastantes, quanto menos fechada for sua rede de relação ao nível do seu cotidiano, mais marcada será a sua autopercepção de *individualidade singular*". (Velho, 1981:32).

Contudo, os autores ressaltam que, mesmo nos segmentos onde esta ideologia é mais preponderante, observa-se uma constante tensão entre os valores individualistas e os hierárquicos. Colocando de forma mais genérica: tomando como pano de fundo a dicotomia individualismo/hierarquia, esta literatura insiste na questão de uma dominância relativa, e não exclusividade absoluta, da ideologia que adquire proeminência em um dado segmento social. Nesta medida, e de modo recorrente, alude-se a uma tensão derivada da presença de orientações culturais bordinadas que, em determinadas situações e contextos, deixam-se vaziar, contraditando os padrões ideológicos dominantes. São estas questões — traduzidas para a temática da família — que ocupam agora nossa atenção.

Antes porém cabe observar que, embora os autores examinados associem a ideologia individualista ao "moderno" (isto é, onde o indivíduo adquire proeminência sobre o todo) e a ideologia hierárquica ao "tradicional" (ou seja, onde a totalidade tem precedência sobre as partes), eles procuram também demarcar suas diferenças com relação ao senso comum (mas não só ele) onde o binômio tradicional/moderno encontra-se comprometido com *bias* evolucionista. Assim, "está presente na dicotomia tradicional/moderno a representação da sociedade como monolítica. Ela admite a diferença sob um eixo diacrônico mas postula uma substancialidade idêntica, na medida em que o caminho que a mudança indica para o "tradicional" é aquele que desemboca num determinado lugar e concepção de "moderno" (Heilborn, 1984: 173/

174). Esta literatura lida criticamente com esta idéia em vários sentidos: em primeiro lugar, retira da definição do "tradicional", bem como da do "moderno", qualquer qualificação valorativa; em segundo, a "modernidade" não é pensada sob um prisma evolucionista na medida em que não se trata de distinguir dois modos de ser, ou de pensamento, que se opõem e se sucedem mas, antes, modalidades que, embora se diferenciando, coexistem e não necessariamente se sucedem. A hipótese de uma linearidade evolutiva postulada *a priori* é também descartada em função dos próprios pressupostos desta literatura que insiste na diversidade de *ethos* das camadas médias (mas não só delas) como um fenômeno intrínseco à sociedade moderna complexa. Por último, a própria tensão vislumbrada pelos autores entre princípios individualistas e hierárquicos — seja em segmentos onde domina a lógica individualista, seja em segmentos onde prevalece a ordem hierárquica — revela, desde logo, que o binômio tradicional/moderno não pode ser pensado como composto de categorias estanques.

Feita esta ressalva, vejamos quais são as principais conclusões etnográficas sobre família passíveis de serem apreendidas com base nestes estudos sobre camadas médias. Pode-se postular, grosso modo, dois paradigmas de representações sobre família estreitamente associadas a dois *ethos* contrastantes os quais, por sua vez, encontram-se fundados em experiências sociais distintas. Ou seja, o pólo "tradicional" congrega representações de segmentos sociais moradores em subúrbios ou em cidades de interior enquanto que o pólo "moderno" alude às representações de grupos que, além de moradores na Zona Sul, são intelectualizados e freqüentemente psicanalisados. É justamente este último universo que abraça a ideologia individualista com maior vigor.

Os trabalhos de Abreu Filho (1980, 1981, 1982), de Heilborn (1984, 1984a) e também, o de Salem (1984) — que examina a configuração familiar em camadas médias tomando como material algumas peças da dramaturgia de Nelson Rodrigues — focalizam os segmentos médios "tradicionais". Sobressai, nestes estudos, o papel crucial que o parentesco, bem como a vizinhança, desempenha na estruturação da visão de mundo dos agentes, na construção e elaboração de suas identidades sociais e, ainda, na própria organização de sua sociabilidade. Com efeito, os casos examinados ajustam-se à clássica definição de uma "rede de malha estreita" havendo uma superposição significativa dos domínios do parentesco, da vizinhança e das amiza-

des. Neste contexto os autores sociais, além de reconhecerem e valorizarem a importância das relações de parentesco, se auto-representam como englobados e encapsulados pela ordem familiar. Tomemos, a título de ilustração, a categoria de *sangue*, bem como as de *raça* e *nome de família*, destacada por Abreu Filho enquanto demarcadora do domínio do parentesco. O *sangue* é percebido pelos agentes como um vetor físico-moral, ou seja, ele significa não apenas uma substância formadora do corpo mas também um elemento que forma o caráter, recobrando assim o campo de moral. Infere-se daí que os indivíduos, bem como as famílias elementares, não se percebem como individualidades irreduzíveis e autônomas, mas antes, como partes de uma totalidade que os transcendem e os constroem.

Os segmentos "modernos" estudados se organizam preferencialmente sob a forma de *networks* que, em termos modelares, promovem a conexão de indivíduos ou de famílias dispersos no meio urbano: [estas] pessoas circulam mais por diferentes *regiões morais* do que uma pequena classe média de Zona Norte do Rio de Janeiro ou a maioria dos grupos de baixa renda. Essa camada média intelectualizada, psicologizada da Zona Sul conta com recursos materiais e simbólicos que permitem que sua identidade dependa menos da família ou de uma rede de vizinhança como grupo de referência mais exclusivo (...). Nem o parentesco, nem a religião englobam esses indivíduos que circulam entre diferentes domínios e instituições". (Velho, 1983: 7 e 8). De fato, ainda que seus *networks* possam incluir alguns familiares, a rede de sociabilidade destes indivíduos é predominantemente construída com base em critérios de escolhas pessoais e de afinidades. Numa certa medida, estes mesmos critérios revelam-se também presentes na própria determinação do que seja família: Dauster (1985: 18 e 27) e Salem (1980: 118/119) mostram como que estes sujeitos, sem desprezarem por completo os vínculos de consanguineidade e de afinidade, relativizam sua importância ou, ao menos, os reinterpretam com base em noções como afeto, solidariedade, empatia etc.

A tônica individualista que caracteriza estes segmentos expressa-se ainda no valor conferido à autonomia do indivíduo e à sua liberdade. De fato, de modo não raro, as reservas feitas à instituição familiar fundamentam-se na idéia que ela compromete os movimentos do "eu" (Velho, 1975; Salem, 1980 e 1985). Colocando em termos mais genéricos, neste segmento individualista, o relacionamento entre o indivíduo — sin-

gular ou coletivo — e a unidade maior que o contém tende a ser sempre representado como ambivalente, quando não conflitivo. Assim, é em nome da preservação de sua identidade e da integridade de seu projeto de uma “gravidez a dois” que o casal grávido evita, ao menos durante a gestação, a intensificação de contatos ensinada pelas famílias de origem cujo comportamento é considerado como “intrusivo” e “controlador” (Salem, 1985). Da mesma forma, o “casal moderno ou emancipado” constrói seu projeto de um “relacionamento aberto” advogando a prevalência do indivíduo sobre a díade (Heilborn, 1980 e 1981). Os *singles* estudados por Moraes (1985) — que optam por morarem sozinhos em nome de “maiores possibilidades de desenvolvimento profissional, mais autonomia, maior privacidade, acesso a novas experiências sexuais etc.” e ainda, a forma de relacionamento entre casais que decidem pela coabitação separada em nome da “preservação de um espaço próprio”, da “liberdade”, da “igualdade” e da “autonomia pessoal de cada parceiro” (Vaitsman, 1985) — também invocam, de algum modo, a tensão entre o indivíduo e a unidade maior que o abarca.¹⁵

Em um de seus artigos, Velho sugere que as camadas médias vivem, de forma dramática, “o dilema de mudar ou permanecer” (1981: 108). Ou seja, embora não descartando que este dilema esteja também presente em outras categorias sociais, o autor propõe que este é um fenômeno quase que constitutivo do *ethos* dos segmentos médios justamente por estarem eles mais expostos a veículos e ideologias de modernização. Nas conclusões de seu trabalho, Heilborn (1984) discute e relativiza a generalidade desta proposta. O fato de a autora eleger os jovens como recurso de aproximação para estudar a moralidade das camadas médias suburbanas torna a questão ainda mais interessante posto que a literatura especializada destaca esta categoria etária como especialmente sujeita e sensível à mudança social. Ora, com base nos dados levantados, a autora atesta a pouca veemência dos conflitos geracionais, não registrando ainda nenhuma ruptura significativa dos jovens com relação às aspirações, valores e projetos de vida das gerações mais velhas. Heilborn sublinha que o universo investigado não está distante do cotidiano da metrópole: além de exposto aos meios de comunicação de massa, os jovens têm consciência das diferenças culturais que os separam de outros grupos — e, mesmo assim, valorizam sua “opção” e seu modo de vida. Ela sugere ainda que “o papel desempenhado pela família, pelo parentesco e pela vizinhança dá suporte a

uma experiência social que não objetiva a mudança”. (1984: 112).

Bastante diversas são as conclusões dos autores que se centram nos segmentos médios permeados pela ideologia individualista. Nestes, o compromisso com o “novo” e com a “mudança” (sobretudo no sentido de um “aperfeiçoamento pessoal” ou em direção a uma maior “autenticidade”) constituem temas-chave. São eles os grandes consumidores das terapias “alternativas” que aparecem no mercado — como homeopatia, bionérgica, trabalhos com o corpo, alimentação “natural” etc. — e também são eles que ensaiam formas alternativas de relacionamento familiar: os “casais grávidos”, os “casais emancipados”, os *singles* e as mães solteiras estudadas por Dauster (1985a) são casos ilustrativos. Justifica-se assim sua recorrente auto-imagem “vanguardista”. O anseio por distinguir-se, de um ponto de vista moral, das famílias de origem é uma tônica bastante presente nestes segmentos e, de modo não raro, seus projetos alternativos são estruturados tomando, como modelo negativo, a moralidade prevalente na geração parental. Nessa medida, tanto quanto nas camadas médias “tradicionais”, a família consta como referência fundamental na construção de suas identidades só que, no caso dos segmentos individualistas, esta construção se verifica antes pelo contraste do que pela similaridade.

As ideologias concernentes à divisão de papéis de gênero são nitidamente distintas no universo das camadas médias “tradicionais” e no dos “modernos”. Não parece casual o fato de que todos os autores que elegeram, como objetos de investigação, os primeiros segmentos tenham recorrido ao conceito de “honra mediterrânea”, tal como desenvolvido por Pitt-Rivers, para descrever o modo como aí se alocam os atributos específicos a cada um dos sexos. Neste contexto, homem e mulher são concebidos como distintos e complementares: a mulher — símbolo da moral doméstica — está basicamente referida à família e ao lar ao passo que o homem, ao domínio público e ao trabalho. Enquanto que as mulheres são avaliadas em função de sua conduta moral, os homens o são com base no seu desempenho profissional. Observa-se assim uma ênfase valorativa em uma demarcação rígida entre os papéis sexuais bem como entre os domínios e as fronteiras do masculino e do feminino. Os segmentos individualistas — calcados no valor da igualdade — dispõem-se a uma revisão neste arranjo. Ou seja, não só contestam a divisão tradicional de papéis sexuais como também propugnam, em certos casos, o

esmaecimento das diferenças entre o masculino e o feminino. Este valor parece dramatizar-se, de forma paroxística, na experiência do casal grávido. Em algumas sessões dos cursos pré-natais que estes casais freqüentam propõe-se, como exercício, a simulação conjunta de contrações uterinas e, em dramatização sobre a hora do nascimento, é o homem que desempenha o papel da mulher que está parindo: “este fenômeno ilustra, em suma, um caso limite da concepção igualitária entre gêneros porquanto estimula uma com-fusão entre entidades, e corpos, femininos e masculinos e precisamente em uma situação na qual a condição feminina encontrase biologicamente inscrita” (Salem, 1985: 36).

A ênfase diferencial na hierarquia e na igualdade reproduz-se ainda no modo como estes dois universos concebem o relacionamento entre pais e filhos: no espaço “tradicional”, o convívio doméstico é marcado pela assimetria e noção de “respeito” e “autoridade” (Heilborn, 1984) ao passo que os segmentos individualistas propugnam um relacionamento “aberto”, “franco” e pautado no “diálogo”, além de dedicarem especial atenção aos aspectos subjetivos e psicológicos da personalidade infantil (Dauster, 1984, e Salem, 1985). Lo Bianco destaca, como um dos desdobramentos da “cultura psicanalítica”, o fenômeno da “psicologização do feto” entendido como “expressão da busca de um aperfeiçoamento de relação materno-infantil que é feita retroceder à época anterior ao próprio nascimento da criança” (1985: 95).

Cabe ressaltar que apenas por razões de recurso de exposição as características morais pertinentes a cada um dos segmentos foram listadas separadamente. Em realidade, cada uma das colunas forma uma espécie de totalidade na qual os valores descritos encontram-se interligados uns aos outros redundando num sistema dotado de uma certa coerência interna. Por outro lado, o material etnográfico dos trabalhos aqui examinados também leva a uma subversão ou, ao menos, a uma necessidade de matizar a oposição entre a ideologia hierárquica e a individualista.

Em outras palavras, como já referido, os autores assinalam, em cada universo, uma constante tensão derivada da presença de códigos culturais subordinados que, em determinadas situações, vêm se afirmar contraditando assim os padrões ideológicos dominantes. No que concerne ao espaço “tradicional”, Abreu Filho destaca que as categorias de *nome* e de *luta* acionadas pelos informantes (a primeira demarcando a construção pessoal de *status*, a honra e reputação individuais e a segunda apontando para os

mecanismos desta construção) “direcionam o pensamento para uma dimensão biográfica, onde a trajetória pessoal é o foco das reflexões e onde os projetos são avaliados em termos mais individualizados” (1982: 105). Ou seja, enquanto que as categorias de *sangue*, *raça* e *nome de família* subordinam o indivíduo a uma totalidade de tal modo que o comportamento individual pode ser lido a partir de uma lógica familiar, as de *nome* e de *luta* remetem para um plano onde o indivíduo enquanto categoria moral é tomado como unidade de reflexão. Salem (1984) sugere que a violação de tabus sexuais levada a cabo por alguns dos personagens femininos rodrigueanos (como a infidelidade e o rompimento do tabu da virgindade) pode ser interpretada como situações nas quais a mulher faz de sua sexualidade para afirmar-se como um valor individual em si mesmo às expensas da unidade familiar e à revelia do poder do patriarca – quando não, contra ele.

A literatura que lida com os segmentos individualistas, por sua vez, está eivada de evidências que apontam em direção diversa, senão inversa, aos preceitos ideológicos por eles propalados. Assim é que o valor que imputam à família nuclear – como uma entidade individualizada e destacada das redes de parentesco – esbarra em uma série de constrangimentos e de contra-tendências. Situações ou experiências críticas como separação, o nascimento de uma criança ou ser mãe solteira são reveladoras do fato de que a família nuclear, bem como o indivíduo, está longe de ser o ponto de referência exclusivo. Com efeito, no momento em que uma aliança é desfeita, toda a rede de relações do casal – parentes e amigos – é de algum modo afetada, revelando que a união entre dois parceiros, por mais que suportada na escolha pessoal e na liberdade, cimanta uma totalidade que os transcende (Velho, 1983). Com o rompimento do casamento, tanto quanto na experiência de ser mãe solteira, os laços de dependência (inclusive material) com relação às famílias de origem tendem a recrudescer. Lins de Barros (1984, 1985) mostra como os avós sentem-se “usados” por seus filhos no cuidado com os netos. Este sentimento de sobrecarga torna-se especialmente agudo nos casos em que a aliança matrimonial da segunda geração é desfeita: nestas circunstâncias os avós sentem-se responsáveis – mesmo porque são freqüentemente convocados – por amparar as crianças. Além disso, o nascimento de um bebê, ao invés de isolar os cônjuges de suas famílias de proveniência (tal como projetado pelo casal grávido durante a gestação), acaba

promovendo uma soldagem entre unidades familiares.

Desvela-se assim, como marca registrada dos segmentos individualistas, uma duplicidade, se não ambivalência, entre crítica contundentemente a estrutura familiar como comprometendo os movimentos do "eu" e, ao mesmo tempo, em tê-la como referência fundamental em passagens críticas da vida. Este fenômeno afirma com maior nitidez quando se considera que, por maior que seja a importância conferida por este universo à teia de amizades, ela não substitui o espaço ocupado pela parentela. Em suma, as situações descritas põem em evidência dispositivos típicos do código da aliança relativizando tanto a idéia de família nuclear quanto a de um indivíduo auto-referido.

Contudo, o relevante papel que o parentesco desempenha neste universo ultrapassa, em muito, situações ou momentos críticos. Já foi referido que a família consta como referência fundamental nos projetos "vanguardistas" destes segmentos no sentido de que, em boa parte, eles são formulados em oposição ao *ethos* e à visão de mundo abraçados pelas famílias de proveniência. Mas a importância destas últimas extrapola também seu caráter de referência negativa. Não é infrequente o fato destes sujeitos receberem algum tipo de apoio material de suas famílias permitindo-lhes desfrutar de um padrão de vida e até mesmo implementar seus projetos "vanguardistas" que seriam inviáveis sem esta ajuda. Além disso, observa-se também que, por vezes, estes indivíduos tendem a manipular a origem familiar apresentando-se não só como uma "aristocracia de espírito" mas também "de sangue" (Velho, 1975). Várias outras evidências poderiam ser fornecidas, mas elas apenas endossariam o que, desde já, pode ser concluído: o parentesco desempenha um papel crucial na elaboração das identidades sociais no universo das camadas médias "até mesmo nos processos mais radicais de individualização" (Velho, 1981: 119).¹⁶

Resta, como última questão, examinar quais os argumentos levantados por esta literatura para explicar a tensão entre princípios individualistas e hierárquicos ou o dilema de "mudar ou permanecer" presente nos segmentos "modernos". Não há consenso entre os estudiosos quanto à forma de responder a esta questão e, além disso, um mesmo autor pode recorrer a diferentes tipos de explicação em diferentes contextos.

A tese de um descompasso entre uma mudança social acelerada e a persistência de valores arcaicos a nível inconsciente vem sendo defini-

da sobretudo por psicanalistas e psicólogos que tematizam a "família moderna" das camadas médias brasileiras (cf., por exemplo, Figueira, 1981, 1985a e Nicolaci-da-Costa, 1985, 1985a). Ou seja, estes autores sustentam que a tensão e a oscilação entre modelos "modernos" e "tradicionais" resultariam de uma descontinuidade entre sistemas simbólicos internalizados em diferentes momentos da biografia dos sujeitos. O conceito de "desmapeamento", tal como desenvolvido por Figueira (1981), condensa esta proposta: "o desmapeamento não é, como sugere a metáfora, ausência de ordem, forma ou mapa, mas a presença de ordens, formas e mapas contraditórios. A forma de família que se realiza num determinado momento e é *visível* convive, porque surgiu de um processo de mudança acelerada, em estado de conflito potencial, quando não deflagrado, com formas da família historicamente anteriores, abandonadas no processo de mudança social, mas mantidas *invisíveis, dentro dos sujeitos*, porque internalizadas em algum momento de sua formação".¹⁷ Nicolaci-da-Costa (1985) sugere que os modelos e valores arcaicos — supostamente já ausentes da sociedade em virtude da mudança social acelerada — manter-se-iam presentes dentro dos sujeitos pelo fato de terem sido internalizados durante a socialização primária, cujos conteúdos seriam, por uma série de razões, mais renitentes à mudança e a revisões.

Uma outra linha prefere interpretar a oscilação, por parte de um mesmo sujeito, entre códigos díspares e freqüentemente contraditórios como sendo um fenômeno tipicamente produzido pela própria organização das sociedades modernas complexas. Nestas, sugere-se, a coexistência de visões de mundo concorrentes e ainda, a autonomia relativa de domínios sociais (como o público e o privado) — cada qual operando com uma linguagem particular — levariam os sujeitos não só a internalizarem códigos diferentes como também a oscilarem entre eles dependendo do contexto em que estejam situados (Velho, 1975 e 1985).¹⁸

A questão da tensão entre individualizar-se e ser englobado vem sendo pensada por alguns autores como uma questão universal presente em diferentes sociedades e momentos históricos, embora seja mais visível e acentuada em contextos onde o indivíduo é focalizado como categoria fundamental: "a tensão entre a individualização propriamente dita e a inserção em uma categoria mais ampla parece ser problema universal. Sem dúvida a consciência desta tensão emerge com mais nitidez com a própria ideologia individualista" (Velho, 1981: 45).

Outros autores restringem a interpretação do aludido dilema encarando-o como uma questão constitutiva da ideologia individualista. Assim, a tensão entre o sujeito – individual ou coletivo – que busca singularizar-se e a unidade maior que o contém “fundamenta-se no próprio caráter dual que a instância mais encompassadora manifesta em sua relação com as unidades que abarca operando na fronteira, tênue e oscilante, entre ser um preventivo contra a anomia a que estariam sujeitas as unidades modernas atomizadas e constituir um constrangimento à sua individualização. Resulta daí que, no contexto sócio-cultural onde o “culto do eu” se esboça como religião (cf. Duarte, 1983), o rela-

cionamento entre o indivíduo (singular ou coletivo) e a unidade maior que o contém tenderá sempre a apresentar um cunho ambivalente, quando não conflitivo” (Salem, 1983: 19/20).

Finalmente, cabe mencionar o argumento que alude à dificuldade de implementar valores individualistas e igualitários em uma sociedade como a nossa: “em uma sociedade como a brasileira, em que a hierarquia exerce um papel crucial, com a forte crença de que cada coisa tem e deve estar em seu lugar, o pertencimento a uma família específica é elemento fundamental no sistema de classificação dos universos investigados, até mesmo nos processos mais radicais de individualização” (Velho, 1981: 119).

Notas

1. Alguns dos trabalhos aqui citados – como os de Abreu Filho, de Heilborn e de Lins de Barros – estiveram vinculados à pesquisa “Estudo Comparativo de Camadas Médias Metropolitanas e de Cidades de Interior” coordenada pelo Professor Gilberto Velho e financiada pela Financiadora de Estudos e Projetos – Finep e pela Fundação Ford.

2. Este livro reproduz sua dissertação de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, defendida em 1970.

3. Nesta associação entre família e/ou parentesco e visão de mundo, merece ser comentada a proposta de Abreu Filho que, invertendo num certo sentido as premissas do último bloco de trabalhos mencionados, elege as representações sobre parentesco como entrada principal para compreender tanto os valores básicos do setor social estudado quanto a articulação das relações sociais locais. Ou seja, sugere o autor que “em grande parte, a ordem social é pensada através de categorias fornecidas pelo sistema de representações que define o parentesco enquanto “domínio autônomo” (1981: 36).

4. Para uma discussão dos problemas envolvidos nestas tradições teóricas, cf. Velho (1975, cap. V e 1981), Abreu Filho (1980: 114 e ss) e Heilborn (1984: 1 e ss).

5. Velho, por exemplo, vem privilegiando, como objeto de estudo, precisamente os segmentos intelectualizados e psicanalisados das camadas médias cariocas moradoras na Zona Sul: “os grupos que estou particularmente interessado em discutir, dentro do universo das camadas médias, aparecem como portadores mais característicos da vertente psicologizante das ideologias individualistas” (1985: 171).

6. Estas idéias – que se fundam na noção de segmentariedade de Evans-Pritchard e na noção de “princípio de situação” elaborada por Dumont – já foram exemplarmente descritas e trabalhadas por Duarte (1985, em especial cap. II, item 1).

7. Abreu Filho sugere que um dos embaraços presentes tanto na tradição de estudos de estratificação social quanto na da estrutura de classes no que respeita às camadas médias situa-se justamente na “dificuldade de substancializar os diversos segmentos em uma categoria maior (. . .) Esse fato, em si não problemático, passa a sê-lo na medida em que a preocupação com a unidade dos setores médios (. . .) acompanha a maioria dos estudos” (1980, p. 115).

8. Em “The Metropolis and Mental Life” (1971 [19031]), Simmel sugere que os mesmos fatores que convertem os centros urbanos em núcleos da mais alta impessoalidade promovem também uma subjetividade altamente pessoal. O anseio por diferenciar-se, a atitude *blasé* e a ênfase na “reser-

va" seriam, segundo este autor, mecanismos acionados pelo homem metropolitano para permanecer perceptível para si mesmo. Gilberto Velho também vem insistindo, ao longo de seus trabalhos, na coexistência, e eventual concorrência, entre códigos culturais múltiplos ou múltiplas realidades. Ver, por exemplo, Velho (1981, cap. 1; 1985), além de Velho & Viveiros de Castro (1978).

9. Caberia também aí incluir dois trabalhos de Heilborn (1980, 1981) nos quais a autora trabalha com a idéia de "casal moderno ou emancipado" que propugna "o abandono da perenidade da relação conjugal e a flexibilização da sua concepção monogâmica" (1980: 1). A autora examina esta concepção de casal tomando como unidade de análise um *network* de mais ou menos 30 integrantes com idade variável entre 22 e 30 anos.

10. Vale ressaltar que no caso do "subversivo" e do "drogado", ainda que os acusados possam ter, ou virem a desenvolver, uma identidade comum, as fronteiras são estabelecidas e geradas com base justamente no sistema de acusação. Neste caso os próprios conteúdos acionados pelo acusador permitem inferir categorias e valores centrais que conformam sua visão de mundo. Foi esta a perspectiva privilegiada por Gilberto Velho no mencionado artigo.

11. Cf. Velho (1975: 74).

12. Existem algumas diferenças significativas entre Simmel e Dumont no que tange à noção de indivíduo. A concepção de individualismo em Dumont, estando presa ao espaço econômico, político e filosófico, está também vinculada a uma visão formalística e jurisdicista do indivíduo. Simmel, por sua vez, encontra-se muito mais comprometido com uma sociologia das experiências pessoais ou com o contorno particular assumido pela vida psicológica individual no espaço da metrópole de tal modo que, para ele, o indivíduo moderno, além de ser um ente moral, é também concebido como um ser psicológico. Esta dimensão – desprezada nos trabalhos de Dumont – já fora examinada no clássico artigo de Mauss (1971) sobre a noção de pessoa.

13. O termo "indivíduo coletivo" é tomado de Dumont (1971), mas Simmel também faz referência ao fenômeno de "individuação de coletividades" (1971: 264).

14. Nas palavras de Velho: "a essa consciência da individualidade fabricada dentro de uma experiência cultural específica – corresponderá uma maior elaboração de um *projeto*. Este será estimulado e encontrará uma linguagem própria para expressá-lo – a psicanálise, especificamente, e o discurso psicológico em geral, é em parte consequência e em parte criador deste tipo de individualismo. Cada vez fica mais difícil pensar um sem o outro. Ver-se como unidade significativa básica, procurando a sua "verdade", desenvolvendo potencialidades particulares, rompendo "simbioses" faz parte do credo analítico" (Velho, 1981: 32). Cf. também Velho (1985).

15. Ainda que estas práticas e este padrão discursivo pareçam mais recorrente nas gerações mais novas (cf. Almeida, 1985a), eles não lhes são exclusivos. O trabalho de Lins de Barros sobre a velhice em um grupo de mulheres católicas atuantes (1981) revela que, aos olhos das informantes, a realização de sua individualidade e a consecução de seu projeto de militância religiosa-assistencial só era viável na medida em que estabelecessem uma opção não-familiar para a velhice.

16. Ou, como sugere uma das informantes de Heilborn que abraça a ideologia do "casal emancipado": "o pior é que todo desvio acaba voltando à casa paterna" (1980: 9).

17. Figueira argumenta que o fenômeno do *desmapeamento* – *acirrado a partir dos anos 50* em virtude da mudança social acelerada atravessada pela sociedade brasileira – seria um dos fatores responsáveis pelo *boom* psicanalítico verificado nas décadas seguintes nos grandes centros urbanos.

18. Esta situação pode gerar uma "tensão existencial" e o recurso à psicanálise é mencionado como um dos mecanismos privilegiados por segmentos das camadas médias para atingir, ou ao menos buscar, a coerência. (Velho, 1985).

Bibliografia

- Abreu Filho, O.
1980. *Sangue, Raça e Luta: identidade e parentesco em uma cidade do interior*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/ Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 237 pp., mimeo.
- Abreu Filho, O.
1981. O Parentesco como Sistema de Representações: um estudo de caso. In Velho, G. & Figueira S. (orgs.), *Família, Psicologia e Sociedade*. Campus, Rio de Janeiro. pp. 135-150.
- Abreu Filho, O.
1982. Parentesco e Identidade Social. *Anuário Antropológico 80*. Edições Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, pp. 95-118.
- Almeida, M. I. M.
1985a. "A A maternidade, nova mas presa ao destino". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 4.
- Almeida, M. I. M.
1985b. *A Modernização da Maternidade (1950 - 1980): uma abordagem sociológica da construção da subjetividade na família de classe média brasileira*. Tese de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 296 pp. mimeo.
- Bott, E.
1976. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Costa, M. C.
1985. *Sobre o Segredo: adoção em famílias de camadas médias*. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 26 pp., mimeo.
- Dauster, T.
1984. *A Experiência Obrigatória: notas sobre o significado do filho em camadas médias urbanas*. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 26 pp. mimeo.
- Dauster, T.
1984a. *A Invenção do Amor: amor, sexo e família em camadas médias urbanas*. Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, 19 pp., mimeo.
- Dauster, T.
1985. *Laços e Nós: indivíduo, família e amigos*. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 32 pp. mimeo.
- Dauster, T.
1985a. "A Desafiante Mãe Solteira". *Jornal do Brasil*. 14 de julho, Caderno Especial, p. 4.
- Duarte, L. F. D.
1983. "Três Ensaio sobre Pessoa e Modernidade". *Bol. Mus. N.S., Antropologia* (41): 1-69.
- Duarte, L. F. D.
1985. *Da Vida Nervosa: pessoa e modernidade entre as classes trabalhadoras urbanas*. Tese de Doutorado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 662 pp., mimeo.
- Dumont, L.
1971. "Religion, Politics and Society in the Individualistic Universe". *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland for 1970*, London, pp. 31-41.

- Figueira, S.
1981. "Psicanálise e Antropologia: uma visão de mundo brasileiro". *Jornal do Brasil*, 20 de dezembro, p. 6.
- Figueira, S.
1985. "Modernização da Família e Desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil". In Figueira, S. (org.), *Cultura da Psicanálise*. Brasiliense, São Paulo.
- Figueira, S.
1985a. "No Reino da Opção". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 6.
- Heilborn, M. L.
1980. *Compromisso de Modernidade: casal, vanguarda e individualismo*. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 24 pp., mimeo.
- Heilborn, M. L.
1981. *Notas para um Estudo sobre Casais: a fidelidade em questão*. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 13 pp. mimeo.
- Heilborn, M. L.
1984. *Conversa de Portão: juventude e sociabilidade em um subúrbio carioca*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 212 pp. mimeo.
- Heilborn, M. L.
1984a. "Visão de Mundo e Ethos em Camadas Médias Suburbanas no Rio de Janeiro". In Rodrigues, L. M. et al. *Ciências Sociais Hoje*. pp. 88-99. São Paulo. Cortez.
- Lins de Barros, M. M.
1981. "Testemunho de Vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice". *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, Rio de Janeiro, Zahar, (2): 11-70.
- Lins de Barros, M. M.
1984. *Representação da Família pelos Avós*. Comunicação apresentada no VIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Águas de São Pedro, São Paulo, 46 pp. mimeo.
- Lins de Barros, M. M.
1985. "Avós, Autoridade e Afeto". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 3.
- Lins de Barros, M. M.
1986. *Avós: autoridade e afeto. Um estudo de famílias de camadas médias urbanas*. Tese de Doutorado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 271 pp., mimeo.
- Lo Bianco, A. C.
1985. "A Psicologização do Afeto". In Figueira, S. (org.) *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense.
- Mauss, M.
1971. "Sobre una Categoría del Espíritu Humano: la noción de persona y la noción del 'yo'". In Mauss, M. (org.) *Sociología y Antropología*. Madrid, Tecnos.
- Moraes, D. P.
1985. "A opção de Ser Solteiro". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 5.
- Nicolaci da Costa, A. M.
1985. "Mal-Estar na Família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos". In Figueira, S. (org.), *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense.

- Nicolaci da Costa, A. M.
1985a. "Escola Experimental ou Antiga?". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 2.
- Rocha, A. L. C.
1985. *A Dialética do Estranhamento: a reconstrução da identidade social de mulheres separadas em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 440 pp., mimeo.
- Salem, T.
1980. *O Velho e o Novo: um estilo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis, Vozes.
- Salem, T.
1983. "O ideário do 'Parto Sem Dor': uma leitura antropológica". *Bol. Mus. Nac., Antropologia*, (40): 1-27.
- Salem, T.
1984. *A Família em Cena: uma leitura antropológica da dramaturgia de Nelson Rodrigues*. Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, 22 pp. mimeo.
- Salem, T.
1984a. *Etnografia de Reuniões para Casais Grávidos*. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 44 pp. mimeo.
- Salem, T.
1985. "A Trajetória do Casal Grávido: de sua constituição à revisão de seu projeto". In Figueira, S. (org.), *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense.
- Salem, T.
1985a. "Gravidez um projeto a dois". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 5.
- Simmel, G.
1971. *On Individuality and Social forms*. Chicago, University of Chicago Press.
- Vaitsman, J.
1985. "Casal, sim, mas cada um na sua casa". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 3.
- Velho, G.
1973. *A Utopia Urbana*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Velho, G.
1975. *Nobres e Anjos: um estudo de tóxico e hierarquia*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 184 pp. mimeo.
- Velho, G.
1981. *Individuálismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Velho, G.
1983. "Aliança e Casamento na Sociedade Moderna: separação e amizade em camadas médias urbanas". *Bol. Mus. Nac., N.S., Antropologia*, (39): 1-11.
- Velho, G.
1985. "A Busca de Coerência: coexistência e contradições entre códigos em camadas médias urbanas". In Figueira, S. (org.), *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense.

Velho, G.
1985a. "Dramas e Rotinas da Separação". *Jornal do Brasil*, 14 de julho, Caderno Especial, p. 2.

Velho, G. & Viveiros de Castro, E.
1978. "O Conceito de Cultura nas Sociedades Complexas: uma perspectiva antropológica". *Artefato*, Rio de Janeiro, Conselho Estadual de Cultura. I (1): 4-9.

Resumo

Este trabalho discute a possibilidade de se estabelecer uma distinção entre os conceitos de cultura e de civilização, tomando como ponto de partida a análise das sociedades complexas. A cultura é entendida como o conjunto de valores, normas e comportamentos que orientam a vida social, enquanto a civilização refere-se ao conjunto de bens materiais e técnicas produzidas pela sociedade. A distinção entre os dois conceitos é feita a partir da análise das sociedades complexas, onde a cultura é entendida como o conjunto de valores, normas e comportamentos que orientam a vida social, enquanto a civilização refere-se ao conjunto de bens materiais e técnicas produzidas pela sociedade.

A cultura é entendida como o conjunto de valores, normas e comportamentos que orientam a vida social, enquanto a civilização refere-se ao conjunto de bens materiais e técnicas produzidas pela sociedade. A distinção entre os dois conceitos é feita a partir da análise das sociedades complexas, onde a cultura é entendida como o conjunto de valores, normas e comportamentos que orientam a vida social, enquanto a civilização refere-se ao conjunto de bens materiais e técnicas produzidas pela sociedade.

A cultura é entendida como o conjunto de valores, normas e comportamentos que orientam a vida social, enquanto a civilização refere-se ao conjunto de bens materiais e técnicas produzidas pela sociedade. A distinção entre os dois conceitos é feita a partir da análise das sociedades complexas, onde a cultura é entendida como o conjunto de valores, normas e comportamentos que orientam a vida social, enquanto a civilização refere-se ao conjunto de bens materiais e técnicas produzidas pela sociedade.

Este trabalho discute a possibilidade de se estabelecer uma distinção entre os conceitos de cultura e de civilização, tomando como ponto de partida a análise das sociedades complexas. A cultura é entendida como o conjunto de valores, normas e comportamentos que orientam a vida social, enquanto a civilização refere-se ao conjunto de bens materiais e técnicas produzidas pela sociedade. A distinção entre os dois conceitos é feita a partir da análise das sociedades complexas, onde a cultura é entendida como o conjunto de valores, normas e comportamentos que orientam a vida social, enquanto a civilização refere-se ao conjunto de bens materiais e técnicas produzidas pela sociedade.

A cultura é entendida como o conjunto de valores, normas e comportamentos que orientam a vida social, enquanto a civilização refere-se ao conjunto de bens materiais e técnicas produzidas pela sociedade. A distinção entre os dois conceitos é feita a partir da análise das sociedades complexas, onde a cultura é entendida como o conjunto de valores, normas e comportamentos que orientam a vida social, enquanto a civilização refere-se ao conjunto de bens materiais e técnicas produzidas pela sociedade.

A cultura é entendida como o conjunto de valores, normas e comportamentos que orientam a vida social, enquanto a civilização refere-se ao conjunto de bens materiais e técnicas produzidas pela sociedade. A distinção entre os dois conceitos é feita a partir da análise das sociedades complexas, onde a cultura é entendida como o conjunto de valores, normas e comportamentos que orientam a vida social, enquanto a civilização refere-se ao conjunto de bens materiais e técnicas produzidas pela sociedade.

Este trabalho foi elaborado no âmbito do Projeto de Pesquisa em Antropologia da FAPESP.

Rev. Bras. de Antrop., v. 11, pp. 1-9, 1978.

A Política de Pós-Graduação e as Ciências Sociais*

Eunice R. Durham

Introdução

Não se pode entender a pós-graduação no Brasil se não se reconhecer que seu desenvolvimento não decorreu de um processo espontâneo de crescimento da produção científica e de aperfeiçoamento da formação de quadros, mas resultou de uma política deliberada do Estado. É importante lembrar também que a elaboração dessa política e a constituição de um sistema nacional de pós-graduação são muito recentes – datam, com efeito, do Parecer 977 do Conselho do Ensino Superior – Cesu, órgão do Ministério da Educação, de 03.12.1965, do qual foi relator Newton Sucupira.

As medidas relativas à pós-graduação tomadas nessa época obedecem a uma política explícita por parte do Governo com o intuito de disciplinar e orientar o ensino superior no país. E a data indica claramente que a regulamentação da pós-graduação faz parte do início de um processo que culmina com a reforma universitária de 1968.¹

Elemento fundamental desse projeto governamental (além do controle ideológico, que não nos interessa neste momento) é a modernização do ensino superior. O modelo universitário então vigente, implantado na década de 30, consistia num compromisso entre duas tendências

diversas; uma tradicional, ligada às velhas escolas de formação de profissionais liberais; e uma inovadora, voltada para a transformação da universidade num centro de pesquisa científica. Essa última tendência havia se implantado precariamente em algumas Faculdades de Medicina e Escolas de Engenharia.² No projeto de criação das Universidades, as Faculdades de Filosofia Ciências e Letras foram concebidas como o lugar privilegiado para abrigar essa nova visão de ciência e de atividade científica. Essa concepção, entretanto, nunca se realizou plenamente.³

A nova visão de ensino superior como centro de pesquisa e produção de conhecimento implantou-se muito lentamente no Brasil. A tradição de pesquisa desenvolveu-se em áreas e unidades esparsas, tendo dependido muito da existência de núcleos estáveis de professores estrangeiros ou de brasileiros formados no exterior, que implantaram novos sistemas de trabalho. No conjunto do país, as Universidades, especialmente as Faculdades de Filosofia, foram criadas em instalações deficientes, com professores improvisados, sem treinamento em pesquisa, sufocados sob o peso da tradição das antigas escolas de formação de profissionais liberais.

Nesse contexto, as reformas da década de 60 podem ser vistas como voltadas para a elimina-

*Este trabalho foi extraído do Relatório da Comissão de Pós-Graduação da Anpocs.

ção dos componentes mais tradicionais do modelo universitário brasileiro existente. Dentro do espírito autoritário que marcou o regime instalado de 1964, essa modernização deveria ocorrer sob a forma de um planejamento racional do Estado, imposto de cima para baixo.⁴ E isto porque as universidades (como o resto da sociedade) teriam se mostrado incapazes de fazer face às novas demandas criadas pela urbanização e industrialização do país. Cabia ao Estado Tutelar suprir as deficiências das instituições.

O parecer do Cesu que regulamenta a pós-graduação coloca-se claramente como o início dessa tendência. Dois aspectos do documento são de fundamental importância. Em primeiro lugar, o esforço para atribuir ao Conselho Federal de Educação — CFE poderes reguladores e normativos sobre a pós-graduação, que a legislação vigente dificultava. Em segundo lugar, estabelecer a pós-graduação como instrumento de reorganização da universidade.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases não conferisse ao CFE a competência para regulamentar os cursos de pós-graduação, o Estatuto do Magistério abriu uma brecha ao determinar ao CFE que definisse suas características: “entendemos que a competência atribuída ao Conselho para definir esses cursos e determinar-lhes as características, outorga-lhe ao mesmo tempo, certo poder para regulamentá-los” (. . .) “O reconhecimento, ou qualquer outro meio de controle que venha disciplinar o processo de implantação dos cursos de pós-graduação, parece-nos de todo indispensável se considerarmos as condições de funcionamento de nossas escolas superiores” (. . .) “Por isso mesmo, se quisermos evitar que a pós-graduação brasileira — essencial à renovação de nossa universidade — seja aviltada em seu nascedouro, devemos estabelecer não somente princípios doutrinários mas critérios operacionais e normas que dirijam e controlem sua implantação e desenvolvimento”. (Parecer n.º 977/65, p. 81). Nada mais claro.⁵

Conforme solicitação e encaminhamento feito previamente pelo Ministro da Educação, o Parecer aponta “três motivos fundamentais que exigem, de imediato a instauração do sistema de cursos pós-graduados: 1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa de nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às

necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores” (*idem*, p. 72).

Na verdade, há uma idéia mais geral que permeia todo o Parecer: é a de que só com a Pós-Graduação é possível institucionalizar a pesquisa nas universidades: “Em nosso entender um programa eficiente de estudos pós-graduados é condição básica para se conferir à nossa universidade caráter verdadeiramente universitário, para que deixe de ser instituição apenas formadora de profissionais e se transforme em centro irradiador de ciência e de cultura” (*idem, ibidem*). “Permanecemos até agora aferrados à crença simplista de que, no mesmo curso de graduação, podemos formar indiferentemente o profissional comum, o cientista e o tecnólogo” (*idem, ibidem*). Essa não é a visão do Parecer. Concebe ele uma nova estrutura hierárquica para a universidade, na qual a pesquisa se coloca no cume: (. . .) “O desenvolvimento do saber e das técnicas aconselha introduzir na universidade uma espécie de diversificação vertical com o escalonamento de níveis de estudo que vão desde o ciclo básico, a graduação até a pós-graduação. Haveria desta forma uma infra-estrutura correspondente ao plano do ensino, cujo objetivo seria, de um lado a instrução científica e humanista para servir de base a qualquer ramo, e doutra parte teria por fim a formação profissional; e uma super estrutura destinada à pesquisa, cuja meta seria o desenvolvimento da ciência e cultura em geral, o treinamento de pesquisadores, tecnólogos e profissionais de alto nível” (*idem*, p. 71). Com um pouco de maldade poder-se-ia dizer que caberia à graduação o treinamento de pesquisadores, tecnólogos e profissionais de baixo nível. Mesmo que o parecer afirmasse não desejar “transferir, pura e simplesmente, para o âmbito da pós-graduação todo o esforço de treinamento científico” a verdade é que, nessa concepção, não se pensam formas alternativas para desenvolver a pesquisa fora da criação dos cursos de pós-graduação. Essa concepção de universidade se torna ainda mais clara quando se escolhe como modelo para ser adaptado à realidade brasileira, o da universidade americana, com sua distinção entre o *College* e as *Graduate Schools*.

A dificuldade de adaptação desse modelo, que o Parecer não contempla, reside no fato de que, na tradição americana, ao contrário do que ocorre na nossa, os cursos *undergraduate* não são profissionalizantes — constituem uma etapa de formação relativamente genérica. O B. A. raramente dá acesso a uma profissão reconhecida e regulamentada, como ocorre na nossa tradição cartorial. Essa tradição é tão forte entre nós que nunca se conseguiu implantar uma alternativa,

apesar das tentativas que ocorreram na época da criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Estas deveriam conceder um título não profissional de Bacharel. A adição da licenciatura estabeleceu imediatamente uma função profissionalizante e a exceção deixou de existir. Dada essa diferença, a pós-graduação, entre nós, é basicamente diversa das *Graduate Faculties* americanas e a associação entre pesquisa e pós-graduação, da forma pela qual foi estabelecida no Parecer, constitui um óbvio empobrecimento da graduação.

Não há dúvida de que era, e ainda é necessário incentivar a pesquisa na universidade brasileira. Também não se duvida da necessidade de desenvolver a pós-graduação, nem de sua íntima vinculação com a pesquisa ou de sua função de contribuir para a qualificação do pessoal do ensino superior. Mas havia uma outra alternativa, que não foi considerada no Parecer e que, a partir de então foi em grande parte ignorada pelos órgãos oficiais: estimular a criação de núcleos de pesquisa através de financiamentos específicos e, firmada a tradição de trabalhos de investigação, aproveitá-los como centros de pós-graduação para treinamento de novos pesquisadores. De certa forma, nossa política de pós-graduação colocou o carro adiante dos bois — passou a condicionar a pesquisa à existência da pós-graduação. E quando estimulou Centros de Pesquisa o fez fora das instituições de ensino.

A força dessa orientação não foi desprezível e produziu uma deformação particular de todo o sistema: uma grande pressão por parte dos professores universitários, para a criação de cursos de pós-graduação em suas unidades, sem o que se viam privados de estímulos para desenvolver a pesquisa. A deformação consiste em ter que criar um curso para treinar novos pesquisadores antes que a instituição tenha iniciado um programa de pesquisa.

Não é que os estímulos à pós-graduação sejam de tal monta que garantam o seu desenvolvimento. Mas os existentes, como as bolsas e os financiamentos de projetos são concedidos preferencialmente às instituições que possuem pós-graduação. A própria avaliação da produção científica da universidade se confunde com a avaliação da pós-graduação. Aliás, a partir de 1977, todo um órgão, a CAPES, passou a funcionar quase que exclusivamente em função dessa avaliação. E não só isso. Quem se dispuser a ler os diferentes documentos de *Avaliação & Perspectivas* produzidos pelo CNPq verificará facilmente que eles dizem respeito, basicamente, aos programas de pós-graduação. Em Ciências Sociais, particularmente, a identificação é

completa. para realizar uma reflexão crítica sobre Pós-Graduação no Brasil, parece ser indispensável repensar essa forma de associação com a pesquisa.

Há ainda dois outros aspectos do Parecer que devem ser considerados: a separação entre pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e, nessa última, a conceituação de mestrado e doutoramento.

A pós-graduação *stricto sensu* são cursos que conduzem à obtenção dos títulos de mestre e doutor. São para esses cursos que se voltam prioritariamente as intenções do legislador e é deles que se espera a grande renovação da universidade como centro de produção científica. O modelo americano é explicitamente seguido e a experiência pessoal do relator na Universidade de Columbia serve como parâmetro para toda a reflexão sobre a pós-graduação.

Experiências brasileiras anteriores haviam assimilado os dois títulos (mestre e doutor), mas de forma diferente. O doutoramento havia sido estabelecido na USP desde sua fundação, em 1934, nos moldes franceses, isto é, com ênfase quase exclusiva na preparação da grande tese. O mestrado, introduzido por professores americanos na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, seguia o modelo dos Estados Unidos: incluía cursos regulares, oferecidos sob a forma, então nova, de seminários, além da dissertação. Mas a grande ênfase atribuída pela Escola de Sociologia e Política à pesquisa empírica e à apresentação do resultado de investigações de campo, acabou por valorizar a dissertação além do que ocorria nos Estados Unidos.

Na concepção de Sucupira, alheio às experiências paulistas, o mestrado deveria seguir mais de perto o modelo americano, com ênfase no curso. "O Mestrado possui significado próprio como grau terminal para aqueles que desejando aprofundar a formação científica ou profissional recebida nos cursos de graduação, não possuem vocação ou capacidade para a atividade de pesquisa de que o Ph. D. deve ser o atestado" (Parecer, p. 76).

O Doutoramento em moldes americanos constitui, na intenção do legislador, o cerne da pós-graduação. A orientação é no sentido de aliar uma sólida formação acadêmica através de cursos regulares ao estudo independente, avaliado em exames gerais em áreas específicas do conhecimento, tudo isso coroado pela pesquisa e elaboração da tese. É dessa formação que se espera a revolução do ensino superior, com a constituição de núcleos de cientistas altamente treinados e preparados.

Há ainda dois aspectos importantes do parecer que devem ser mencionados, embora não tivessem influência direta nas Ciências Sociais. O primeiro é a recomendação no sentido de diferenciar o doutoramento em pesquisa do doutoramento profissional (o mesmo se aplicando ao mestrado). A não observância dessa recomendação tem criado dificuldades muito sérias em áreas como a Medicina, Arquitetura, Engenharia e Artes. A outra recomendação é no sentido de restringir o credenciamento dos cursos de pós-graduação às Universidades, em detrimento das Escolas isoladas. Essa valorização da Universidade, em oposição à antiga tradição das Escolas que marcou o início do ensino superior no Brasil, será reforçada mais tarde com a reforma de 1968.

A Implantação da Pós-Graduação

Regulamentada a pós-graduação e, posteriormente implantada a reforma universitária, organizam-se cursos e programas em diferentes regiões do país. Ao mesmo tempo, o Estado vai constituindo aperfeiçoando seus instrumentos de controle, para tentar enquadrar no seu modelo racional, as iniciativas heterogêneas que emanam das universidades. O estabelecimento de normas para o credenciamento é, no início o principal desses instrumentos (complementado posteriormente pelo sistema de avaliações periódicas que acabou por se constituir numa das principais tarefas da CAPES).

O desenvolvimento da pós-graduação, entretanto, consistiu numa série de compromissos entre os interesses e tradições dos grupos existentes nas universidades e o projeto governamental explicitado na legislação. A pós-graduação é moldada pela ação do Estado, mas sofre deformações profundas que ora enriquecem, ora empobrecem as determinações dos planejadores.

Três aspectos desse desenvolvimento devem ser apontados, um dos quais já foi mencionado anteriormente.

O primeiro foi a decadência da Especialização como curso de formação acadêmica. Nas Ciências Sociais brasileiras, como nas Faculdades de Filosofia em geral, a função de aprofundamento da formação científica costumava ser atendida antes pela Especialização que pelo Mestrado. Como, na nova Legislação, a Especialização assumiu outra feição e o Mestrado, por motivos que veremos a seguir encaminhou-se na direção de um doutoramento menor, as funções cobertas pela antiga Especialização ficaram vazias.

Com efeito, no Parecer, a Especialização e o Aperfeiçoamento são defendidas e regulamentadas sob a forma que assumiam numa outra tradição, a das escolas profissionais como Medicina, Engenharia e Odontologia. "Normalmente, os cursos de especialização e aperfeiçoamento tem objetivo técnico profissional específico, sem abranger o campo total do saber em que se insere a especialidade. São (...) cursos destinados ao treinamento nas partes de que se compõe um ramo profissional ou científico. Sua meta (...) é o domínio científico e técnico de uma certa e limitada área do saber ou profissão, para formar o profissional especializado" (Parecer, p. 73).

Esse tipo de treinamento tem pouca relevância nas Ciências Sociais. Assim os cursos de Especialização e Aperfeiçoamento que anteriormente cumpriam função importante foram desestimulados. Posteriormente, a exigência de obtenção dos graus acadêmicos de Mestre e Doutor para o progresso na carreira nas Universidades Federais (e a desconsideração da Especialização para esse fim) contribuíram para o abandono da Especialização, que só lentamente se reintroduziu como prêmio de consolação para os que não conseguiam completar o Mestrado ou como curso avulso, oferecido por professores visitantes em universidades sem pós-graduação regular.

Os esforços das instituições dirigiram-se no sentido de criar a pós-graduação *stricto sensu* que era valorizada na regulamentação e cuja procura aumentou extraordinariamente a partir do momento em que a titulação passou a ser exigida na carreira institucionalizada nas Universidades Federais.

O segundo aspecto a ser realçado foi a grande valorização do Mestrado. Como as instituições (com exceção da USP) começaram criando apenas o Mestrado, passo inicial para se chegar eventualmente ao doutoramento, todas as exigências formuladas para a pós-graduação *stricto sensu* concentraram-se na obtenção desse primeiro título. Tendo dedicado um grande esforço à sua implantação, as instituições tenderam a exaltar sua importância. Ao mesmo tempo em que se implementava a formação acadêmica através de cursos, conforme a orientação do Parecer e as exigências do credenciamento, atribuíam-se ênfase equivalente, se não maior, à dissertação como fruto de um trabalho de pesquisa autônomo. Dessa forma, o Mestrado se transformou num pequeno doutoramento (ou mesmo no equivalente ao doutoramento).

Os cursos de doutoramento só começaram a ser implantados bem mais tarde. Apenas a USP,

apoiada em sua tradição anterior, sempre ofereceu o título. Nessa instituição, entretanto, a concepção do doutoramento centrado na tese possuía profundas raízes e todos os subterfúgios foram utilizados para satisfazer de modo puramente formal as exigências que deveriam implantar o modelo americano.

Dessa forma, a concepção de pós-graduação contida no Parecer foi alterada e pode-se afirmar que, no seu conjunto, a pós-graduação em Ciências Sociais desenvolveu-se no Brasil em torno do Mestrado, o qual assumiu uma importância excessiva.

O Primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação

O processo de controle da pós-graduação pelo Estado e as tentativas de transformá-la em produto de um planejamento racional e globalizador envolveram uma série de transformações nos órgãos federais encarregados da política educacional.

Em 1973 constituiu-se, na Secretaria Geral do MEC, um grupo de trabalho encarregado de definir a política de pós-graduação. Como resultado dessa iniciativa formalizou-se, no início do ano seguinte, o Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPQ). Essas medidas enquadravam-se na ideologia burocrático-planejadora consolidada sob a égide da Seplan. Assim, como parte do II Plano Nacional de Desenvolvimento elaborava-se o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) e o I Plano Nacional de Pós-Graduação. Este último documento elaborado pelo CNPQ após um prolongado período de crescimento do Ensino Superior e publicado em 1975 merece uma análise detalhada.

O CNPQ apresenta algumas diferenças importantes em relação ao Parecer e indica uma nova política. Preserva, do Parecer, a idéia de que a ação estatal imprimirá a racionalidade desejável a todo o sistema, mantendo a imagem do Estado Tutelar: "O sistema de pós-graduação (...) torna-se portanto objeto de planejamento estatal, considerado como um sub-sistema do sistema universitário e este, por sua vez parte integrante do sistema educacional". "O processo de planejamento e controle deste sistema assegurará a expansão orientada das áreas de trabalho educacional e científico das pós-graduações" (PNPQ, p. 30). Como se vê, a posição anterior de formulação de políticas e esboçamento de controles evoluiu para uma postura mais totalitária de planejamento global e integrado:

"O conjunto de análises e estratégias contido neste documento servirá como referência para as medidas a serem tomadas em todos os níveis institucionais de coordenação, planejamento, execução e normalização das atividades da pós-graduação (...)" Afirma-se que "sua implantação se concretizará através da participação e compromisso entre o Ministério da Educação e Cultura, os demais órgãos governamentais nas áreas de recursos humanos e as instituições de ensino superior, públicas e privadas. Com tal política espera-se evoluir para uma nova etapa do sistema universitário, durante a qual as atividades de pós-graduação assumirão importância estratégica crescente" (PNPQ, p. 7). É, sem dúvida, a linguagem do Estado Onipotente.

Uma diferença importante em relação ao Parecer está em que agora se fala menos em pesquisa e mais em formação de recursos humanos. Assim, definindo as funções da pós-graduação, explicita-se que são:

- formar professores para o magistério universitário, a fim de atender à expansão quantitativa deste ensino e à elevação do seu nível;
- formar pesquisadores para o trabalho científico, a fim de possibilitar a formação de núcleos e centros, atendendo às necessidades setoriais e regionais da sociedade;
- preparar profissionais de nível elevado, em função da demanda do mercado de trabalho nas instituições privadas e públicas" (PNPQ, p. 17).

O objetivo final continua sendo o de "transformar as universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes" mas, decididamente a questão da formação tem precedência sobre a pesquisa. Isso parece ser resultado de um acordo na divisão de atribuições entre o MEC e os órgãos de financiamento de pesquisa. em que aquele procura ampliar seu espaço. Propõe-se "uma repartição mais adequada das funções dos diversos órgãos governamentais envolvidos. Assim, as funções normativas e as atribuições financeiras relativas às atividades regulares dos cursos de mestrado e doutorado devem passar completamente ao Ministério da Educação e Cultura, enquanto os demais órgãos e agências participarão do apoio aos projetos e programas de pesquisa" (PNPQ, p. 18).

As medidas propostas estão relacionadas a um diagnóstico bastante penetrante e acurado da situação da pós-graduação, no qual alguns dos problemas que apontamos como decorren-

tes da política estabelecida pelo Parecer são identificados e analisados.

Parte-se de uma percepção da desarticulação entre os diferentes níveis de ensino (graduação e pós-graduação) e entre o ensino e a pesquisa. Essa desarticulação pode certamente ser atribuída à própria política da pós-graduação. Mas tanto o diagnóstico como as medidas corretivas colocam a origem (e a solução) do problema ao nível da Universidade, não dos órgãos planejadores do Estado (que são sempre inocentes dos efeitos perversos das políticas que preconizam). Afirma-se que, "daqui para frente, não se justificam as tendências, observadas no período anterior, de isolar as atividades de pós-graduação das demais atividades da universidade" (PNPG, p. 19). Coloca-se como orientação a ser seguida "promover a participação efetiva de toda a universidade em suas atividades de graduação, pós-graduação e pesquisa, sendo regra geral que os docentes qualificados para o ensino de pós-graduação participem do ensino de graduação; e que os alunos de pós-graduação, sempre que possível e oportuno, apoiem essas tarefas na qualidade de monitores e auxiliares de ensino, oficialmente designados e com direito a bolsa de complementação" (PNPG, p. 21).

Este problema é parte de uma situação mais geral. O plano aponta, com acuidade, que o crescimento ponderável da pós-graduação foi acompanhado de grande fragilidade de todo o sistema. "Apenas em alguns casos os cursos de mestrado e doutorado se iniciaram e se mantiveram como atividades regulares e estáveis nas universidades. Quase sempre, as iniciativas foram tomadas por grupo de professores e pesquisadores que, face a dificuldade de ordem político-administrativas de seus departamentos e unidades, tem atuado sem a desejável articulação com as instituições". Essa desarticulação se manifesta também ao nível do financiamento. "Para implantar os cursos, tem sido utilizados recursos externos aos orçamentos das universidades, provenientes de várias fontes, com vinculações e prazos diversificados" (PNPG, p. 11).

Verifica-se portanto que "boa parte dos cursos ainda não é estável, nem do ponto de vista institucional, nem administrativo, nem financeiro. Sua continuidade, a curto prazo, se acha ameaçada pela inexistência de garantias, pela fragilidade dos vínculos entre os cursos e suas instituições, e pela perspectiva de redução ou corte de verbas" (PNPG, p. 13). Observações semelhantes são feitas sobre o oferecimento de bolsas de estudo (p. 24). O diagnóstico, certamente, está muito bem feito.

Para superar esse problema, espera-se que as universidades passem a assumir os encargos normativos e financeiros de seus respectivos programas de pós-graduação, eliminando sua autonomia e submetendo-os à estrutura universitária. Para tanto, recomenda-se a "implementação dos órgãos centrais, já previstos pelo Conselho Federal de Educação e pela reforma universitária, para coordenar as atividades de pós-graduação, a nível de reitorias; e de órgãos colegiados para a instrumentalização normativa interna à universidade". Assim, a estabilização financeira, sem dúvida essencial à consolidação dos cursos e objeto de reivindicações constantes por parte dos docentes tem como contrapartida uma forte ação disciplinar agora atribuída à universidade (cabe abrir um parêntese para comentar que, na execução do plano pelas universidades, a ênfase recaiu mais sobre a submissão administrativa do que sobre a dotação orçamentária necessária à estabilização financeira).

Há também uma tentativa de organizar o trabalho pedagógico e de pesquisa, preconizando a organização de linhas regulares de projeto de pesquisa e o trabalho em grupos (PNPG, p. 22).

Outro problema importante que o documento aborda é a relação entre a pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*. Constatando a concentração das iniciativas no mestrado e doutoramento, recomenda-se "ativar e incentivar os cursos de pós-graduação no sentido *lato* - aperfeiçoamento e especialização - através de programas específicos, para que possam atender de maneira mais eficiente e flexível as necessidades conjunturais do mercado de trabalho".

Abordando as questões referentes à distribuição regional, à necessidade de equilíbrio entre as diferentes áreas de conhecimento e propondo as metas de reestruturação e expansão consideradas necessárias e desejáveis, arma-se, pelo menos no papel, um esquema de controle completo sobre todo o ensino e a pesquisa.

Sem dúvida, muitas das medidas propostas são necessárias, respondem às demandas dos docentes e às necessidades do desenvolvimento científico. Mas o caráter disciplinar que acompanha todas as propostas é certamente uma tradução muito fiel do espírito do regime.

Faz parte também do mesmo espírito a crença na eficácia absoluta do planejamento, sem indagar das dificuldades concretas de sua realização nem da distância que costuma haver entre teoria e prática. Espera-se que todos tomem conhecimento do Plano e apliquem: "as estratégias de implantação deverão seguir a partir deste plano, levando em consideração a par-

ticipação das próprias instituições, as quais procurarão adequar estas diretrizes às suas dificuldades e circunstâncias específicas (PNPG, p. 18); e mais: "pessoas e instituições envolvidas nestas atividades tomem, desde já, contacto com este plano e passem a debatê-lo e analisá-lo em seus locais de trabalho, procurando participar de sua implantação" (PNPG, p. 52). Santa ingenuidade!

Esse primeiro PNPG, elaborado em 1976, refletia não só a postura autoritária do Estado, mas também a euforia dos anos do milagre econômico. Além da intenção de organizar e controlar toda a pós-graduação, estabelece um ambicioso plano de expansão, montado sobre uma projeção abstrata das necessidades futuras de pessoal qualificado. O PNPG especifica o número de bolsas em tempo integral a ser concedido anualmente no país e no exterior, o número de docentes que deverá iniciar a cada ano o mestrado ou o doutoramento e o número de vagas a serem criadas em função das exigências do plano. Todas as previsões são sempre crescentes de ano para ano e em nenhum momento se coloca o problema da existência de candidatos qualificados para beneficiarem-se do programa. A realidade do ensino superior é tratada como um objeto a ser modelado pelo Plano.

O Segundo Plano Nacional de Pós-Graduação

O II PNPG, apresentado em 1982 para abranger o período 1982-1985 revela um espírito bastante diferente.

Os anos das vacas magras já haviam se instalado e o país vivia o clima da abertura política. O novo Plano reflete fielmente essa outra situação — é muito mais modesto, reconhece outros sujeitos do processo além do Estado e o espírito totalitário-disciplinador do Plano anterior é muito atenuado. As propostas grandiosas de expansão cedem lugar à ênfase na consolidação do existente e a elevação de sua qualidade. Por outro lado, a indicação de que as falhas e dificuldades apontadas pelo primeiro PNPG não foram resolvidas, constituem reconhecimento das dificuldades de implementação das diretrizes emanadas dos órgãos centrais e da existência de outros sujeitos e forças sociais no processo de desenvolvimento da pós-graduação. São explicitamente mencionadas a comunidade científica e as forças do mercado. Como consequência desse reconhecimento, o Estado não se apresenta mais como vontade onipotente, mas como controlador e coordenador de processos que se dão à sua revelia e independentemente de sua inicia-

tiva, buscando corrigir desigualdades e estimular a superação de impasses e criando para isso, instrumentos adequados.

Assim, afirma-se que "A terceira problemática sobre a qual este Plano fará convergir seus esforços é da coordenação entre diferentes instâncias governamentais que atuam na área da pós-graduação". (II PNPG, p. 10). O instrumento básico para essa tarefa é a avaliação.

Mas, nessa tarefa, o Estado não deve mais agir sozinho, acima e fora da sociedade, mas é imprescindível que conte com a colaboração da comunidade científica, este novo sujeito que passa a frequentar os órgãos de planejamento e decisão. "Os critérios e mecanismos de avaliação devem ser aceitos como legítimos pela comunidade" (*idem*, p. 9) e "A institucionalização de mecanismos de consulta e participação da comunidade é considerada prioritária para o êxito do esforço de coordenação da área" (*idem*, p. 12).

A avaliação da pós-graduação demonstra que os problemas apontados no primeiro PNPG não haviam sido resolvidos. O primeiro desses problemas é o fluxo dos recursos: "A excessiva dependência de recursos extra-orçamentários, a sujeição a repentinos cortes de verbas, a instabilidade empregatícia e profissional dos docentes, técnicos e pessoal de apoio, continuam sendo problemas básicos da pós-graduação atual" (II PNPG, pp. 2 e 3). Reconhece-se a responsabilidade do Estado por essa situação: "Em função da importância que seus recursos passaram a ter para a manutenção e operação corrente do sistema, as agências de financiamento se transformaram circunstancialmente em fontes de instabilidade, tanto em termos efetivos quanto de expectativas". "Existe ainda a questão da incerteza no suprimento dos recursos. O laborioso e lento processo de formar e consolidar um grupo de pesquisas contrasta com a rapidez com que este se desintegra, diante dos desgastes causados pela irregularidade dos financiamentos, muitas vezes gerados pela lentidão no julgamento dos pedidos e na liberação dos recursos" (*idem*, pp. 4 e 5). Nota-se claramente que as repetidas reclamações da comunidade científica nesse sentido foram ouvidas. Apontam-se também, embora de forma cuidadosa, os problemas políticos envolvidos, tanto ao nível das relações entre órgãos governamentais voltados para o ensino e a pesquisa quanto entre esses e a orientação geral da política econômica, que afetam a racionalidade abstrata dos planos. Assim, as agências governamentais "atuam dentro de uma filosofia de fomentar e suplementar seletivamente, segundo critérios e prioridades próprias. Além dis-

so, estão sujeitas a ocasionais reformulações de prioridades e reorientações políticas cujas consequências nem sempre se harmonizam com as necessidades de estabilidade previsibilidade de que o sistema de pós-graduação carece para sua consolidação e seu amadurecimento” (*idem*, p. 4).

Em termos dos programas existentes, o diagnóstico é bastante exato, indicando o caráter caótico do crescimento da pós-graduação, em que pese a ambição reguladora do planejamento anterior. Apontam-se a inexistência de número suficiente de professores qualificados, a abertura de cursos em regiões já saturadas e a proliferação daqueles que exigem poucos investimentos, uma expansão que excede a disponibilidade de recursos humanos e financeiros (p. 5). A relação entre essa situação e o próprio planejamento é reconhecida: “o apoio às atividades de pesquisa acadêmica foi freqüentemente condicionado à abertura de mestrados ou doutorados. Do mesmo modo, a abertura de um e outro por parte das instituições universitárias serviu de pretexto para postular o acesso às fontes de financiamento para a pesquisa. Estes mecanismos resultaram num processo de expansão quantitativa do sistema que, em muitos casos, levou a um distanciamento dos padrões de qualidade considerados ideais” (p. 4). Para reverter essa situação, nas recomendações finais sugere-se que “os centros de pesquisa, sem mestrado ou doutorado, desempenham um papel relevante na formação de pesquisadores, para o que deverão estar integrados ao ambiente acadêmico” (*idem*, p. 12).

Continuando a retomar pontos de estrangulamento do sistema já detectados anteriormente e não resolvidos, o novo Plano torna a chamar a atenção para o fato de que “o desenvolvimento da pós-graduação depende igualmente da reformulação da estrutura e do funcionamento das instituições acadêmicas que carecem de uma maior dinamização e de uma desburocratização internas” (II PNPG, p. 2). Constata que a pós-graduação “não possui (...) mecanismos institucionais suficientes para assegurar seu pleno desenvolvimento, embora a existência das pró-reitorias e de órgãos colegiados para a pós-graduação possa representar um passo importante nesta direção” (*idem*, p. 3).

A avaliação da situação da pós-graduação está permeada por uma reformulação das concepções acerca da relação entre pós-graduação e pesquisa. De um lado, como já vimos, critica-se o atrelamento da pesquisa à pós-graduação, que provocou o crescimento desproporcional desta mas não daquela. Defende-se assim pes-

quisa sem pós-graduação. Mas, por outro lado, relativiza-se embora de forma cautelosa a associação até então considerada necessária entre ensino e pesquisa. “Embora para a esfera acadêmica a estreita vinculação entre ensino e pesquisa continue uma diretriz fundamental, ela não se aplica universalmente a todos os âmbitos e modalidades científico-culturais” (II PNPG, p. 3). Assim, “A atribuição de um sentido absoluto e rígido ao binômio ‘ensino-pesquisa’ (...) tem gerado distorções que uma concepção mais apropriada deverá corrigir” (*idem, ibidem*). “A pesquisa original não é o único mecanismo de capacitação e aperfeiçoamento do magistério” (*idem, ibidem*). “Na própria esfera acadêmica, a existência de uma atividade criativa, que se traduza em real contribuição para o avanço do conhecimento, constitui a exceção e não a regra. A insistência indiscriminada e formal da necessidade de pesquisa engendra, em muitos casos, uma pesquisa de qualidade duvidosa e destinada unicamente ao preenchimento de preceitos burocráticos” (*idem*, p. 4).

Dessa forma, a avaliação realista da situação e a consciência do fracasso da tentativa de estabelecer, pelo planejamento governamental, um desenvolvimento generalizado da pesquisa de boa qualidade resulta numa reformulação da política. A diminuição da ênfase sobre a pesquisa, alia-se a proposta de concentração dos esforços da pós-graduação na formação de recursos humanos. Essa tendência, já presente no Plano anterior, agora se acentua e diversifica, separando a formação de pesquisadores como apenas um dos objetivos e formas da pós-graduação. “Especialmente, as funções da pós-graduação se dividem entre a formação de docentes pesquisadores para a esfera acadêmica, a capacitação e o treinamento de pesquisadores e profissionais destinados a aumentar o potencial interno de geração, difusão e utilização de conhecimentos científicos no processo produtivo de bens e serviços e a formação de recursos humanos para o desenvolvimento cultural do país. Dadas suas peculiaridades, estas funções requerem um tratamento político, institucional e financeiro diferenciado” (p. 8).

Propõe-se assim toda uma revisão da relação entre pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, buscando ampliar esta última. “A aplicação das opções de formação pós-graduada constitui uma das preocupações básicas deste Plano”... “Alguns tipos de cursos de pós-graduação *lato sensu* nas diferentes áreas, serão incentivados a um revigoramento e uma reestruturação qualitativa, para que possam passar a figurar como alternativas para os alunos e para os demandantes

de mão-de-obra altamente especializada" (II PNPG, p. 11). Além do atendimento de demandas profissionais, a pós-graduação *lato sensu* deve também servir para diversificar o atendimento às demandas propriamente acadêmicas. "Outros cursos, também definidos como pós-graduação *lato sensu* atendem melhor às necessidades dos que trabalham no contexto acadêmico, possibilitando a incorporação sistemática de novos enfoques e das contribuições mais recentes, conduzindo, assim (...) à elevação do ensino em nível de graduação". Não se pensa mais, portanto, que todos os docentes devem ser treinados como pesquisadores, mas que, minimamente, possuam uma formação atualizada na disciplina.

O que esse novo enfoque parece revelar é a verificação da falência dos objetivos iniciais da criação da pós-graduação, que era de introduzir, em todas as universidades, o fermento construtivo da pesquisa de alto nível. Vimos como o Parecer propôs uma separação entre pesquisa e graduação, remetendo-a à pós-graduação. Agora a pesquisa se dissocia da própria pós-graduação em seu conjunto, restringindo-se a alguns centros de excelência. "A estruturação destas alternativas deverá considerar a existência dos dois paradigmas predominando na estrutura universitária brasileira: o da universidade voltada para a formação dos diferentes tipos de profissionais que irão atender às exigências cada vez mais complexas e sofisticadas do processo de produção de bens e serviços; e o da universidade que a isto junta uma vocação dirigida para a pesquisa básica e a capacitação de pesquisadores" (p. 11).

Após tantos anos de planos e iniciativas governamentais, acaba-se por reconhecer e legitimar aquela mesma situação que o Parecer pretendia alterar através da política de pós-graduação — a restrição da pesquisa nas universidades brasileiras e seu confinamento a algumas áreas e instituições mais dinâmicas. Parece que a resistência da universidade à pesquisa acabou vencendo.

O que não encontramos no Plano, entretanto, é uma análise das causas desse fracasso nem da adequação dos instrumentos à disposição do Estado para atuar de modo eficaz no processo. Deparamo-nos apenas com uma série de recomendações e a crença na eficácia da avaliação como mecanismo para promover as correções do sistema.

Em relação às dificuldades de institucionalização da pós-graduação nas universidades afirmase: "Cabe à própria universidade ou instituição zelar pela qualidade de seus cursos de pós-graduação" (...) "Para tal é preciso que as universida-

des procedam periodicamente a uma avaliação crítica de seu desempenho e de sua própria produtividade" (II PNPG, p. 11). Quanto à necessidade de elevar o nível qualitativo da pós-graduação observa-se: "A ênfase na qualidade dependerá, na sua operacionalização, do aumento gradativo da eficiência e confiabilidade dos sistemas de informação e avaliação quanto ao desempenho dos programas de pós-graduação" (*idem*, p. 9). E mais: "As agências governamentais caberá utilizar os sistemas de informação e avaliação como principais instrumentos de apoio técnico para a realização deste plano" (*idem*, p. 11).

A análise contida nos Planos é capaz de identificar a fragilidade básica do sistema de pós-graduação no país, mas não nos esclarece sobre o processo que produziu esse resultado. Convém, portanto, enriquecer o diagnóstico formulado, tentando identificar as linhas gerais que orientaram o desenvolvimento da pós-graduação para precisar os efeitos da política estatal.

Os Cursos de Pós-Graduação em Ciências Sociais

No processo de criação dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais, notamos tendências ou modelos distintos.

Temos, de um lado, cursos que poderíamos caracterizar como "modernos". Possuem uma infra-estrutura dinâmica e flexível e se estabelecem através de um processo inovador nas Ciências Sociais, o de captação de recursos das fontes de financiamento existentes, basicamente a Fundação Ford no período inicial, a Finep e o CNPq depois. São formados por grupos muito dinâmicos e produtivos, que sobrevivem graças a um esforço contínuo de obtenção de novos financiamentos e são os que mais se ressentem da instabilidade desse tipo de recursos, sempre fornecidos a curto prazo. Os casos mais típicos são o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — IUPERJ e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social — PPGAS do Museu Nacional. Trata-se, no primeiro caso, de instituição externa ao sistema das universidades públicas e, no segundo, de uma unidade relativamente isolada da estrutura universitária. Tanto num caso como em outro, são núcleos dedicados exclusivamente à pós-graduação e à pesquisa, sem encargos na graduação e capazes de uma produção continuada e de alta qualidade. São as instituições que parecem corresponder mais de perto ao ideal formulado no Parecer, a não ser pelo fato de estarem à margem da

Universidade e não influem sobre ela. Cabe ainda observar que, além de se terem beneficiado de investimentos vultuosos e prolongados, todas essas iniciativas contaram com pesquisadores estrangeiros ou treinados no exterior. A terceira tentativa de estabelecimento de um curso desse tipo, o Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES, depois de um período inicial muito dinâmico, parece ter encontrado dificuldades crescentes de desenvolvimento na medida mesma em que era absorvido pela UFPe. Essa absorção parece ter acarretado uma ampliação de encargos didáticos, cerceamento da liberdade acadêmica e da autonomia administrativa e uma luta constante, no seio da própria universidade, para legitimar sua posição e criar um espaço próprio. De certa forma, pode-se dizer que o PIMES sobrevive contra a universidade, dominada por uma mentalidade muito mais conservadora.

No outro extremo, temos os cursos criados nas Universidades Federais e algumas estaduais, constituídas através do esforço de grupos de professores, aproveitando os recursos materiais, administrativo e de pessoal existentes nos Departamentos para a graduação. São geralmente grupos pequenos de professores com pouca titulação: alguns mestres e poucos doutores, com títulos recentes e pouca experiência. Para eles, a pós-graduação parece ser o único caminho aberto para o desenvolvimento da pesquisa e a única via existente para sua inserção na comunidade científica nacional. É também uma via para facilitar a obtenção de bolsas que viabilizem a complementação de sua formação acadêmica e à ascensão na carreira. Sem apoio institucional, sem autonomia financeira e administrativa, encontram grandes dificuldades em se expandir e consolidar. O benefício básico com que podem contar, as bolsas para mestrado e doutoramento, representam uma pressão adicional porque exigem o afastamento prolongado de membros de um corpo docente já escasso. A característica básica desses cursos é que só se constituem através de uma sobrecarga em relação aos recursos humanos e materiais existentes e sobrevivem roubando espaços à graduação. De certo modo pode-se dizer que lutam contra a graduação.

Há uma situação intermediária entre esses dois extremos, representada por aqueles poucos cursos criados em universidades novas, elas próprias mais ágeis, mais modernas e menos burocratizadas. Nessas condições, a expansão das atividades da graduação para a pós-graduação conta com maior apoio institucional que estimula a captação de financiamentos externos para a

pesquisa e a infra-estrutura. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e Universidade de Brasília – UnB parecem estar nessa situação.

Finalmente, temos o caso da USP, que se distingue dos demais num outro sentido. Como na maioria das Universidades Federais, os cursos de pós-graduação estabeleceram-se com o mesmo pessoal e as mesmas instalações dos cursos de pós-graduação, num processo de aceitação de uma sobrecarga de trabalho. Também nesse caso, a rigidez burocrática da universidade estabeleceu antes mecanismos de controle que de estímulo à captação de recursos necessários para sua expansão. Diferentemente das demais, entretanto, a USP contava com uma sólida tradição de pesquisa e um corpo docente de alta titulação e experiência, todo formado na própria instituição. Foi capaz assim de sustentar uma boa produção intelectual, embora em moldes tradicionais. No caso da USP é também preciso reconhecer que, se não houve a captação de recursos das novas fontes financiadoras que os demais programas de alta qualidade utilizaram, a instituição se beneficiou de iniciativas que ocorreram no período anterior ao que estamos estudando e que continuaram a ser eficazes até meados dos anos 70. Em primeiro lugar, a introdução do tempo integral, iniciativa pioneira da USP nos anos 50, que assegurou, por muitos anos, o grande número de professores, salários muito acima de nível pago nas demais universidades e promoveu, durante esse período, a efetiva dedicação integral ao ensino e à pesquisa. Em segundo lugar a fundação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, instituição estadual de apoio à pesquisa que garantiu um fluxo contínuo de bolsas e recursos à pesquisa numa relação direta entre agência financiadora e professor, eliminando a intermediação da burocracia universitária e contemplando os grupos de maior iniciativa e competência, independentemente da estrutura de poder da USP.

O que se pode concluir desse rápido panorama é que os centros de pós-graduação em Ciências Sociais alcançaram resultados tanto mais satisfatórios quanto menor sua ligação com as estruturas universitárias. Em todas elas, o fluxo de recursos de fontes externas à universidade foi essencial ao seu desenvolvimento. A pós-graduação, planejada e implementada pelo Governo Federal como instrumento de dinamização da estrutura universitária, só sobreviveu em luta contra ela. Com maior ou menor sucesso, os programas de pós-graduação, em seu conjunto, tenderam a desenvolver mecanismos de autono-

mia em relação à universidade como instrumentos de sobrevivência.

Aliás, o mesmo parecer ter ocorrido com a pesquisa que se dá fora da pós-graduação, a qual se abrigou em instituições independentes ou paralelas às universidades, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — Cebrap primeiro e, na esteira dele, tantos outros.

Dessa forma, se o diagnóstico da separação da pós-graduação em relação à estrutura universitária, tal como é formulado pelo primeiro e pelo segundo PNPG é correto e aponta um problema real e importante, suas causas devem ser objeto de uma análise mais cuidadosa. Mesmo porque a intenção racionalizadora dos Planos não provocou uma alteração da situação, como não poderia mesmo provocar, pois não interferiu nas raízes do problema.

Analisar essa questão é tentar entender os mecanismos que determinam, simultaneamente, a eficácia e a ineficácia dos planos. É também penetrar nas questões que dizem respeito à estrutura e organização das universidades.

Os planos habitam o reino da racionalidade. Estabelecem os meios adequados para atingir os objetivos propostos. No caso da pós-graduação os objetivos são sempre definidos em termos dos fins últimos da instituição, que a legitimam: a produção do saber, a formação de cientistas, etc. O pressuposto é que as instituições são entidades racionais, totalmente voltadas para a construção de seus fins últimos.

Instituições, entretanto, são organismos complexos, que comportam uma dimensão corporativa inevitável e que sempre incluem, entre seus fins, a própria preservação, a ampliação de sua autonomia e de seu espaço de influência. Comportando grupos heterogêneos, o quadro institucional constitui também a arena na qual se enfrentam interesses conflitivos na disputa por prestígio, por recursos materiais e pelo poder em geral. Os planos e a racionalidade que eles propõem são aceitos na medida em que são instrumentos de legitimação utilizados na competição interna entre os grupos. Desse modo, os planos funcionam, mas menos em termos de sua racionalidade global e mais em função das possibilidades de manipulação das oportunidades e constrangimentos que propiciam. As instituições dessa forma, agem no interstício dos planos, aproveitando as brechas que ele abre.

Isso não quer dizer que os planos não tenham eficácia, ou que não sejam desejáveis. Aliás, uma de suas funções mais importantes consiste, justamente, na constante reafirmação dos fins últimos das instituições, que são assim reavivados.

É dentro dessa dinâmica que podemos entender o desenvolvimento de pós-graduação nas universidades brasileiras, em sua interação com as determinações dos órgãos de planejamento.

Tomemos novamente o caso do Parecer. Ele definitivamente estabelece, como objetivo da política governamental, a valorização da pós-graduação. Legitimada por sua referência aos fins últimos da instituição, esse valor passa a ser utilizado nas universidades por grupos de professores para justificar suas pretensões e reivindicar recursos institucionais adicionais. Mas não se trata apenas de uma atitude corporativa mesquinha para os docentes e pesquisadores; a abertura da pós-graduação é vista como uma oportunidade para desenvolver um ensino mais intimamente relacionado com suas atividades profissionais. Esse conjunto de fatores motiva os professores (mais que as instituições no seu conjunto) a abrir cursos de pós-graduação. O plano governamental começa a produzir efeito.

A orientação do processo é dada pelas exigências do credenciamento de início e pelos processos de avaliação depois. Os grupos solicitam credenciamento e são forçados a atender exigências formuladas pelo Ministério da Educação e Cultura, as quais derivam (pelo menos em parte), da racionalidade do plano. Mesmo que, na maioria das vezes, o cumprimento das exigências se dê mais no plano formal do que no substantivo, as diretrizes estruturam as práticas em certas direções, pelo menos no sentido de valorizar os aspectos privilegiados pelos órgãos centrais como legitimadores das iniciativas. A partir desse momento, as exigências formais, assim como a racionalidade que a inspirou, são tomadas pelas universidades em geral e pelos professores em particular, como dados, isto é, como exigências que não podem ser alteradas ou discutidas, mas que comportam certa dose de manipulação. Começa a política concreta da pós-graduação.

Da forma como foi regulamentada pelo Parecer, através das exigências do credenciamento, a ação dos órgãos centrais da política educacional atingiu muito mais diretamente os grupos de professores engajados na pós-graduação do que a universidade no seu conjunto. Isso ocorreu porque tanto o credenciamento quanto a avaliação são feitos por programa específico e não por universidade. Foram assim os departamentos e unidades, muito mais que as reitorias que se empenharam diretamente no processo e sofreram seus efeitos.

Esse processo apresentou duas conseqüências importantes. Em primeiro lugar, atingindo

diretamente os interessados, facilitou as iniciativas dos grupos mais dinâmicos da universidade e foi incorporado como elemento na disputa interna e externa por prestígio acadêmico. Em segundo lugar, abriu perspectivas de atuação para grupos marginalizados da estrutura de poder da universidade.

É importante considerar que a regulamentação e expansão da pós-graduação se deram durante o período de crescente endurecimento do regime militar. Uma das conseqüências diretas desse endurecimento foi a entrega das posições de poder na universidade aos aliados do regime e o estabelecimento de formas de repressão e controle sobre os grupos liberais e de esquerda. Esse processo consolidou-se com o AI-5 e a reforma universitária de 1968. Como o conservadorismo e o fisiologismo político estavam mais representados nos setores mais retrôgados academicamente, foi neles que o regime recrutou a cúpula dirigente da universidade. Tende a estabelecer-se uma contradição entre as intenções modernizadoras dos responsáveis pela política de pós-graduação, com sua ênfase na pesquisa e a postura acadêmica tradicional ou mesmo atrasada dos dirigentes das universidades. A exploração dessa contradição permitiu a preservação de um espaço acadêmico aos grupos dinâmicos e inovadores, inclusive àqueles que incluíam professores que se colocavam em oposição ao regime ou, pelo menos, os remanescentes desses professores que não foram afastados pelas medidas repressivas. Cumpre notar que isso só foi possível na medida em que a organização da pós-graduação não dependia, ou dependia apenas indiretamente, de uma iniciativa da própria universidade.

Por outro lado, a própria desarticulação, ao nível federal, dos diferentes órgãos de direção e financiamento da pós-graduação e da pesquisa (além da presença de financiadores privados, como a Ford Foundation) facilitou a criação e ampliação desses espaços. Em que pesem as recomendações dos planos no sentido de uma integração absoluta dos diferentes órgãos governamentais responsáveis pelas políticas de ensino e pesquisa, as diversas instituições (MEC, CNPq, CAPES, Finep, etc.) também tem seus interesses corporativos e competem entre si para ampliar seu espaço institucional e manter o maior grau possível de autonomia decisória; desenvolvem critérios próprios de alocação de recursos e estabelecem alianças políticas diversas. Em todas elas, em que pesem outros tipos de objetivos e interesses, o critério de competência científica dos solicitantes não pode ser totalmente desconsiderado. Isso fornece aos grupos de

professores e pesquisadores (na pós-graduação e nos centros de pesquisa), oportunidades diferenciais de captação de recursos e sobrevivência institucional e isso tanto mais quanto maior for a flexibilidade, autonomia e competência do grupo considerado, além de sua capacidade de estabelecer alianças políticas.

A análise realizada até agora procurou mostrar como a iniciativa organizadora do governo federal abriu espaços que foram explorados por grupos de docentes, permitindo o desenvolvimento de alguns centros importantes de pesquisa associados à pós-graduação.⁵

Nesse sentido, podemos dizer que a pós-graduação, como a pesquisa a ela associada, desenvolveram-se, simultaneamente, em função do projeto governamental, mas nos seus interesses. Por outro lado, se a fragilidade e a desarticulação dos programas de pós-graduação, demonstrada nas avaliações, decorrem em parte da própria política dos organismos governamentais, possuem também raízes muito profundas na própria universidade.

Problemas Estruturais

O fato de que o desenvolvimento da pesquisa tem dependido da criação de nichos relativamente autônomos dentro da Universidade, de que ela não conseguiu permear a graduação e encontra dificuldades para se consolidar na pós-graduação, de que se acha concentrada numa poucas instituições está a exigir uma explicação. Não pode ser atribuído exclusivamente, como temos feito até agora, ao conservadorismo das cúpulas dirigentes e ao autoritarismo embutido no centralismo burocrático. A problemática da pós-graduação como a da pesquisa, remete diretamente à necessidade de uma análise mais profunda da estrutura universitária.

De certa forma é surpreendente constatar o quanto esse tema foi deixado de lado nas avaliações sobre a pós-graduação. Os dois Planos Nacionais de Pós-Graduação, embora levantem repetidamente o problema da ausência de consolidação dos programas, embora afirmem que a universidade deve assumir a responsabilidade pelos cursos (indicando o que não o fez), em nenhum momento indagam das razões pelas quais isso não ocorre. Aliás, a própria organização dos dados existentes dificulta a colocação desse problema. Com efeito, todas as avaliações e estatísticas são sempre feitas por programas e por área de conhecimento. Nunca encontramos dados ou análises referentes ao conjunto dos programas de uma mesma Universidade. A avaliação da universidade parece não estar em jogo.

Embora não se possa esperar um tratamento plenamente adequado do problema nos limites deste trabalho, há pelo menos duas questões que devem ser levantadas: a natureza das relações de trabalho dentro das quais se desenvolvem o ensino e a pesquisa, o que nos remete à discussão da estrutura departamental; e a inserção da universidade nas estruturas de poder local.

No decorrer deste trabalho referimo-nos frequentemente à atuação de grupos de docentes e pesquisadores. É necessário agora apontar sua fragilidade institucional e sua dificuldade de organização para o trabalho coletivo. Manifestação visível dessa fragilidade é a pulverização das pesquisas, fenômeno claramente apontado nos diagnósticos da CAPES e que ela tentou combater através de uma exigência burocrática: a organização das investigações em linhas de pesquisa.

Na velha Universidade, anterior à reforma de 1968, o trabalho dos docentes-pesquisadores se organizou em função de sua submissão ao catedrático. Embora os poderes da cátedra não tivessem sido em geral utilizados para promover a pesquisa, essa instituição foi, entretanto, um instrumento importante para organizar os núcleos que então se formaram. Nas Ciências Sociais, catedráticos como Florestan Fernandes ou Thales de Azevedo foram capazes de formar e orientar grupos de pesquisadores em função de problemáticas comuns.⁷

Com a organização departamental, desapareceram os grupos estruturados e as iniciativas se pulverizaram. O Departamento possui assistentes, mas os pesquisadores não. A nova hierarquia da carreira não cria vínculos de trabalho obrigatórios, mas apenas preserva o acesso privilegiado de alguns órgãos decisórios. É por isso mais eficaz em vetar iniciativas de desafetos do que em promover o trabalho conjunto. Departamentos não são grupos de pesquisadores, no sentido pleno do termo e sua ação conjunta se dá mais no sentido de promover a defesa da soma de seus interesses do que no de promover a integração de suas pesquisas.

Os cursos de pós-graduação, cuja sobrevivência e consolidação dependem de um esforço coletivo, lutam permanentemente contra a tendência à fragmentação e ao faccionalismo que são próprios do caráter amorfo dos Departamentos. Nas Ciências Sociais, as equipes que tentam desenvolver um trabalho conjunto de maior fôlego são efêmeras, fundadas na relação de orientação e englobando apenas um professor e seus alunos do momento. Fora disso, a possibilidade de formar uma equipe só ocorre sobre a base precária das afinidades pessoais.

Eliminado o poder soberano do catedrático, não só se desintegram os mecanismos que impunham um trabalho conjunto, mas desaparecem também aqueles responsáveis pelo controle da produção e da dedicação ao ensino e à pesquisa. Talvez por isso tenha se deteriorado a eficácia do Tempo Integral e da Dedicção Exclusiva como instrumento de incentivo à pesquisa.

Afirma-se frequentemente que a Universidade não possui mecanismos de estímulos à pesquisa, e isso em parte é verdade. Mas convém não esquecer que o tempo integral foi uma criação das universidades que tinham exatamente essa função. Esse recurso foi de grande valia nas Universidades estaduais paulistas nas décadas de 50 e 60 e preservou sua eficácia até o início da década seguinte. Nas Universidades Federais generalizou-se apenas no final dos anos 70. Como sua extensão ocorreu exatamente no período de início do arrocho salarial e como não foi acompanhado de controles eficazes e legítimos, tendeu a se transformar rapidamente, a partir dessa época, tanto nas federais como nas estaduais, num mero instrumento de complementação salarial.

Por isso mesmo talvez se possa dizer que o grande estímulo à pesquisa representado pelos financiamentos das agências externas à Universidade não reside tanto (ou pelo menos não apenas) no montante dos recursos, mas no seu condicionamento a uma produção concreta. Com efeito, mesmo que de forma imperfeita, as agências estabelecem uma certa correspondência entre produção científica de boa qualidade e acesso à complementação salarial. Isso obviamente reforça a tendência à autonomia dos núcleos de pesquisa, uma vez que os estímulos e controles positivos em relação à produção científica dependem muito mais de suas relações externas do que internas.

Uma análise do fracasso dos planos e das dificuldades que afligem a pós-graduação deve portanto ser contextualizada em termos das características da estrutura departamental das Universidades Públicas e da ausência de instrumentos eficazes (e legítimos) de controle e estímulos à produção do corpo docente.

Mas há ainda um outro problema que deve ser levantado: trata-se da questão regional. O exame da distribuição dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais demonstra claramente não apenas sua concentração quantitativa no centro sul mas, inclusive, sua concentração qualitativa.⁸ Esse problema, por ser particularmente espinhoso, raras vezes foi enfrentado e analisado com objetividade. Por isso mes-

mo, é a questão sobre a qual a reflexão existente é mais pobre, não podendo ser tratada adequadamente no âmbito deste trabalho. Pode-se entretanto, tentar encaminhar a questão.

A explicação tradicional desse fenômeno, a de discriminação na distribuição de verbas, não encontra muito apoio nos fatos. Algumas das universidades dessas regiões têm sido contempladas com recursos orçamentários e níveis salariais privilegiados. Por outro lado tanto a CAPES quanto o CNPq tem procurado favorecer as demandas desses centros, especialmente em termos de bolsas para formação do corpo docente. Obviamente, não cabe também atribuir aos docentes e pesquisadores dessas universidades uma incompetência específica. Convém portanto procurar analisar o problema de outro ângulo e perguntar se a própria importância das Universidades nos estados menos desenvolvidos (tanto em termos orçamentários como em recursos humanos) não promoveu uma relação específica entre elas e as oligarquias locais, para as quais são importantes recurso de poder. É possível que, nesses Estados, as Universidades pos-

suam um grau de autonomia muito menor, sofrendo de uma subordinação excessiva aos interesses e orientações políticas de uma classe dominante tradicional. Isso pode dificultar a implantação de critérios universalistas no recrutamento de pessoal e na distribuição de recursos, exacerbando o faccionalismo inerente à estrutura universitária. Ao mesmo tempo, dificulta a absorção de um pensamento mais crítico e promove uma constante drenagem do pessoal mais qualificado, quer cooptado para administrar os órgãos de poder local, quer atraído pelas universidades mais independentes dessa ingerência política direta na vida acadêmica.

É dentro deste contexto estrutural que devemos retomar a discussão dos dilemas e impasses da pós-graduação. Os planos e avaliações da CAPES e do CNPq, todos produzidos com a participação da comunidade científica, foram capazes de localizar com precisão os problemas. O que deve ser a tarefa dos cientistas sociais é tentar aprofundar a análise relacionando os problemas ao contexto social, político e cultural que os produz.

Notas

1. Sobre a reforma Universitária em sua repercussão sobre a pós-graduação é muito interessante consultar o recente trabalho de N. Paoli, 1985, exatamente por seguir uma linha bastante diferente daquela que aqui é proposta.
2. Sobre as inúmeras tentativas de construir centros de pesquisa no Brasil, dentro e fora da universidade, o melhor trabalho é certamente de Schwartzman, 1979. Ver também Motoyama, 1984.
3. Para uma informação mais detalhada sobre os diferentes projetos e compromissos que marcaram a criação das universidades brasileiras na década de 30 e o papel atribuído às Faculdades de Filosofia, convém consultar Fávero, 1980 e Paim, 1981.
4. Obviamente, esse espírito autoritário e centralizador do Estado não caracteriza apenas o regime pós-64. Marca igualmente todo o período de criação das universidades na década de 30, sob a égide do Estado Novo. Ver novamente Fávero, 1980 e Paim, 1981.
5. A Reforma Universitária de 1968 confirmou e ampliou esses poderes que o Cesu já reivindicara em 1964.
6. A perspectiva apresentada neste trabalho difere bastante daquelas que se generalizaram recentemente, as quais atribuem um papel totalmente negativo aos controles governamentais estabelecidos sobre a universidade. Do nosso ponto de vista, o confronto entre as limitações estruturais da universidade e as restrições disciplinadoras dos órgãos de planejamento e financiamento acabaram criando interstícios que puderam ser explorados positivamente pelos docentes pesquisadores. Para posições diferentes desta aqui defendia, consulte-se Menezes, 1980; Suassuna, 1980 e Paoli, 1985.
7. Não se quer com esta afirmação defender a cátedra e, muito menos, propor o seu restabelecimento. Apenas queremos enfatizar que sua abolição, resolvendo o problema do autoritarismo personalista, criou outros novos que não estão sendo objeto de reflexão.

8. Sobre essa concentração, consulte-se além do trabalho de Claudio Moura Castro, 1985, as tabelas constantes do Relatório da Comissão de Pós-Graduação da ANPOCS.

Bibliografia

- CNPq
1982. *Avaliação & Perspectivas*. Brasília, CNPq, Coordenação Editorial, vol. 1 e 7.
- Castro, Claudio Moura
1985. *Há produção científica no Brasil* CNRH, Documento de Trabalho n.º 18. Brasília, IPEA.
- Fávero, Maria de Lourdes
1980. *Universidade & Poder. Análise crítica/ fundamentos históricos. 1930-45*. Rio de Janeiro, Achiamé.
- Ministério da Educação.
Conselho do Ensino Superior: "Parecer n.º 977/65.
- Ministério da Educação
1977. Conselho Nacional de Pós-Graduação: *Plano Nacional de Pós-Graduação*. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação.
- Ministério da Educação e Cultura
1982. Secretaria da Educação Superior. CAPES. *II Plano Nacional de Pós-Graduação 1982-1985*. Brasília.
- Ministério da Educação
1981. Secretaria da Educação Superior. *Aspectos do Perfil das IES Federais 1970/80*. Brasília.
- Ministério da Educação
1985. Secretaria da Educação Superior. *Tendências das IES na década de 80*. Brasília.
- Menezes, Eduardo Diatay B. de
1980. "Ensino de pós-graduação: assentimento burocrático ou reconhecimento acadêmico?". *Ciência e Cultura*, 32 (7), julho.
- Motoyama, Shozo
1984. "Ciência e tecnologia e a história da dependência do Brasil" *Revista Brasileira de Tecnologia* 15 (3), maio-junho.
- Paim, Antonio
1981. *A VDF e a Idéia de Universidade*. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro.
- Paoli, Niuvenius
1985. *Para repensar a Universidade e a Pós-Graduação*. Campinas, Editora da Unicamp.
- Schwartzman, Simon
1979. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional – Finep.
- Suassuna, Italo
1985. "A universidade pesquisa: o mito e a necessidade." *Revista Brasileira de Tecnologia*, 16 (3), maio-junho.

PONTO DE VISTA: A QUESTÃO URBANA

Sugestões sobre a Questão Urbana Com Vistas À Assembléia Nacional Constituinte*

Assinalando, preliminarmente, que as recomendações e subsídios apresentados em seu relatório prescindem de mudanças constitucionais para serem implantados, pois todos são compatíveis com as normas constitucionais vigentes, o GTR/SFH, não obstante, entendeu de seu dever, no ano da Assembléia Nacional Constituinte, oferecer ao debate público algumas indicações programáticas em torno da questão urbana e da política habitacional.

Do ponto de vista metodológico, na medida em que o Brasil se transformou, irremediavelmente, em um país urbano, não é apenas cabível mas, também, necessária a inclusão, na Constituição, de algumas normas específicas atinentes à urbanização e à habitação, capazes de orientar políticas públicas compatíveis com a importância social das duas questões que interessam, diretamente, à quase totalidade da população brasileira.

Estabelecidas estas premissas, o GTR/SFH apresenta à discussão pública as seguintes indicações.

I. Quanto à Política Nacional de Urbanização e Habitação:

- a) cabe à União Federal definir a política nacional de desenvolvimento urbano – objetivos e normas de conduta – visando ordenar o processo de urbanização da população brasileira em harmonia com os planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, especialmente nos aspectos relacionados com a distribuição espacial da população urbana compatível com a localização das unidades de produção econômica que deverão proporcionar emprego à população ativa e com o volume e especificação de investimentos urbanos compatíveis com os demais investimentos nacionais, considerada a política habitacional dentro do quadro mais abrangente da política de desenvolvimento urbano;
- b) o objetivo principal de uma política nacional de desenvolvimento urbano deve ser o de proporcionar a todas as categorias sociais da população urbana brasileira, em especial à população carente, a melhor qualidade de vida urbana

*Este texto faz parte do Relatório Final do Grupo de Trabalho para Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação – GTR/SFH. *In Reformulação*, Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Anexo I, 1986, p. 55.

compatível, em cada estágio de nosso crescimento, com as exigências da dignidade humana, respeitada a hierarquia das aspirações, interesses e preferências individuais, segundo sua cultura e seu nível de renda, sendo dever do Estado a concessão de subsídios para melhoria das condições de habitabilidade das famílias carentes.

II. Quanto à Competência da União, dos Estados, Regiões Metropolitanas e Municípios nos Assuntos de Urbanismo e Habitação

a) à União competirá:

i) definir os objetivos gerais a serem atingidos pela lei nacional de desenvolvimento urbano e habitação; ii) fixar diretrizes da ocupação do território e as regras sobre o uso da propriedade urbana; iii) fixar normas gerais de direito tributário a fim de induzir o comportamento do setor público e privado de acordo com a orientação desejada e assegurar os recursos necessários ao financiamento dos investimentos públicos em urbanização e habitação;

b) aos Estados competirá: além de sua participação na administração das Regiões Metropolitanas, legislar sobre as instalações industriais em seu território, desenvolvimento do sistema de cidades médias e pequenas e criação de novas cidades;

c) às Regiões Metropolitanas – transformadas em instituições organizadas, de forma contratual, pelos Estados e Municípios que vierem a neles se integrar, sob autorização legislativa (es-

tadual e municipal) – *cabera* promover a harmonia do desenvolvimento dos municípios que as constituírem:

i) coordenando seus programas de desenvolvimento urbano e de habitação; ii) investindo para suplementá-los ou compatibilizá-los
iii) organizando e operando serviços comuns, por delegação dos Estados e Municípios.

d) aos Municípios competirá, essencialmente, o encargo de programar, projetar e executar os programas de desenvolvimento urbano e de habitação, regular a organização da cidade, o uso e a ocupação do solo e a edificação de todo e qualquer tipo.

III. Quanto aos Direitos Econômicos e Sociais:

a) é dever do Estado, inclusive através de concessão de subsídios, assegurar a todos os brasileiros condições de acesso a moradia digna que lhes garanta qualidade de vida compatível com os padrões permitidos pelo estágio de desenvolvimento econômico e social do país;

b) o direito de propriedade urbana tem como fundamento sua adequação ao interesse coletivo;

c) o poder público, além do direito de preempção, poderá desapropriar propriedade privada urbana pagando ao proprietário, previamente, o justo preço, em dinheiro ou título público de valor corrigido, pela propriedade desapropriada, entendido o justo preço como o declarado ou aceito pelo proprietário, como base para o pagamento dos impostos predial ou territorial;

ISBN 85-07-00011-8

Está na Hora de Ver as Cidades Como São de Verdade

Carlos Nelson F. dos Santos

A maioria dos brasileiros não dá a menor atenção ao lugar onde vive. Tal desinteresse, ainda que explicável pelas rupturas causadas nos cem últimos anos, dominados por um processo de urbanização inédito, é muito de se lamentar. Através de relações diretas e imediatas com seu entorno e sua vizinhança o indivíduo pode ver e entender o resto do mundo. Assim, será capaz de ver e entender a si mesmo e se dispor a desempenhar papéis ativos. A experiência da vida urbana deveria ser, também, uma espécie de aprendizado que levasse as pessoas a se tornarem habitantes próprios e apropriados, ou, em outras palavras, que os tornasse cidadãos e políticos (membros participantes da assembléia da *polis*).

Nestes meados dos anos oitenta, já existem mais de 70% de brasileiros vivendo em cidades. Quantos se preocuparão com as questões de cidadania? Trata-se, sem dúvida, de tema complicado, pois dois terços dessa imensa quantidade de gente (quase 70 milhões) estão muito ocupados em arranjar algum dinheiro para comprar comida. Famílias que têm de sobreviver às custas de, no máximo, três salários mínimos mensais não devem estar muito propensas a reflexões. . . Terão, porém, de enfrentar alguns desafios bastante concretos que dizem respeito à sua localização no espaço. Uma lei física simples (a da gravidade) obriga a que se arranjem como possam, nos locais que estiverem disponíveis. Leis sociais, nada simples, determinarão que,

conforme o lugar que ocupem e o tipo da moradia, sejam classificados de uma determinada maneira. Os mais pobres, manipulados pelas complicadas relações em uma sociedade que deseja ser de mercado, caracterizam, onde quer que estejam, a pior situação, a menos valorizada.

De vez em quando me perguntam qual o maior problema urbano brasileiro. Nem é preciso pensar duas vezes: *É terra!* Todo mundo precisa morar, inclusive a massa predominante dos que não têm recursos. A única porta estabelecida é a compra do direito a ocupar um pedaço de terra, seja na sua tradução direta (um lote), ou idealizada (uma fração de condomínio). Como isso era impossível, desde o início do século só resta para os migrantes que viam na cidade a tábua de salvação o apelo ao comportamento marginal. Virou lugar-comum o crescimento às custas de favelas, zonas decadentes e loteamentos semilegalizados nas periferias de grandes centros. O poder público se limitou a olhar para tudo isso com a maior indiferença. Pode-se dizer o mesmo do conjunto da sociedade. Virou um hábito, uma "normalidade", contar com tipologias habitacionais que, mesmo submetidas a campanhas de "extermínio" sistêmicas, sempre foram convenientes. Serviram bem como válvulas de descompressão e resolveram contradições situadas muito além das fronteiras urbanas.

Depois de quase um século de posturas de avestruz, é chegado o momento de deixar de

sonhar. Não foi só o governo. A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da Abolição e da República Velha, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então, era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos... Não aconteceu nada disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos. Aí o onirismo se torna insuportável; o melhor a fazer é acordar. Suponho que a primeira atitude de quem desperta é se certificar do que está em volta, reconhecer o ambiente e sua posição dentro dele. Deve ser por isso mesmo que em todas nossas cidades expressivas estão espocando movimentos e associações de moradores, possível sinal de um grande espreguicamento cívico.

O documento do *Grupo de Trabalho para Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação* ficou meio atropelado depois do 28 de fevereiro. Mesmo assim, merece um bom elogio: é interessante e corajoso. Talvez, se tem algum defeito, é o de ter se limitado demais à questão que lhe pediram para enfrentar: o que fazer do SFH. É provável que, por esta razão, não tenha focado com as prioridades devidas um alvo tão crucial como a terra e o uso de sua propriedade.

É preciso, no entanto, fazer justiça ao anexo I — *Sugestões Sobre a Questão Urbana com Visitas à Assembléia Nacional Constituinte*. Nele aparecem diversas referências implícitas e explícitas à terra e aos direitos sobre ela.

Não creio que a Nova Constituição deva ser recheada de lembretes sobre cidades e condições de moradia precárias. Para falar a verdade, o ideal para a Lei Maior seria fazê-la tão sucinta quanto possível. Assim, corresponderia bem ao nosso momento e ao grau de conscientização política da maioria. Se sássem algumas regras apenas que pudessem ser decoradas com facilidade na escola primária, estaria atingida a meta democrática. De que adiantam estatutos “perfeitos” na forma e conteúdo que ninguém conhece? Foi assim tantas vezes antes...

Não sou ingênuo a ponto de acreditar que teremos uma Constituição como a que descrevi. Espero, porém, que os que a escreverem tenham o bom-senso de se restringir ao essencial. No que diz respeito à urbanização e à habitação o essencial é terra. Uma redefinição nos conceitos de propriedade, ainda impregnados de visões rurais e remontando a eras manuelinas, já bastaria. Só isso já faria um bem imenso às cidades como são de verdade.

Gostaria de uma Assembléia Constituinte muito cônica das suas novas responsabilidades urbanas. Seria ótimo que quem estivesse lá lembrasse sem parar que estaria legislando para um país de cara nova, onde haverá, a cada dia, maiores contingentes de população em cidades. Que não esquecessem que a economia e a prática política passam e passarão mais e mais por fundos de agulha urbanos. Mesmo tão pouco já é ilusão ou viés de minha parte. Nem partidos, nem seus candidatos estão muito atentos a tais assuntos. Não ousam falar deles, nem apresentam programas especiais. Em compensação, não há muita gente fazendo cobranças neste sentido. É forçoso aceitar que o tema é incipiente para a opinião geral. Deverá ganhar destaque daqui a uns dez ou vinte anos. Aí, quem sabe, em uma nova tentativa...

O melhor é deixar as propostas ideais de lado e voltar para as “sugestões”. Elas começam cheias de boas intenções, expressas no item I. Estão lá as categorias indefectíveis de sempre: população carente; qualidade de vida; crescimento; dignidade; indivíduo; cultura; renda. Parece que, sem estes rótulos, ninguém no Brasil poderia dizer nada na área dos programas de “alcance social”. Teria sido mais fácil e menos banal lembrar que a maioria dos habitantes de cidades tem um problema de moradia porque não existem fórmulas de acesso à indispensável e indiscutível propriedade.

Há, no entanto, no finalzinho da página, uma lembrança mais do que justa e oportuna: é dever do Estado subsidiar famílias carentes para que melhorem suas condições de habitabilidade. Foi preciso levar vinte anos assumindo as artificiais posições do Banco Mundial, que defende o sofisma que qualquer subsídio ou doação é uma injustiça, para chegar a uma formulação realista frente à situação política e social do país. A verdade é esta mesma: se não houver uma substancial transferência de recursos a fundo perdido, ninguém será capaz de produzir impacto sério no panorama da habitação popular. De onde vão sair os fundos é outra história. No país em que, no auge do frenesi especulativo, o governo, com toda tranqüilidade, deu montes de dinheiro a empresários e grandes proprietários rurais, o dilema não é tão insolúvel. É só dar uma guinada política e fazer a cornucópia jorrar para outro lado. Devo dizer, porém, que preferia ver o povo, através de ações milimétricas nos centros urbanos em todo país, provocar a mudança de direção ele mesmo. Isso será inevitável, aliás, se os desejos de democratização forem em frente.

O famoso déficit de moradias nos países pobres é apenas uma das muitas expressões de seu estado de dependência e da incapacidade estrutural de gerir o dinheiro público. A moradia (e sua implantação urbana) é um bem de consumo caríssimo, o mais caro talvez que as famílias normais tenham de enfrentar. Transformada em mercadoria pelo capitalismo, a habitação moderna vira um símbolo inatingível. Cada vez mais são agregadas exigências que superam tanto os modelos tradicionais quanto os possíveis. Foi preciso que alguns países ficassem muito ricos e que soubessem distribuir bem a renda internamente para que seus padrões de moradia sofressem alguma homogeneização.

No caso do Brasil vai ter de se chegar a algum consenso sobre o nível geral mínimo que se pretende atingir e de onde sairá o financiamento. Aí será preciso fazer opções. O debate será, por certo, bastante difícil. Eu, por exemplo, tenderia a dar prioridade a programas abrangentes que gerassem empregos produtivos. No *front* urbano, deveriam vir na frente as articulações transporte de massa/acesso à terra. Só depois se poderia pensar na infra-estrutura e na construção habitacional *strictu sensu*. Como se vê, justo o contrário do modelo seguido no país nos últimos vinte anos.

No item II há uma tentativa de fixar competências para as diversas esferas de poder. À União são atribuídas capacidade normativa geral, diretrizes para ocupação do território, regras sobre o uso da propriedade, definições sobre tributação.

A isto poderia ser agregada a formação, em escala nacional, de fundos de financiamento e investimento, mais ou menos como já é feita atualmente pelo SFH, desde que expurgado dos seus vícios mais renitentes.

Aos Estados foi deixada a participação nas Regiões Metropolitanas, a legislação sobre localização industrial, o desenvolvimento de sistemas de médias e pequenas cidades e a criação de novos centros. Boas intenções, de certo, que ignoram, porém, que as grandes decisões sobre localização industrial e criação de cidades tem sido historicamente vistas no Brasil como assuntos nacionais. Em compensação, o documento esquece de dois papéis indispensáveis que poderiam ser desempenhados pelos Estados: orientação tecnológica para a produção da moradia e planejamento e implantação de infra-estrutura. A maioria dos serviços urbanos (água, luz, saneamento) já é de competência de companhias estaduais. Será preciso articular melhor sua ação com os interesses locais, através de convênios com as Prefeituras.

As recomendações para Regiões Metropolitanas no fundo são as mesmas feitas para os Estados, levando em conta a interdependência dos Municípios envolvidos. Aqui o grande desafio da Constituinte será como estabelecer, de fato, órgãos metropolitanos eficientes, ativos e com respaldo democrático. Último fruto do período de repressão mais forte, as entidades metropolitanas ficaram incompletas, não passando de meras formalizações. Surgidas no canto de cisne dos tempos do "milagre", nunca ninguém soube precisar de onde sairia o dinheiro para seus programas, necessariamente ambiciosos. A questão continua em aberto. É necessário lembrar que, além dos nove já reconhecidos por Atos Complementares, haverá, no mínimo, mais uns dez aglomerados do gênero no país, à espera de institucionalização. É importante dar atenção ao assunto, pois os fenômenos de metropolização tendem a fornecer os modelos para o desenvolvimento urbano geral.

Finalmente, ficariam para o Município as ações substantivas nos campos da habitação, desenvolvimento urbano, uso do solo e edificação nas cidades. Proposição muito sadia, pois o único roteiro viável para descentralização terá de passar pelas Prefeituras. Dos poderes executivos, é o que está mais perto da população, cuidando dos assuntos que compõem seu cotidiano. Prefeitos podem errar e até costumam errar muito. . . Mas tem também (com exceção dos que governam os poucos centros muito grandes) de prestar contas de imediato, de se explicar. O povo que mora em cidades terá de se habituar a cobrar seu desempenho no dia-a-dia; só então começará a saber como praticar a democracia.

Aqui, é oportuno deixar um pouco de lado a Constituinte e lembrar que a motivação básica do relatório é reformular o SFH. Ao longo de suas páginas surgem inúmeras referências à maior dívida do Banco Nacional de Habitação com a sociedade brasileira: sua doentia e sempiterna desconfiança. Até hoje, tudo o que era fraco e pequeno encontrou as portas do BNH bem fechadas. Os pobres só puderam se apresentar sob tutela, enquadrados nos programas de Cohabs, ou "cooperativados" à revelia. Quando se lembravam deles, era para usá-los como massa de manobra em invenções eleitorais espertas como o recente Promorar. Até as Prefeituras, partes do poder constituído, jamais foram vistas como parceiras dignas. Segundo depoimento de um funcionário do Banco, para aprovar o pedido de financiamento de um pequeno Município do interior é exigido um *dossier* com mais de trezentas páginas. Enquanto

isso, grandes negócios, como os da Delfin, se resolviam com três laudas.

A síndrome da desconfiança deve ser submetida a uma crítica para valer quando se pensa em reforço da democracia. Por que tanto medo de esfacular as ações até às suas conseqüências mais milimétricas? Por que não entregar o controle aos mais legitimados para exercê-lo, pois, afinal, são os que pagam? Nos mesmos vinte anos que o SFH demandou para montar seu retumbante fracasso, desenvolveram-se à larga os sistemas e compromissos que o *status quo* insiste em continuar chamando de "informais". Através deles as massas urbanas adquiriram algum direito à terra e chegaram a gerenciar a produção do próprio abrigo em proporções impressionantes. Para cada casinha resultante da ação oficial, surgiram outras quatro ignoradas, fora do esquema. Um milagre de eficiência? Não, apenas a não-presença da monumental e esterilizadora máquina burocrática do governo. Como o assunto não é bem de *leis e regulamentos*, temos de admitir que estamos em pleno campo dos *comportamentos*, território onde o Banco jamais se preocupou em acertar o passo com os brasileiros. Também, sendo um filho diletado de 1964, por que teria de fazê-lo?

No item III, o documento analisado fala dos *Direitos Econômicos e Sociais*. Logo no início, propõe que é dever do Estado assegurar a todos condições de moradia digna. Isto ninguém pode discutir. Fica só uma grande dúvida: como e até que grau irá fazê-lo? Quais serão os limites de sua intervenção, no cumprimento da obrigação constitucional? Vale a pena voltar a pensar no que já disse antes: o país é pobre e o quadro habitacional espelha todas as suas deficiências. Está implícita a questão da escolha entre diversas intervenções. Como estabelecer hierarquias e qual é a abrangência da expressão *assegurar*?

Nesse particular, abrem-se três alternativas polares. A primeira hipótese é que o Estado assumira tudo e dê as casas, os terrenos, a infraestrutura e os serviços para os mais carentes, sem pedir nada de volta. Mesmo que tal ação fosse desejável, seria impossível pela escala da demanda a atender.

A segunda fórmula consistiria no "aproveitamento" do que já existe através de um processo de oficialização. É bastante real o perigo dos projetos de mutirões, ajudas-mútuas e participações comunitárias que mal disfarçam a incorporação de mão-de-obra grátis aos velhos planos empresariais de sempre. Neste esquema o povo apenas comparece como bucha de canhão para decisões políticas telecomandadas.

Finalmente, o Estado poderia funcionar como o garantidor de espaços para o entendimento entre os diversos atores envolvidos. A população, até hoje a parte mais fraca, tratada como se não tivesse direito algum, deveria ser estimulada a fazer seus *lobbies*. A arena política, em tal caso, deveria ser montada como um espaço neutro, onde o povo poderia participar, antes de tudo, nas gestões decisórias. Deixar que faça o que sempre fez e tentar encampar os resultados não é das atitudes mais honestas. O ineditismo da solução consistiria em deixar os pobres fazerem o que nunca fizeram: mandar um pouco nas decisões sobre sua moradia e localização urbanas.

A adequação da propriedade ao interesse coletivo já é preceito constitucional vigente, o que demonstra como é velho o sonho. Não foi realizado porque os principais beneficiados nunca se preocuparam muito com seus direitos. Estavam ocupados com ações mais comezinhas para poder fazê-lo. Não adiantará nada escrever na Constituição belas frases se não houver pressões populares que as suportem. Trata-se de uma conquista que, no Brasil, ainda exigirá bastante esforço e mobilização. Dependerá, em última instância, de uma conscientização progressiva, realizável através da análise da própria vida urbana. Se existe no momento, ainda está em estado semi-latente.

As propostas de uso do estatuto de preempção e da desapropriação baseada em valores declarados para pagamento de impostos são francamente idealizadas. Incluí-las na Constituição, sem avaliar seu impacto político entre as classes mais altas e sobretudo na classe média, é preciso moderar expectativas. Leis já aprovadas preciso moderar expectativas. Leis já aprovadas como a 6.766, que regula o parcelamento de terras urbanas, abrem bons espaços para reflexões. Apesar das intenções louváveis, a Lei 6.766 só conseguiu entrar, no dia-a-dia, negociações e interações que tinham fortes motivações lógicas para ser como eram. Resultado: o parcelamento desenfreado de franjas e periferias parou, é bem verdade. Em compensação, não se está registrando qualquer indício de ocupação e adensamento de vazios intermediários. Se não estão mais sendo oferecidos lotes irregulares e desprovidos de serviços e infraestrutura aos pobres, também cessou de haver alternativas. A médio prazo há grandes ameaças de colapso, pois só estão restando as intervenções oficiais, que são mínimas, e as favelas, relativa novidade longe dos núcleos dos grandes aglomerados.

O usucapião urbano é velha reivindicação dos movimentos favelados. Para pensar nele, além de se estar disposto a enfrentar os interesses dos proprietários, será preciso encarar duas dificuldades. A primeira diz respeito à regulamentação do direito, terreno perigoso e movêdiço. Todas as orientações que conheço tendem ao moralismo e são cheias de "não-podes", supostamente garantidores da ingenuidade e felicidade faveladas. Vários estudiosos já demonstraram, no Brasil e no mundo, que o universo das favelas é cheio de regras internas, depende de compromissos intrincados e que não vale a pena ignorá-los.

A segunda dificuldade diz respeito ao "direito" de invadir que, nos termos do documento, parece até legitimado através do curto prazo exigido: três anos. Será essa, de fato, a posição mais inteligente ou servirá apenas para alertar camadas dominantes e classe média para que se defendam do "perigo"? Mais inteligente seria encarar de vez a necessidade de abrir o território urbano a ocupações previstas e planejadas. O governo aí teria importante papel: ofereceria os terrenos e daria subsídios técnicos para seu uso, além de coordenar a entrada de pessoas, a construção de moradias e posterior evolução das condições urbanísticas e habitacionais. Invasões oficializadas, bem organizadas e projetadas, com suporte dos órgãos públicos. Isto é possível sim, e tem até sido testado com êxito relativo em outros países. Se fosse montado um programa do tipo, indicaria como candidatos prioritários os moradores da rua e os ocupantes de câmodos alugados em "avenidas" nas periferias ou dentro das favelas assentadas. No momento, identifico essas opções como as piores nas cidades brasileiras. O assunto é básico e voltarei a ele no final.

A revenda de imóveis desapropriados pelo governo para atender a demandas sociais e de acordo com regras diferentes das estabelecidas é uma boa proposição. É extraordinário como o poder tem a capacidade de se enredar nas teias de sua própria burocracia... Convém lembrar, por outro lado, que isso não acontece por acaso. A própria preservação das situações de mando exige cristalizações que acabam virando uma espécie de gaiola.

Para finalizar, retorno às finalidades precípuas do relatório: ele serve para reavaliar o Sistema Financeiro da Habitação. É urgente fazê-lo passar das grandes idealizações às humildes

práticas efetivas. As vocações sociais do BNH jamais se cumpriram. Poupança voluntária ou obrigatória (FGTS) nunca foram encaminhadas para atender, com prioridade, às necessidades da massa. Pior: o desvio do capital para onde o conduziram as lógicas de remuneração, permitiu, nos anos setenta, a tomada de assalto das áreas urbanas mais valorizadas por edifícios de apartamentos para a classe média, construídos indiscriminadamente. Triste consequência de planos de desenvolvimento habitacional mal pensados, em que a mera ansiedade em aplicar e tomar dinheiro substituiu a obrigação de pensar nas cidades como conjuntos a equilibrar.

O SFH tem um enviesamento insidioso: sempre insistiu em pensar em renda como a base para a oferta de bens e serviços urbanísticos e habitacionais. A experiência tem demonstrado que o ângulo dos pobres é outro: para eles uma boa localização e a possibilidade de uso de espaços adequados é que levam a aumentar sua renda. A cidade, dentro de tal perspectiva, se desdobra como um campo potencial, aberto e infinito para a realização de negócios e obtenção de ganhos. Caso esta visão não seja adotada, ou, pelo menos, compreendida, será complicado, inútil, usar fórmulas financeiras para os não inseridos no "mercado formal". Frente à dramática situação do "povo da rua" que anda invadindo nossas metrópoles, será preciso inventar, o quanto antes, planos de emergência para quem não tem renda nenhuma.

Terras Urbanas... Existem? Onde estão? Se se trata de extensões contínuas, o governo federal está convocado a dizer algo. Seus melhores especialistas gastam bastante massa cinzenta para fazer leis cheias de artifícios, enquanto denunciam pretensos "latifúndios urbanos", resultantes de especulações maldosas. Elas existem, sem dúvida, mas a expansão dos nossos maiores centros está entravada por grandes proprietários como a Previdência Social, as Forças Armadas, as Universidades, a Rede Ferroviária etc, etc. São terrenos enormes, maiores às vezes que Municípios inteiros (como acontece na Baixada Fluminense), vazios ou semidesérticos, mantendo "usos sociais" anacrônicos, enquanto negam necessidades vivas de ocupação. Ensina o ditado popular: *quem quer faz, quem não quer manda*. Bem que a União poderia dar o bom exemplo, começando pelo que é dela mesma. De quebra, ainda contribuiria para estimular Estados e Municípios.

Pesquisas em Andamento*

Demartini, Zeila de Brito Fabri (FCC/CERU/Unicamp)

As Memórias de Velhos Mestres da Cidade de São Paulo

Esta pesquisa procura conhecer no passado problemas do processo de escolarização e expansão do sistema educacional na cidade de São Paulo. Para tanto, recorrer-se-á a fontes vivas de informação, pesquisando a memória de velhos mestres de escolas, atualmente com mais de 70 anos. Outro objetivo é discutir os problemas metodológicos e técnicos que estão envolvidos neste processo de "criação" de informações a partir de histórias de vida com informantes que apresentam entre si características que os assemelham como grupo.

Dip: 1986/Dpc: 1988/Pc/Fin: Finep

Dulci, Otávio Soares (Fafich/UFMG)

O Empresário Industrial em Minas Gerais

Estudo do papel do empresariado e de suas associações de classe no processo de desenvolvimento econômico e político de Minas Gerais. A análise focaliza cinco aspectos relativos à formação e ao comportamento do empresariado mineiro: 1) seu papel no processo de industrialização do estado; 2) sua participação no debate e na definição de políticas públicas; 3) o "empresário de estado"; 4) o processo de negociação com a classe operária; e 5) as relações entre o empresariado e a elite política.

Dip: 1984/Dpc: 1986/Pc/Fin: CNPq/Pub: Dulci, O. S., "Minas Gerais: Continuidade e Mudança", *Revista de Cultura e Política*, n. 7, 1982; Pereira, L. M. L. e Dulci, O. S., "Relações de

* Esta seção divulga pesquisa em andamento ou recentemente concluídas pelos membros de instituições de ensino e/ou pesquisas de Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. As informações devem ser enviadas em formulários disponíveis nas secretarias das unidades filiadas à Associação ou na Editora do BIB. A seguir, apresentamos um modelo de entrada e significado das abreviações utilizadas no inventário.

Nome do pesquisador; pesquisador (es) associado (s); título do projeto; breve descrição do projeto, em 10 linhas, onde fique claro a natureza e a extensão do projeto, acompanhadas das seguintes informações: Data do início da pesquisa (Dip); Data prevista para conclusão (Dpc); Estado atual da pesquisa: Estudos preliminares (Ep); Versão preliminar (Vp); Publicada (P); Pesquisa de campos (Pc); Versão definitiva (Vd); Instituição (ões) financiadora (s) (Fin); e Publicações recentes relacionadas com a pesquisa, incluindo completas (Pub);.

Trabalho na Indústria Metalúrgica de Minas Gerais", *Cadernos de Sociologia e Antropologia*, n. 2, 1984.

Figueiredo, Luciano Raposo de Almeida (PUC/RJ)
Estruturas Domiciliares e a Posição da Mulher na Sociedade Mineira do Século XVIII

Tendo como objetivo central a identificação da forma como se organizavam os núcleos domésticos constituídos entre camadas sociais empobrecidas em Minas Gerais setecentista, esta pesquisa foi provocada por uma insatisfação com as generalizações e ênfases excessivas dispensadas por inúmeras interpretações ao modelo patriarcal de organização familiar no Brasil. O caminho para esta revisão histórica não poderia ser outro: havia que se construir um contraponto. Minas Gerais na "Idade do Ouro" surgiu como opção. Em parte pela já reconhecida discrepância na sua organização sócio-econômica em relação a outras regiões coloniais mas, principalmente, por dispor de uma população rigidamente controlada em sua vida cotidiana. Suas práticas, comportamentos, hábitos e espiritualidade estiveram sob a mira severa da Igreja mediante o controle mais direto da Diocese (Bispado). Restaurando a prática da Inquisição medieval de visitar os fiéis mais afastados, foi devassado em visitas pastorais o modo de vida dessas populações mineiras. A documentação gerada significa quase que uma radiografia daquele cotidiano, da qual extraímos para análise do objeto proposto aspectos como as variações dos relacionamentos caracterizados como concubinato, outras formas de convivência, os papéis sexuais do grupo doméstico, a presença da prole, incesto, formas de tratamento dispensadas às mulheres, separações, prostituição, entre outros. Tais registros manuscritos revelam uma riqueza, detalhamento e originalidade tamanha, que se encontram perfeitamente compatíveis com a complexidade do universo que se pretende reconstituir.

Dip: 1985/Dpc: 1986/Ep/Fin: Anpocs/Pub: Figueiredo, L. R. A. e Magaldi, A., "Quitandas e Quitutes - Um Estudo sobre Rebelia e Transgressão Femininas numa Sociedade Colonial". *Cadernos de Pesquisa*, n. 54, 1985, pp. 50-61; Figueiredo, L. R. A. e Magaldi, A., "Negras de Tabuleiro e Vendeiras: a Presença Feminina na Desordem Mineira do Século XVIII". *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Anpocs/Cortez, 1984, pp. 179-214.

Giroletti, Domingos Antonio (Fafich/UFMG)
Estratégia Empresarial de Formação de Mão-de-Obra Industrial no Início da Indústria Têxtil em Minas Gerais

A pesquisa aborda o desenvolvimento da indústria têxtil em Minas Gerais no final do século XIX, por regiões e por fases. Em seguida, analisa o processo de transformação de camponeses em operários industriais tendo a fábrica como principal agência de sua formação no sentido técnico, disciplinar e ideológico. É um estudo de reconstrução histórica tendo por fontes os arquivos de algumas fábricas pioneiras. O material é inédito e certamente permitirá a definição de um novo padrão de industrialização no Brasil, onde a base da mão-de-obra é autóctone (não imigrante).

Dip: 1983/Dpc: 1986/Vp/Fin: CNPq/Pub: Giroletti, D. A., "Formação da Disciplina numa Estratégia Empresarial de Treinamento de Mão-de-Obra", *Revista de Estudos Mineiros*, n. 1, 1986.

Haguette, Teresa Maria Frota (Nudoc/UFCE)
História do Ceará: Política, Indústria e Trabalho

Trata-se da reconstituição de vários aspectos da sócio-história do Ceará, especialmente nas áreas de Política, Indústria e Trabalho, que representam sub-projetos distintos. Com relação à primeira, incluem-se monografias sobre alguns partidos como o PCB, a UDN e o PSD, no período que se seguiu à era de Vargas, assim como o Partido Agrário que teve expressão reduzida na década de 30; sobre um período mais recente tenta-se reconstituir a história das esquerdas, assim como o mapeamento do voto nas eleições de 1954 e 1958. Outro trabalho importante procurou captar as relações entre Igreja e Integralismo no Ceará. Na área de indústria destacam-se as monografias sobre a indústria têxtil e a de óleos vegetais. No que concerne ao fator trabalho, procedeu-se a investigação sobre os Sindicatos Rurais no período de 1962 a 1965. Dentro de uma abordagem mais envolvente destacam-se a) a pesquisa da história da Estrada de Ferro no Estado; b) outra que pretende discorrer sobre a importância dos tropeiros no desenvolvimento sócio-econômico da Zona Norte; e c) ainda outra que busca reconstituir a "Sedição de Juazeiro"; fato político do início do século. Dip: 1983/Dpc: 1990/Vd/Fin: Finep/Pub: F. J. Camelo Parente, *Os Camisas Verdes no Poder:*

a Igreja e o Integralismo no Ceará, Fortaleza, Editora da Universidade Federal do Ceará (no prelo).

Haguette, Teresa Maria Frota (Nudoc/UFCE)
A Pequena Propriedade Face a uma Situação de Mudança

A pesquisa faz parte de um projeto mais amplo que envolve 19 outros subprojetos de áreas diversas, todas relacionadas com o pequeno produtor rural, desenvolvidas na Universidade Federal do Ceará. O projeto global visa não só à geração de novas tecnologias adaptáveis à pequena propriedade, como sua transferência dentro de situações concretas de recursos financeiros e naturais. Objetiva acompanhar a implantação de novas tecnologias em propriedades previamente selecionadas, atentando para possíveis problemas de resistência à mudança; visa também contribuir para o desenvolvimento do espírito associativista e da autonomia político-econômica do pequeno produtor rural.

Dip: 1984/Dpc: 1988/Pc/

Langdon, Esther Jean (UFSC)
Xamanismo em Grupos Indígenas Latino-Americanos: uma Análise Comparativa

A pesquisa tem por objetivo principal uma análise comparativa do fenômeno do xamanismo em grupos indígenas da América do Sul. Está dividida em 3 fases: 1) análise da utilização medicinal e ritual do estimulante *paullinia yoco* entre os indígenas Siona; 2) análise simbólica dos aspectos do xamanismo Siona, incluindo os ritos, narrativas orais dos xamãs, cosmologia e arte; 3) análise comparativa dos xamãs entre grupos indígenas da América do Sul.

Dip: 1983/Dpc: 1985/Vp/Pub: "The Siona Hallucinogenic Ritual: Its Meaning and Power", in John Morgan (ed.), *Understanding Religion and Culture: Anthropological and Theological Perspectives*, Washington D. C., University Press of America, 1979; "Yagé among the Siona: Cultural Patterns and Visions", in David Browman e Ronald A. Shwarz (eds.), *Spirits, Shamans and Stars: Perspectives from South America*, The Hague, Mouton Publishers, 1979; "Social Bases for Trading of Visions and Spiritual Knowledge in the Colombian and Ecuadorian Montaña", in *Networks of the Past Proceedings of the 12th Annual Conference*, The Archaeological Association of the University of Calgary, Canada,

1981; "Ideology of the Northwest Amazon: Cosmology, Ritual, and Daily Life", *Reviews in Anthropology*, vol. 9, n. 4, 1982; "Siona Political Process: Adaptation to External Control", in Jeffrey Ehrenreich (ed.), *Political Anthropology: Perspectives from Indigenous Cultures of Ecuador*, Washington, D. C., Society of Latin American Anthropology, American Anthropological Association, (no prelo).

Muls, Nair Costa (Fafich/UFMG)
Mapeamento dos Movimentos Sociais no Campo em Minas Gerais

Trata-se de fazer um levantamento dos conflitos e movimentos sociais no campo mineiro: conflitos pela posse da terra; conflitos de resistência na terra; e conflitos que se originam na luta por melhores condições de trabalho e de vida. A pesquisa abrange os movimentos sociais de pequenos produtores, sobretudo posseiros no Vale do Jequitinhonha, Mucuri, Norte de Minas e Paracatú; e os movimentos dos assalariados rurais do Vale do Jequitinhonha, Norte, Pontal do Triângulo e Sudoeste de Minas. Tenta avaliar as diferentes formas de luta, seus efeitos e resultados alcançados, assim como o papel dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais na condução dessas lutas.

Dip: 1983/Dpc: 1986/Pc/Fin: CNPq e Cpq-UFMG/Pub: "A Natureza e os Limites das Lutas dos Assalariados Rurais em Minas Gerais: as greves dos canavieiros de Passos". PIPSA, novembro de 1985.

Nascimento, Elimar Pinheiro do (UFPE)
Rede Nacional de Informação sobre o Campo no Nordeste

A pesquisa registra e analisa os estudos e pesquisas sócio-econômicos sobre o campo no Nordeste, com a intenção de disseminar as informações colhidas entre as instituições interessadas e conectar-se com bancos de dados na mesma área ou afim. Alguns *papers* estão previstos, de caráter metodológico, assim como um amplo seminário de caráter internacional.

Dip: 1985/Dpc: 1988/Ep/Fin: IDRC

Noronha, Ronaldo de (UFMG)
A Regionalização da Televisão ou a Nova Linguagem da Televisão Brasileira

Pesquisa da regionalização parcial da programação da televisão brasileira, sob a forma de uma ênfase no caráter ou feição mineira desta televisão. Investigação das várias formas pelas quais esta televisão recupera e leva ao ar imagens de Minas, no sentido de compor um retrato-mosaico de Minas Gerais. Procura razões e a natureza desta "regionalização", sob a forma da retomada da ideologia da "mineiridade" em conexão com a reemergência política da elite mineira no plano nacional.

Dip: 1983/Dpc: 1987/Vp/Fin: CNPq, UFMG

Novaes, Sylvia Caiuby (DCS/USP)

Identidade Cultural

Levantamento e análise das principais contribuições teóricas para o estudo da identidade cultural, nos campos da Antropologia, Sociologia, Psicologia e Linguística. Verificação das possibilidades de utilização deste instrumental para a análise da questão da identidade em sociedades indígenas contemporâneas. Análise de um caso empírico - a sociedade Bororo (Mato Grosso) hoje e suas relações com os vários agentes da sociedade nacional.

Dip: 1983/Dpc: 1987/Pc/Fin: CNPq

Paixão, Antonio Luiz (UFMG)

O Sistema de Justiça Criminal

Trata-se de uma análise empírica do sistema de justiça criminal voltado, por um lado, para o estudo de sua estrutura organizacional e de sua articulação com a organização policial e o sistema penitenciário e, por outro, dos esquemas interpretativos e cognitivos que orientam decisões práticas dos atores no sistema.

Dip: 1985/Dpc: 1986/Pc/Fin: Anpocs/Pub: Paixão, A. L., "Crimes e Criminosos em Belo Horizonte - 1932-1978", in Paulo Sérgio Pinheiro (ed.), *Crime, Violência e Poder*, São Paulo, Brasiliense, 1983; Paixão, A. L. e Coelho, E. C., *Caracterização da População Prisional em Minas Gerais e no Rio de Janeiro*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1984.

Prates, Antonio A. Pereira (UFMG)

Solidariedade e Ação Coletiva entre Trabalhadores da Indústria Automobilística no Brasil

Estudo de atitudes e comportamento dos trabalhadores de produção da indústria automobilística no Brasil. Pretende-se caracterizar o

quadro interpretativo dessa população relativamente à política, família, estilo de vida e padrões de sociabilidade com o intuito de proceder uma análise comparativa com dados de outras nações e estudos já realizados no Brasil. O produto final da pesquisa deverá conter uma discussão substantiva sobre bases de identidade e ação coletiva desse segmento ocupacional da indústria.

Dip: 1984/Dpc: 1985/Vd/Fin: Anpocs/CNPq/
Pub: "Sindicato: Organização e Interesses no Contexto da Sociedade Capitalista Avançada", *Textos Sociologia e Antropologia*, n. 5, março/abril, 1985.

Sobral, Fernanda (UnB)

Produção e Apropriação Social da Pesquisa Científica e Tecnológica

Pressupondo que a produção e absorção da ciência e da tecnologia estão relacionadas à estrutura de poder nos seus aspectos econômicos, políticos e ideológicos, o trabalho procura analisar a pesquisa científica e tecnológica do ponto de vista das forças sociais que a condicionam e dela se apropriam. Daí a necessidade de discutir as conexões entre infra-estrutura, Estado e classes sociais no contexto brasileiro do capitalismo dependente, enfocando sobretudo os interesses de classes e segmentos sociais importantes na produção e absorção da ciência e da tecnologia. Para isso, foram escolhidas as áreas de ciências biomédicas e ciências agrônômicas na Universidade de Brasília e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para efeito de comparação com a pesquisa científica e tecnológica da Universidade, também se analisa duas instituições de pesquisa extra-universitárias: Fundação Oswaldo Cruz e Embrapa.

Dip: 1984/Dpc: 1986/Vp/Fin: Fundação Ford/
Anpocs e Finep/CAPES

Somarriva, Maria das Mercês Gomes (Fafich/UFMG)

Práticas Associativas Populares em Belo Horizonte

Estudo das relações entre as agências estatais (federais, estaduais e municipais) ligadas às políticas sociais e as organizações populares em duas regiões de Belo Horizonte: Barreiro (área operária) e Venda Nova (típica cidade dormitório, com concentração de mão-de-obra ligada ao chamado setor informal). Numa primeira fase, procurou-se captar as principais propostas das agências públicas com relação à participação das organizações populares na provisão das políticas

sociais. Atualmente, procura-se verificar, junto às organizações da população, o efetivo desenvolvimento das propostas oficiais.

Dip: 1984/Dpc: 1986/Vp/Fin: CNPq/Pub: Somarriba, M. M.; Afonso, M. R. & Valladares, M. C., *Lutas Urbanas em Belo Horizonte*, Petrópolis, Vozes, 1984.

Veiga, Laura da (UFMG)
Programa de Avaliação da Reforma Universitária

Avaliação dos impactos político-institucionais do processo de reforma universitária da década dos 60. Trajetória do processo de reforma na Universidade Federal de Minas Gerais. Dip: 1983/Dpc: 1986/Vp/Fin: CAPES/Pub: "UFMG: a Trajetória de um Projeto de Reforma Modernizante", 8.º Encontro Anual da Anpocs, 1984.

Von Simson, Olga R. de Moraes (CERU/USP)
Memória do Carnaval Popular Paulistano (1915-1980)

Baseado em histórias de vida dos fundadores das agremiações carnavalescas populares e em fotografias antigas coletadas junto aos foliões ou em periódicos antigos, pretendemos retratar o surgimento e a evolução dos folguedos carnavalescos ligados ao crescimento urbano de São Paulo. A existência de vários carnavais, segundo as diferentes camadas sociais e as etnias e seu desaparecimento com o crescimento da cidade e a permanência dos folguedos de influência africana transformados, na atualidade, em espetáculo comercializável via TV e imprensa, deverão ficar registrados.

Dip: 1986/Dpc: 1987/Pc/Fin: Finep/Pub: Poderes Públicos e a Imprensa no Carnaval Paulistano do Século XIX", *Cadernos CERU*, n. 1, 2a. série (no prelo).

Teses e Dissertações*

Bôa Nova, Antonio Carlos

Energia e Classes Sociais no Brasil. Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 1984, 440 pp. Orientadora: Maria Isaura Pereira de Queiroz.

A questão da energia é abordada pelo lado da demanda, ao contrário do enfoque usual, centrado na oferta. Com base nos dados do Endef - Estudo Nacional da Despesa Familiar, analisou-se a variação do consumo energético, segundo os níveis de renda e segundo as classes e camadas sociais. O quadro de desigualdades observado leva a questionar o discurso oficial que pretende justificar os vultosos programas de oferta de energia em nome de um desenvolvimento que beneficiaria a toda a nação.

Bosi, Maria Lucia Magalhães

Nutrição e Poder: da Ciência à Reprodução. Mestrado em Ciência Política, Instituto de Filo-

sófia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, 424 pp. Orientadora: Madel Therezinha Luz.

Numa primeira etapa analisou-se o discurso legitimado como científico em nutrição. Em seguida tratou-se do discurso da política oficial em nutrição num estudo análogo ao efetuado junto ao discurso dominante no campo do saber. Ao lado disto, buscou-se analisar estes dois discursos de modo comparativo com o objetivo de explicitar a correspondência existente entre a estrutura e os interesses que o caracterizam. Finalmente, estudou-se o momento da reprodução e difusão do saber em nutrição, realçando suas contradições, as diversas formas de resistência colocadas neste processo pelos grupos dominados, bem como alguns mecanismos que facilitam o predomínio de um discurso particular e a conseqüente negação de outros discursos na luta pela hegemonia.

* Esta seção divulga teses e dissertações recentemente concluídas nas principais instituições de pós-graduação do país, ou pelos seus membros. As informações devem ser enviadas através de formulários disponíveis nas secretarias das unidades filiadas à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ou na Editora do *BIB*. A seguir, apresentamos um modelo da entrada das informações.

Nome do autor; título e subtítulo do trabalho; grau obtido; área de estudo; instituição; ano; número de páginas; nome do orientador; e breve descrição, em mais ou menos 10 linhas, onde fique claro uma síntese dos propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho.

Brayner, Nadja M. Miranda

Luta e Resistência: O Operariado do Recife nos Anos 30. Mestrado em Sociologia, Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1985, 305 pp. Orientador: Silvio M. de Albuquerque Maranhão.

O objeto do presente trabalho são os movimentos operários em Recife e sua área metropolitana, no período compreendido entre 1930-35. O estudo focaliza as diversas formas assumidas pelas manifestações e lutas operárias em Pernambuco, como expressão concreta de interesses específicos de classe. Neste sentido, traçamos em linhas gerais o processo de industrialização ocorrido no estado de Pernambuco, a composição do operariado urbano local e, ainda, as principais características apresentadas por esse operariado. Examinamos a formação da Aliança Liberal, os preparativos e organização da Revolução de 30, o comportamento do operariado diante da interventoria de Carlos de Lima e das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Analisamos ainda, o crescimento da mobilização operária ocorrido no ano de 1935, destacando a participação do operariado no que se refere à formação da Aliança Nacional Libertadora, o Movimento armado de 35 e a repressão política que se abate de modo particular sobre o operariado no pós-35.

Buarque, Sérgio J. Cavalcanti

Ócio Compulsório e Trabalho Compulsivo. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1985, 307 pp. Orientador: Joaquim de Arruda Falcão.

Estuda o impacto do progresso técnico sobre a organização do tempo de trabalho e tempo livre na sociedade e como este tempo livre se distribui socialmente nas economias capitalistas avançadas e tardias. Neste sentido, o estudo procura analisar o desemprego como uma forma particular de tempo livre nestas sociedades, resultante da distribuição desigual do mesmo, sobretudo no que diz respeito ao desemprego dito tecnológico. Assim, o bem-estar social potencial do progresso técnico sob a forma de tempo livre é também miséria social e marginalidade.

Cardoso, Liana da Silva

Os Colonos do Café: Meação, Subsistência e Salário. Mestrado em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal

do Rio de Janeiro, 1985, 211 pp. Orientadora: Beatriz M. Alasia de Heredia.

Este trabalho versou sobre as relações de produção nas fazendas de café no sul espírito-santense nos anos de 1960-1980. Encontrou-se um padrão de fazenda de café onde vigia o regime de colonato constituído pela meação no café, subsistência e salário afeto à produção de café propriamente dita e, igualmente, a fazenda-empresa como padrão de formação da fazenda de café. É forçoso reconhecer que nos últimos 20 anos, o processo de colonato, na forma encontrada nesta região, tornou-se a forma-chave da produção de café.

Costa, Romana M. Ramos

Cultura e Contato. Um Estudo da Sociedade Paresi no Contexto das Relações Interétnicas. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, 462 pp. Orientador: Anthony Seeger.

O objeto de estudo desta dissertação é o grupo indígena Paresi, de língua Aruák, do sudoeste de Mato Grosso. Nossa pesquisa junto aos Paresi procurou atender a dois objetivos: a realização de uma etnografia do grupo e o exame da forma pela qual se processa a articulação entre os Paresi e os brasileiros, representados pelos segmentos regionais, no presente. No estudo etnográfico buscamos explicitar os aspectos fundamentais da organização social Paresi; a análise das distintas modalidades de articulação interétnica objetivou apreender a natureza das distintas situações de contato e as ações e estratégias das sociedades em confronto.

Cunha, Antonio Henriques Gonçalves

Políticas de um Sociólogo Culturalista. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1986, 168 pp. Orientador: José Antonio G. Lavareda Filho.

A pesquisa buscou formalizar a doutrina político-gnosiológica de Gilberto Freyre, a qual encontrando-se dispersa, impunha o trabalho de sintetizar. Isto resultou numa abrangência introdutória, com ênfase especial na fase básica anterior a *Casa Grande & Senzala*. Concluiu-se que seu pensamento e sua ação se calcaram em três pilares: o filosófico, o sociológico e o político, cuja ordem inversa é justamente a que teve prioridade na pesquisa. O filosófico nomeado de tradicionalismo modernizante; o sociológico, de

culturalismo freyreano e o político, de cam-biantismo.

Duarte, Laura M. Goulart

Capitalismo e Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul. Mestrado em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984, 106 pp. Orientador: Juan Mario F. Ma-rinho.

O objetivo central deste trabalho foi o de realizar uma análise e interpretação do fenôme-no cooperativista, especialmente do cooperati-vismo empresarial de trigo e soja, em seus pro-cesso fundamentais de desenvolvimento, a par-tir de uma formulação teórica sobre a gênese e dinâmica do modo de produção capitalista no setor rural do Rio Grande do Sul. Especificamen-te, objetivou-se explicitar as maneiras pelas quais as cooperativas agrícolas contribuíram pa-ra a penetração, expansão e dinâmica do capita-lismo no Estado. Concluiu-se que inserido num contexto capitalista, foi imperativo ao cooperati-vismo agrícola seguir suas leis fundamentais e que seu processo de desenvolvimento fez parte e correspondeu à própria forma de expansão e dominação do modo de produção capitalista na agricultura gaúcha, na medida em que foi ins-trumentalizado pelo capital industrial e finan-ceiro, perdendo sua autonomia e deixando de atuar como um modelo econômico alternativo, conforme preconizavam os pioneiros.

Fontes, Breno A. Souto Maior

Políticas de Planejamento Urbano e Segregação Espacial: o Município do Recife na Década 1970-80. Mestrado em Sociologia, Programa In-tegrado de Mestrado em Economia e Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1986, 447 pp. Orientador: Heraldo Pessoa Souto Maior.

Partindo da hipótese de que se verifica a for-mação de uma estrutura residencial segregada e que a intervenção planejada no Setor Público contribui de modo decisivo para a dinâmica do processo, tenta-se a partir da análise da dinâmi-ca dos mercados habitacionais e da intervenção do Setor Público, observar empiricamente algu-mas questões discutidas na literatura: organiza-ção do espaço intraurbano e políticas para áreas urbanas. Verificamos que, na cidade do Recife, acontece uma clara associação entre o processo de segregação espacial e a ação pública no espa-ço residencial. Este fenômeno se manifesta prin-

cipalmente pela tendência de periferização da população de baixa renda.

Gasparetto, Agenor

Modernização Tecnológica, Mobilidade e Per-meabilidade Social na Região Cacaueira do Es-tado da Bahia. Mestrado em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985, 115 pp. Orientador: Mario Riedl.

No início dos anos 70, a lavoura cacaueira se integrava ao plano de modernização tecnológica que tomava conta da agricultura brasileira, vi-sando maior lucratividade via aumentos de pro-dução e de produtividade e provocando altera-ções na base técnica do processo produtivo as quais, historicamente, resultaram em mudanças sociais. Nesse sentido, objetivou-se analisar as conseqüências desse processo de modernização sobre a estrutura de classes e de estratificação social da região, particularmente em termos de mobilidade e permeabilidade social. O universo do estudo foram os municípios de Itabuna e Ilhéus, na Bahia. As unidades de análise, produ-tores capitalistas, familiares e assalariados ru-rais. Dentre os resultados destacam-se: a rele-vância do conceito de classe social; o predomí-nio e o avanço da classe dos produtores capita-listas sobre os familiares e, em decorrência, a intensificação do assalariamento da região.

Haguette, Teresa Maria Frota

Metodologias Qualitativas na Sociologia. Traba-lho para obtenção do título de Professor Titular em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1986, 181 pp.

O trabalho tem por objetivo apresentar de forma didática as especificidades de algumas metodologias qualitativas na Sociologia; discute as vantagens e limitações de cada técnica e enfa-tiza o caráter de subordinação do método ao problema da pesquisa. Consta de três partes: a primeira trata dos fundamentos teóricos de al-gumas metodologias qualitativas tais como o In-teracionismo Simbólico, visto através de G. H. Mead, a Etnometodologia de H. Garfinkel e a Dramaturgia Social de E. Goffman; a segunda apresenta alguns métodos (ou técnicas) qualita-tivos como a Observação Participante, a Histó-ria de Vida, a Entrevista e a História Oral; a terceira parte introduz a crítica e a alternativa aos métodos de pesquisa convencionais, con-substanciadas na Pesquisa Ação e Pesquisa Parti-cipante. Conclui indagando sobre o posiciona-

mento marxista face às metodologias qualitativas que privilegiam o significado da ação social, o simbólico e o imaginário.

Jacobi, Pedro Roberto

Políticas Públicas de Saneamento Básico e Saúde e Reivindicações Sociais no Município de São Paulo, 1974-1984. Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985, 499 pp. Orientador: Henrique Rattner.

A tese desenvolve uma análise sobre o caráter assumido pelas relações entre Estado e Movimentos Sociais Urbanos em torno da questão do Saneamento Básico e da Saúde desde meados da década de 70. O estudo é realizado a partir da reconstituição de três experiências reivindicatórias no contexto da periferia do município de São Paulo. Analisa-se, por um lado, o caráter dos efeitos político-institucionais da ação coletiva, a influência dos agentes externos na dinâmica das lutas e o reflexo das transformações ocorridas no plano das burocracias públicas na dinâmica da sua interação com o movimento social. Além disso, desenvolve, a partir da interpretação dos atores envolvidos (moradores, agentes externos e órgãos governamentais) uma análise sobre o significado do processo de organização/interação/diálogo/pressão, junto ao poder público.

Lessa, Sonia Sampaio Navarro

O Movimento Sindical Rural em Pernambuco, 1958-1968. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 1985, 116 pp. Orientador: Fernando A. Farias de Azevedo.

Trata-se de uma análise sobre a formação do movimento sindical rural em Pernambuco com o propósito de situar as forças políticas integradas ao movimento, em disputa por sua hegemonia. Ao situar tais forças busca-se ainda reconstituir o processo de organização de cada uma delas, as suas diretrizes e a sua estratégia, a fim de perceber como e porque as mesmas privilegiaram a área rural para atuação.

Lima, Antonio Carlos de Souza

Aos Fetichistas, Ordem e Progresso: um Estudo do Campo Indigenista no seu Estado de Formação. Mestrado em Antropologia Social, Progra-

ma de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, 572 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

O trabalho procura, através de uma visão de campo pensar o espaço da política indigenista brasileira em torno da instituição do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, em 1910, rompendo com a visão canônica que transforma a agência e os agentes a ela vinculados (sobretudo Cândido Mariano da Silva Rondon) em "apostolado de missionários exemplares" no exercício "humanitário" da defesa da causa indígena.

Mangabeira, Wilma C.

Lembranças de Moscouzinho (1943-1964): Estudo sobre um Conjunto Residencial Construído pelo Estado para Trabalhadores Industriais. Mestrado em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1986, 345 pp. Orientador: Luiz Antonio Machado da Silva.

Resgata a trajetória de uma comunidade operária criada a partir de uma política habitacional estatal implementada pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI). Esta política criou uma situação social específica na medida em que o IAPI não apenas construiu moradias para seus associados como também investiu com um projeto de normalização. A análise focaliza a conflituosa relação do grupo operário/morador com o Instituto durante os anos de existência desta experiência habitacional e discute os problemas teóricos e metodológicos suscitados por um estudo que tem na memória dos informantes idosos sua fonte básica.

Manhães, Eduardo Dias

A Política de Esportes no Brasil. Mestrado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, 150 pp. Orientadora: Madel Therezinha Luz.

Estuda a articulação do projeto corporativo de sociedade e a ação concreta do Estado durante o período estadonovista. Destacou-se as categorias discursivas responsáveis pela ordenação das instituições desportivas posteriormente se as contextualizou verificando o significado político concreto das mesmas. Verificou-se que

as relações sociais são estabelecidas concretamente, capazes de definir as características básicas de um modelo e de uma política de esportes brasileira articulada a uma ordenação corporativa das instituições e a um conceito de esporte que o identifica com a moral e com o civismo do período.

Neiva, Venúcia Cardoso

Trabalho Familiar e Acumulação. Mestrado em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, 312 pp. Orientadora: Madel Therezinha Luz.

Estudo sobre relações de trabalho familiar (pequenos proprietários e parceiros) na região rural de Anápolis (GO). Busca-se perceber, baseando-se nos fundamentos ideológicos/políticos/econômicos que constituem as identidades masculina/feminina, e dos papéis sociais correspondentes, a contribuição da mulher dentro do núcleo familiar para a reprodução da unidade de produção familiar e do modo capitalista de produção, enfocada através de uma análise global da reprodução social.

Schuch, Hélio Ademar

Produção de Valor na Pequena Produção Agrícola (RS). Mestrado em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985, 161 pp. Orientador: José Fraga Fachel.

Esta tese procura mostrar elementos teóricos para uma melhor compreensão da pequena produção agrícola. Estes estabelecimentos produzem mercadorias para o setor capitalista da economia e, nesta produção, manifesta-se a geração de valor, que é maior na medida da quantidade de trabalho vivo em relação ao trabalho já materializado. Presume-se que estes estabelecimentos apresentam uma composição orgânica do capital inferior. A formação dos preços de suas mercadorias não se dá na forma capitalista, através de um preço de produção. Supomos que os preços das suas mercadorias têm como pata-mar o preço de custo para sua produção. Assim, a pequena produção transfere aos capitais com quem ela mantém relações mercantis o volume de produção excedente produzido. É possível a captação do lucro suplementar. Se os preços de mercado não incorporam o lucro médio, e além deste um acréscimo, não há captação da renda absoluta. Com os sistemas de integração, o capital agroindustrial busca um lucro suplementar

diferenciando-se dos demais capitais agroindustriais.

Silva, Janice Caiafa Pereira e

Movimento Punk na Cidade - A Invasão dos Bandos Sub.. Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, 249 pp. Orientador: Eduardo Viveiros de Castro.

A tese realiza essa especificidade do trabalho antropológico em que o conhecimento de uma prática social concreta se dá pela convivência mesma com o grupo. Por meio de uma observação participante, portanto, realizou-se o estudo de um bando de jovens entre 15 e 23 anos, habitantes de subúrbios do Rio de Janeiro, que se organizam em torno de um tipo especial de vestuário, uma emblemática própria e, sobretudo, um som e uma dança que o caracterizam. A partir disso, todo um conjunto de valores e atitudes é acionado pelo grupo para efeitos de protesto e interferência. Este trabalho foi publicado por Jorge Zahar Editor, 1985, com o nome de *Movimento Punk na Cidade*.

Silveira, Gisèle Maria Costa da

Situação Habitacional em Comunidades de Descendência Italiana e Alemã: Garibaldi e Ivoti - Rio Grande do Sul. Mestrado em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985, 138 pp. Orientador: Ivo A. Schneider.

Desenvolve-se um estudo de casos em quarenta habitações situadas em comunidades de descendência italiana e alemã em Garibaldi e Ivoti, no Rio Grande do Sul. Objetivou-se, especificamente, verificar a situação habitacional desses grupos utilizando-se o enfoque teórico de Fals Borda, o qual define a habitação seguindo as suas funções sociais primárias (alojamento, intimidade, abrigo, saúde, subsistência e depósito), e secundárias (religião, estética, trabalho, recreação e educação e administração), tendo como meta final com estes dados para o ensino, a pesquisa e a extensão. Utilizaram-se as variáveis independentes: renda, escolaridade e tamanho da família e como variável dependente a situação habitacional. Concluiu-se que as habitações desses dois grupos étnicos pouco diferem entre si, havendo-se processado uma assimilação dessas etnias ao novo *habitat*.

Teixeira, Maria Lina Leão

Transas de um Povo de Santo: um Estudo sobre Identidades Sexuais. Mestrado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986, 220 pp. Orientadora: Yvonne Maggie.

Pesquisa antropológica sobre fenômeno social da sexualidade em um povo de santo específico, composto de adeptos do Rio de Janeiro e Salvador, que visa apreender a lógica das representações sobre os diferentes papéis ou identidades sexuais. Discutindo os discursos e dois rituais diferentes constata que o fator sexual é de importância fundamental enquanto princípio organizatório; uma recorrência da sexualidade enquanto elemento primordial e mediador das relações e que o mundo dos candomblés não é um espaço privilegiadamente feminino – idéia generalizada – mas sim um domínio masculino por excelência.

Velloso, Marília Menegassi

A Força de Trabalho do Menor: sua Utilização no Processo de Acumulação Capitalista. Mestrado em Sociologia Rural, Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, 1985, 137 pp. Orientador: Mario Riedl.

O objetivo fundamental é verificar de que maneira o menor é utilizado como exército industrial de reserva no modo de produção capitalista. Constatou-se no estudo que o menor que se insere no mercado de trabalho por necessidade de subsistir, dificilmente terá as mesmas oportunidades daqueles menores que pertencem a estratos superiores, pois os acessos lhe são dificultados. O trabalho do menor contribui para pressionar e/ou reduzir os salários do adulto e sua utilização no processo de crescimento econômico é oscilatória; o menor é utilizado como válvula de escape para diminuir as tensões sociais, pois essa é mais uma forma de aumentar a renda de sua unidade de consumo, possibilitando a sua reprodução e a continuação do grupo familiar; o menor no sistema formal com carteira de trabalho é explorado porque percebe menos que o adulto ao realizar a mesma tarefa; como aprendiz, o menor pode produzir para o capital a um custo mais baixo, visto perceber salário inferior ao mínimo; no sistema formal sem carteira de trabalho, o menor tem todas as obrigações e pouco ou nenhum direito, e no sistema informal ele fica à margem de qualquer proteção. O menor é reserva de força de trabalho para o capital.

Documento Final do II Encontro de Editores de Revistas Científicas

A. Premissas

1. A política de divulgação científica e tecnológica é parte integrante da política global de ciência e tecnologia do país e, por consequência, o financiamento desta atividade deverá constar dos orçamentos e dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento das agências financiadoras e de outras instituições.

Para adequar os recursos às reais necessidades do setor, seriam necessários, no mínimo, 2% dos recursos efetivamente alocados à Pesquisa e Desenvolvimento pelas agências financiadoras e pelas instituições de pesquisa.

2. O pesquisador brasileiro deve ser conscientizado de sua responsabilidade pela publicação ampla dos resultados de seu trabalho em revistas científicas nacionais.

3. Os progressos da pesquisa científica e tecnológica do país estão a exigir um salto qualitativo e quantitativo na informação científica e tecnológica.

4. Deve ser reconhecida a importância das revistas científicas como espelho da produção científica nacional.

B. Recomendações às Agências Financiadoras e Órgãos Públicos

1. que as agências financiadoras estudem mecanismos de pagamento de salários às equipes de editoração científica, visando criar estruturas profissionais;

2. que o MEC destine recursos às bibliotecas universitárias para assinatura de revistas nacionais de boa qualidade;

3. que as agências coordenadoras do Programa Setorial de Publicações em Ciência e Tecnologia concedam – por tempo determinado – um adicional de 15% sobre o total de recursos fornecidos a cada revista, para que a entidade responsável pela publicação envie 200 exemplares às bibliotecas, entidades e grupos de sua área de especialização localizados no Brasil, e 100 exemplares para bibliotecas congêneres no exterior. Tais recursos adicionais destinam-se a cobrir os custos com manipulação, embalagem e postagem dos exemplares. Os editores encarregar-se-ão de elaborar a lista das entidades a serem contempladas, que deverá ser referendada pela agência financiadora;

4. que haja maior pontualidade na liberação dos recursos pelos órgãos financiadores. A notificação da aprovação e do valor do financiamento deve ser imediata, para fins de planejamento;

5. que a avaliação de revistas científicas da mesma área por parte das agências financiadoras seja feita em conjunto, de forma a propiciar melhor julgamento;

6. que as agências financiadoras criem mecanismos de estímulo à publicação, em revistas científicas nacionais, dos resultados dos projetos de pesquisa por elas financiados. Tal estímulo deve ser estendido à publicação de resumos e/ou artigos baseados em teses de pós-graduação;

7. que a Finep estimule as pequenas e médias empresas nacionais por ela financiadas a veicular anúncios de seus produtos nas revistas científicas nacionais;

8. que haja uma maior articulação entre as agências financiadoras.

C. Recomendações aos Editores

1. que as revistas científicas procurem ter uma abrangência nacional;

2. que sejam obedecidas certas normas técnicas e padrões editoriais mínimos, tais como: títulos, legendas, resumos, palavras-chave em português e inglês, bibliografias com dados completos etc.;

3. que a ABEC difunda as revistas científicas nacionais em eventos como feiras de livros, congressos e reuniões;

4. que haja intercâmbio de anúncios padronizados entre as revistas nacionais, bem como as congêneres do exterior. A ABEC deve estudar a criação de um *pool* de publicidade;

5. que os *referees* recebam os pareceres de outros *referees* quando da apreciação de um mesmo trabalho;

6. que haja uma maior promoção das revistas nacionais nos países do Terceiro Mundo, particularmente nos países de língua portuguesa e espanhola;

7. que se organize a administração das revistas e racionalize o trabalho de editoração, com a progressiva profissionalização das equipes;

8. que as revistas publiquem o documento final do II Encontro de Editores de Revistas Científicas.

D. Recomendações às Agências e aos Editores

1. Estimular a existência de pelo menos uma revista científica de bom nível em cada área de conhecimento;

2. maior agressividade e profissionalização na difusão das revistas;

3. que no processo de avaliação de pesquisadores, técnicos e professores sejam consideradas em pé de igualdade suas contribuições em revistas nacionais de bom nível e em revistas internacionais;

4. a regularidade das publicações é uma meta a ser atingida pelas revistas, para aumentar sua credibilidade e possibilitar sua indexação nos órgãos nacionais e estrangeiros;

5. para melhor adequação do percentual financiado pelas agências, os orçamentos devem passar a incluir todos os custos, dentre os quais a remuneração dos editores e equipes;

6. os alunos de graduação e pós-graduação devem ser considerados como um público a ser também atingido pela comunicação científica e tecnológica;

7. O II Encontro recomenda que, no prazo de 60 dias da data deste Encontro, seja constituída uma comissão composta de representantes das agências financiadoras e da Associação Brasileira de Editores Científicos, com o fim de elaborar um documento sobre política de publicação técnico-científica no Brasil, a ser amplamente divulgado;

8. os participantes do II Encontro apoiam o projeto de mensalização da revista *Ciência Hoje*.

(São Paulo, SP, 27 e 28 de novembro de 1985.)



46º Congreso Internacional de Americanistas
46th International Congress of Americanists
4-8 de Julio de 1988 Amsterdam, Holanda

Nos complacemos en invitarle a participar en el 46 Congreso Internacional de Americanistas a celebrarse en Amsterdam, Países Bajos, del 4 al 8 de julio de 1988. Se ruega a quienes desean proponer simposios sobre temas específicos que quieran tener la bondad de escribirnos antes del 31 de mayo de 1987, especificando el tema del simposio propuesto, así como los nombres de posibles participantes. Los que deseen presentar una ponencia o quieran participar como observadores, deberán rellenar el formulario adjunto y devolverlo inmediatamente, o a más tardar para el 1º de octubre de 1987. Esta última es también la fecha final para la aprobación de simposios.

FORMULARIO

Por favor envíeme la segunda Circular del 46 Congreso internacional de americanistas

Nombre completo (a máquina)

Institución

Función

Dirección

46 Congreso internacional de americanistas
c/o CEDLA, Keizersgracht 395 - 397
1016 EK Amsterdam
Países Bajos.

bib

Sim, desejo receber regularmente o Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB.

nome

instituição

endereço

cidade

estado

cep

data

Este pedido deverá ser enviado à Editoria do BIB, Rua da Matriz, 82 – Botafogo, CEP 22260 Rio de Janeiro, RJ.

bib

Sim, desejo receber regularmente o Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB.

nome

instituição

endereço

cidade

estado

cep

data

Este pedido deverá ser enviado à Editoria do BIB, Rua da Matriz, 82 – Botafogo, CEP 22260 Rio de Janeiro, RJ.

Resenhas Bibliográficas publicadas pelo BIB

- BIB 4** "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada"
Lucia Lippi Oliveira
- BIB 5** "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978"
Bolívar Lamounier e Maria D'Álva Gil Kinzo
- BIB 6** "Os Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura"
Alba Zaluar Guimarães
- BIB 7** "Relações entre Negros e Brancos no Brasil"
Roque de Barros Laraia
- BIB 8** "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes"
Amaury de Souza
- BIB 9** "A Mulher na Força de Trabalho"
Maria Valéria Junho Pena
"Movimentos Sociais Urbanos"
Pedro Jacobi
- BIB 10** "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil"
Lia F. G. Fukui
- BIB 11** "Educação e Sociedade no Brasil"
Luiz Antonio Cunha
"Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente"
Lícia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo
- BIB 12** "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro"
Maria Tereza Sadek R. de Souza
"Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas"
José Guilherme Cantor Magnani
- BIB 13** "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica"
Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima
- BIB 14** "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica"
Lícia do Prado Valladares e Magda Prates Coelho
- BIB 15** "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate"
José Cesar Gnaccarini e Margarida Maria Moura
- BIB 16** "Histórias de Vida na América Latina"
Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima
"Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico"
Neuma Aguiar
- BIB 17** "A Antropologia no Brasil"
Julio Cesar Melatti
"Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica"
Luiz Werneck Vianna
"Temas de Ciências Sociais"
Leôncio Martins Rodrigues
- BIB 18** "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente"
Rubem Cesar Fernandes
"Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente"
Mariza Corrêa
- BIB 19** "A Instituição Militar no Brasil"
Edmundo Campos Coelho
- BIB 20** "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro"
Maria Alice Rezende de Carvalho

O BIB divulga periodicamente as atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O BIB, portanto, depende de você e da cooperação que você forneça.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

**Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais**
Editoria do BIB
Rua da Matriz, 82 – Botafogo
22.260 – Rio de Janeiro – RJ